



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ANANINDEUA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO DE HISTÓRIA
MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO DE HISTÓRIA



MANOEL DE JESUS MANITO DE SOUZA

O ENSINO DE HISTÓRIA EM SONS E IMAGENS: Patrimônio histórico-cultural, memórias e olhares do presente na produção de um documentário sobre a base aérea de Igarapé-Açu.

ANANINDEUA-PARÁ

2021

MANOEL DE JESUS MANITO DE SOUZA

Dissertação apresentada ao Mestrado Profissional em Ensino de História, Programa de Pós-Graduação em Ensino de História da Universidade Federal do Pará, *Campus* de Ananindeua, como requisito para obtenção do título de mestre.

Linha de Pesquisa: saberes históricos em diferentes espaços da memória .

Orientadora: Prof.^o Dr.^o. Carlos Leandro Esteve.

ANANINDEUA-PA
2020

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará**
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a)
autor(a)

S719e Souza, Manoel de Jesus Manito de.

Ensino de História em sons e imagens: Patrimônio Histórico Cultural,
Memórias e Olhares do Presente na Produção de Um
Documentário Sobre A Base Aérea de Igarapé-Açu." / Manoel de
Jesus Manito de Souza. — 2020.

194 f. : il. color.

Orientador(a): Prof. Dr. Carlos Leandro da Silva
Esteve

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará,
Campus Universitário de Ananindeua, Mestrado Profissional em
Ensino de História, Ananindeua, 2020.

1. Ensino De História. 3. Patrimônio Histórico. 4. Memória . I. Título

CDD 001

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO DO DISCENTE

MANOEL DE JESUS MANITO DE SOUZA

A Comissão Examinadora de Defesa de Dissertação, presidida pelo orientador Prof. Dr. Carlos Leandro da Silva Esteve e constituída pelas examinadoras Prof. Dr. Ariel Feldman e Prof. Dr. Túlio Augusto de Vasconcelos Chaves reuniu-se no dia 28 de dezembro de 2021, às 09:00 horas, através de videoconferência na Plataforma Google Meet, para avaliar a Defesa de Dissertação do mestrando **MANOEL DE JESUS MANITO DE SOUZA** intitulada: “Ensino de História em sons e imagens: patrimônio histórico-cultural, memórias e olhares do presente na produção de um documentário sobre a base aérea de Igarapé-Açu.” Após explanação do mestrando e sua arguição pela Comissão Examinadora, a dissertação foi avaliada depois que todos os presentes se retiraram. Desta apreciação, a Comissão Examinadora retirou os seguintes argumentos: 1) que a dissertação atendeu prontamente a todas as recomendações feitas à época do exame de qualificação; 2) que o mestrando respondeu com propriedade a todas as indagações e questionamentos da Banca; 3) que o mestrando construiu argumentos coerentes, dentro de uma escrita que guarda um estilo e clareza a serem exaltados; 4) e que por todos estes aspectos a dissertação foi **APROVADA**, com conceito **EXCELENTE** pela Comissão, de acordo com as normas estabelecidas pelo Regimento do Curso.



Prof. Dr. Carlos Leandro da Silva Esteve
Orientador



Prof. Dr. Ariel Feldman
Membro Externo da Banca – PPGEDUC/UFPA



Prof. Dr. Tulio Augusto de V. Chaves
Membro da Banca / PPGEH/UFPA

A todos que de alguma forma contribuíram para esta realização, por que os feitos humanos são sempre coletivos.

AGRADECIMENTOS:

Agradeço a Universidade Federal do Pará, ao PROFHISTÓRIA, a CAPES, ao meu orientador, professor Dr. Carlos Leandro, aos professores Jackson Gama do Nascimento e Almir Senna, agradeço a turma do 9º ano, aos entrevistados, a minha família e a todos e de forma direta ou indireta estiveram presentes nesta trajetória, meu muito obrigado.

Não existe neutralidade em história.
Toda opinião é política.

Leandro Karnal

RESUMO

Esta dissertação intitulada *O ensino de história em sons e imagens: Patrimônio histórico, memórias e olhares do presente na produção de um documentário sobre a base aérea de Igarapé-Açu*, dentro da linha de pesquisa, saberes históricos em diferentes espaços da memória, metodologicamente foi realizada com a participação direta de alunos do 9º ano da escola Cônego Calado do período da manhã os 2020, os quais participaram fazendo as oficinas preparatórias para pesquisa sobre a base aérea, elaborando indagações e fazendo entrevistas juntamente com este professor pesquisador que foi o coordenador-geral deste trabalho desde a preparação e aplicação das oficinas, dos questionários, da filmagem e edição do produto desta dissertação que é um vídeo documentário com o mesmo título da dissertação (disponível online no domínio <https://youtu.be/aIUG3VlzVpk>) e o trabalho foi feito ainda mediante um conjunto de entrevistas com moradores antigos e hodiernos de Igarapé-Açu para levantarmos informações sobre o nosso objeto de pesquisa, à base aérea, fizemos pesquisas bibliográficas sobre o tema e pesquisas em jornais do período da Segunda Guerra em Belém, e filmamos a base aérea. Os objetivos desta pesquisa com alunos era conhecermos a história da base aérea de Igarapé-Açu, remanescente da Segunda Guerra Mundial e pensar formas de instrumentalizar este bem cultural nas aulas de História, proporcionando uma aprendizagem mais dinâmica e participativa que levasse os alunos do 9ºano a pensar criticamente sobre os bens histórico-culturais de sua cidade, bem como perceber que na sua localidade se fez e se faz história, também objetivamos produzir um documentário de 28 minutos sobre a base aérea de Igarapé-Açu, filmando o local e entrevistando idosos que conviveram com aquele espaço enquanto ele era ativo e entrevistando também outros pesquisadores que já produziram conhecimento sobre a base aérea ou as manifestações da Segunda Guerra Mundial em Igarapé-Açu. Como fontes utilizamos entrevistas orais e escritas por meio de dezenas de questionários distribuídos em diferentes geografias da cidade de Igarapé-Açu e para diferentes pessoas, consultas a jornais impressos da época da Segunda Guerra, consulta ao Comando da Aeronáutica em Belém e outras fontes.

Palavras-chaves: Ensino de História, Ensino Fundamental, Educação Patrimonial, Vídeo Documentário, Memória.

ABSTRACT

This dissertation entitled *The teaching of history in sounds and images: Historical heritage, memories and views of the present in the production of a documentary about the Igarapé-Açu air base*, within the research line, historical knowledge in different spaces of memory, methodologically was carried out with the direct participation of 9th grade students from the Cônego Calado school in the 2020 morning period, who participated in the preparatory workshops for research on the air base, preparing inquiries and conducting interviews together with this research teacher who was the coordinator- overview of this work, from the preparation and application of workshops, questionnaires, filming and editing the product of this dissertation, which is a documentary video with the same title as the dissertation, the work was also done through a series of interviews with former and current residents of Igarapé-açu to gather information about our research object, at the air base, we did research bibliographic research on the topic and research in newspapers from the Second World War in Belém, and we filmed the air base. The objectives of this research with students were to know the history of the Igarapé-Açu air base, a remnant of the Second World War and to think of ways to use this cultural asset in History classes, providing a decolonial learning process that would take 9th grade students to thinking critically about the historical and cultural assets of your city, as well as realizing that in your location history is made, we also aim to produce a 28-minute documentary about the air base of Igarapé-Açu, filming the location and interviewing elderly people who they lived with that space while it was active and also interviewed other researchers who had already produced knowledge about the air base or the manifestations of the Second World War in Igarapé-Açu. As sources we used oral and written interviews through dozens of questionnaires distributed in different geographies of the city of Igarapé-Açu and for different people, queries to printed newspapers from the time of the Second World War, queries to the air force command in Belém, we also used old photos of the city of Igarapé-Açu and the air base.

Keywords: History Teaching, Elementary School, Heritage Education, Documentary Video, Memory.

SUMÁRIO:

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO 1: LUGARES DE MEMÓRIAS E PATRIMÔNIO CULTURAL - DA HISTÓRIA NACIONAL À HISTÓRIA DO LUGAR	18
1.1 IN LOCO: CARACTERIZANDO O ESPAÇO DA PESQUISA:	18
1.2 - POR UMA DEFINIÇÃO DE PATRIMÔNIO HISTÓRICO PARA ALÉM DE PEDRA E CAL:	41
1.3 - PATRIMÔNIO HISTÓRICO-CULTURAL E ENSINO DE HISTÓRIA LOCAL: IGARAPÉ-AÇU COMO LUGAR DE FALA	56
CAPÍTULO 2: ENSINO DE HISTÓRIA E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL - DA ABSTRAÇÃO À MATERIALIDADE NA APRENDIZAGEM HISTÓRICA	71
2.1-O Ensino de História com Educação Patrimonial	71
2.2-As Oficinas Preparatórias.....	90
3- AS MEMÓRIAS SOBRE A BASE AÉREA: DO PRESERVACIONISMO DIFUSO A INVISIBILIDADE DO PATRIMÔNIO	115
3.1 - Por que um documentário sobre a base aérea de Igarapé–Açu?	122
3.2 - Por que a metodologia de seminários neste projeto?	125
3.3 O documentário em ação: A aplicação do produto da pesquisa.....	131
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	136
BIBLIOGRAFIA	138
ANEXOS	149

INTRODUÇÃO

Acreditamos que este trabalho de pesquisa intitulado ***Ensino de História em Sons e Imagens: Patrimônio Histórico, Memórias e olhares do presente na produção de um Documentário Sobre a Base Aérea de Igarapé-Açu***, tem grande relevância na perspectiva de que, muito podemos aprender e ensinar com os nossos bens culturais, nesse sentido, entendemos que o ensino de história, usando-se o patrimônio cultural das comunidades, pode ser muito enriquecedor para aprendizagem de nossos discentes no sentido de que precisamos refletir cada vez mais, tanto sobre o valor do nosso patrimônio, quanto na importância do ensino de história para construção de nossa identidade e de nossa cidadania, como nos diz Marlei John *"As comunidades sempre deixam marcas no lugar onde vivem que identificam a sua história individual e coletiva materializando assim, nestes espaços, sua identidade, suas tradições e seus costumes."*

Neste sentido, este trabalho visa discutir a importância de se ensinar história a partir do patrimônio cultural que toda localidade dispõe, seja um patrimônio cultural, material ou imaterial.

Outrossim, buscamos dá respostas a importante questão acerca das memórias e esquecimentos no tempo presente, que a maioria da população da cidade de Igarapé-Açu tem com relação a base aérea da cidade e como se relaciona com ela.

Assim, nesta pesquisa, vamos nos debruçar sobre a importante questão de como utilizar o patrimônio cultural material e imaterial da cidade e as memórias sobre eles no ensino de história global e local, tendo como foco uma base aérea da Segunda Guerra Mundial nesta cidade. Para tanto, faremos uma reflexão sobre alguns conceitos fundamentais para esta temática, tais como os de patrimônio cultural, ensino de história, educação patrimonial, memória, esquecimento e identidade sobre a referida base e a produção e uso de vídeo-documentário no ensino de história.

¹ JOHN, Nara Marlei. **Identificação, Valorização e Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural.** Disponível em <http://www.eeh2012.anpuh-rs.org.br/resources/anais. EncontroEstadualdeHistoria>. Visitado em 12/9/2021, às 22:51

Objetivamos criar como produto final da pesquisa, um vídeo-documentário de 28 minutos (disponível no domínio Dissertação de Mestrado - Segunda Guerra Mundial - Base Aérea de Igarapé-Açu/PA Documentário) com imagens dos vestígios materiais da base aérea e entrevistar os antigos moradores da cidade que conviveram com a base enquanto esta ainda era ativa. Fizemos entrevistas com outros pesquisadores, historiadores na cidade de Igarapé-Açu que trabalharam sobre este tema, além de buscarmos identificar quais as memórias ou esquecimentos no tempo presente foram construídas ao longo das décadas sobre esta base aérea.

Fizemos uso da metodologia da pesquisa-ação, a qual é segundo Thiollent:

[...] é um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo².

Realizamos pesquisas de campo por meio de dezenas entrevistas com questionários impressos, escritos, distribuídos entre pais de alunos, pessoas em geral da cidade, professores de história, supervisores educacionais na Escola Cônego Calado, bem como para a turma do oitavo ano/2019 da que participariam comigo na produção do documentário sobre a base, fizemos entrevistas gravadas em vídeo com autoridades municipais, pesquisadores locais sobre a base aérea e diversas outras pessoas que conhecerem ou tiveram contato com a base de quando esta ainda era ativa.

Fizemos ampla pesquisa bibliográfica para fundamentar os conceitos aqui discutidos, tais como memória, o patrimônio histórico, ensino de história, educação patrimonial e outros e também fomos a biblioteca Arthur Vianna no CENTUR (Centro Cultural e Turístico Tancredo Neves) em Belém do Pará, na Pesquisa realizada na Biblioteca Athur Viana, buscamos levantar informações no acervo jornalístico da instituição sobre a base aérea de Igarapé-Açu e / ou a menção desta cidade no contexto da Segunda Guerra Mundial, mas não logramos êxito. Os jornais pesquisados só forneceram um panorama geral sobre a cobertura da Segunda Guerra Mundial no plano geral jornalístico. Algumas manchetes de capa que encontramos foram:

² THIOLENT, Michel. **Metodologia da Pesquisa-Ação**. P.14. Disponível em: <https://marcosfabionuva.files.wordpress.com/2018/08/7-metodologia-da-pesquisa-ac3a7c3a3o.pdf>. visto em 20/09/2021, às 10:06.

- “Folha Vespertina” - 01 de janeiro de 1943: manchete principal: “General Golicov aproxima-se da Lituânia”.

- Outras manchetes: “Agravamento das defesas nipônicas em Buna-Gona”.
“Ataque a uma flotilha do Japão”.

- “Jornal A Vanguarda” - 04 de janeiro de 1943: manchete principal: “A ofensiva russa está desbastando de vez, em todas as frentes, os invasores nazistas”.

- Outras manchetes: “As atividades da RAF em conjunto com as forças aéreas aliadas”.

- “Folha Vespertina” – 16 de janeiro de 1943: manchete principal: “A Argentina e a atitude do Chile em relação ao eixo”.

- Outras manchetes: “Vitoriosas em todas as frentes as forças de Mac Arthur”.

- “Jornal A Vanguarda” - 19 de janeiro de 1943: manchete principal: “A aviação brasileira já destruiu cinco submarinos do eixo nas costas do nosso país”.

- “Folha Vespertina” – 11 de fevereiro de 1943: manchete principal: “Manobras da esquadra “yankee” para ocupar posições”.

- Outras manchetes: “O comando estadunidense envia reforços para Guadalcanal”.

- “Folha Vespertina” – 13 de fevereiro de 1943: manchete principal: “A luta contra o eixo será intensificada até a obtenção da mais completa e incondicional rendição dos totalitários”.

- “Jornal A Vanguarda” – 08 de abril de 1943: manchete principal: “Declaração de guerra da Bolívia as nações do eixo”.

Também fomos ao Comando da Força Aérea na capital, onde fomos bem recebidos, mas não conseguimos maiores informações sobre o nosso objeto de pesquisa, a base aérea, visitamos ainda o site da Hemeroteca Digital, mais não localizamos referências à base aérea de Igarapé-Açu ou alguma menção a esta cidade no período da Segunda Guerra por fim, fizemos um conjunto de entrevistas e filmamos a base aérea de Igarapé-Açu, a fim de produzirmos um vídeo documentário de 28 minutos para ser usado nas aulas de História referentes ao conteúdo de Segunda Guerra no 9º ano do ensino fundamental disponível no domínio dissertação de mestrado - Segunda Guerra Mundial - Base aérea de Igarapé-açu/PA documentário.

O produto desta pesquisa, um documentário foi feito com a participação direta dos alunos do 9º ano\2020 do ensino fundamental da manhã na Escola Cônego Calado na cidade de Igarapé-Açu.

A ideia desta pesquisa surgiu a partir de inquietações deste professor-pesquisador que poucas vezes fez uso dos bens culturais da cidade em suas aulas de História no ensino médio e fundamental desta localidade, de modo que buscando maior qualificação e realização profissional, Ingressei em 2019 no Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História pela Universidade Federal do Pará em Ananindeua, onde a ideia de trabalhar com patrimônio foi amadurecida e orientada, resultando nesta dissertação e no seu produto final, um vídeo documentário a ser utilizado nas aulas de história do 9º ano na abordagem do tema de Segunda Guerra Mundial,

Aplicação prática deste produto, a exibição do documentário será feita dentro da seguinte dinâmica didático-organizacional, primeiro a entrega de material impresso e apostilado sobre os temas de cada equipe, seguido de pesquisa complementar feitas pelos alunos divididos em cinco equipes para realização de seminários referentes ao conteúdo da Segunda Guerra e suas manifestações no Brasil, Estado do Pará e Igarapé-Açu para por último, assistirmos ao referido documentário que fala sobre a história da base aérea desta cidade.

Este texto está dividido em três capítulos, sendo que no primeiro, fazemos uma caracterização geral do espaço da pesquisa desde a escola, o perfil dos alunos até a relação deste autor com o tema pesquisado, também, abordamos em profundidade a historicidade do conceito de patrimônio histórico nos últimos 90 anos e entendemos que em nossos dias, o que se pode definir como patrimônio cultural vai muito além de pedra e cal, precisando ser um bem material ou imaterial portador de uma carga de significados, memórias e identidades para as pessoas da comunidade, onde este ou aquele bem está inserido.

Este é o conceito de patrimônio cultural que adotamos neste trabalho, no qual se privilegia o olhar das pessoas e não apenas a longevidade temporal de um bem.

Nesta primeira parte, discutimos também como o patrimônio cultural pode ser usado para o ensino de história geral e do lugar, possibilitando que as comunidades possam fazer narrativas locais de sua participação em eventos históricos nacionais e

internacionais e assim passamos a conhecer relatos que vão para além das versões oficiais de acontecimentos históricos.

No segundo capítulo, abordamos a rica relação existente entre ensino de História e educação patrimonial, colocando que quando concatenados, o ensino de história com a metodologia de educação patrimonial, possibilitamos uma frutífera aprendizagem histórica, uma maior identidade com o patrimônio cultural e uma didática histórica com algum grau decolonial, onde os nossos discentes poderão perceber que em sua localidade também se faz e se participa do processo histórico e que a história não acontece apenas nos grandes centros de poder da Europa.

Neste segundo capítulo também apresentamos as oficinas feitas com os alunos do ensino fundamental que participaram diretamente da pesquisa e produção do documentário sobre a base aérea a ser utilizado em sala de aula.

Por fim, no terceiro e último capítulo, respondemos a questão levantada na problematização desta pesquisa que é sabermos quais memórias, quais olhares a comunidade de Igarapé-Açu no tempo presente, tem sobre esta base aérea que remonta à Segunda Guerra Mundial e também refletimos sobre por que fazemos um documentário sobre esta base, além de discutirmos por que usamos as metodologias de seminários com a turma do 9º ano em preparação para a culminância do projeto que é exibição e comentários com a turma do referido documentário.

Portanto, nosso intuito com esse trabalho é contribuir com avanço e as melhorias na prática de ensino de história nesta comunidade e fazer com que por meio da aprendizagem histórica, os nossos discentes venham a melhor conhecer o acervo patrimonial de sua localidade.

CAPÍTULO 1: PATRIMÔNIO CULTURAL - DA HISTÓRIA NACIONAL À HISTÓRIA DO LUGAR

1.1 - In loco: Caracterizando o espaço da pesquisa:

Neste capítulo introdutório da dissertação, buscamos inicialmente caracterizar o espaço da pesquisa, mostrando a escola onde desenvolveremos o projeto, as características da clientela discente desta unidade de ensino e a estrutura da escola, comentamos a trajetória e relação do autor deste trabalho com o tema pesquisado e caracterizamos o objeto da pesquisa, a base aérea da Segunda Guerra em Igarapé-Açu para em seguida, discorreremos sobre a historicidade do conceito de patrimônio histórico cultural e lugar de memória categorias conceituais muito presentes neste trabalho, sua mutabilidade e sua ampliação desde a década de 30 até os nossos dias e a relação entre patrimônio histórico e a memória no tempo presente sobre a base aérea de Igarapé-Açu.

Para finalmente concluirmos esta primeira unidade, refletindo como o estudo e uso do patrimônio histórico local, pode favorecer o ensino de história, fazendo com que o aluno passe a ter uma visão mais ampla e a perceber que o processo histórico não é algo distante e abstrato, mas que em sua localidade também se fez e se faz história em diferentes temporalidades, passada e presente.

Queremos ainda pontuar que este, também é um trabalho em educação e esta é uma área que muda a vida das pessoas, considerando que uma pesquisa aponta que *"os salários dos universitários pós-graduados são 544% superiores aos dos analfabetos com a mesmas características sócio-demográficas e as chances de ocupação são 422%"*³ maiores. Para além do aumento significativo no salário, o impacto da educação se estende para muitos ramos da vida do educando, pois é um

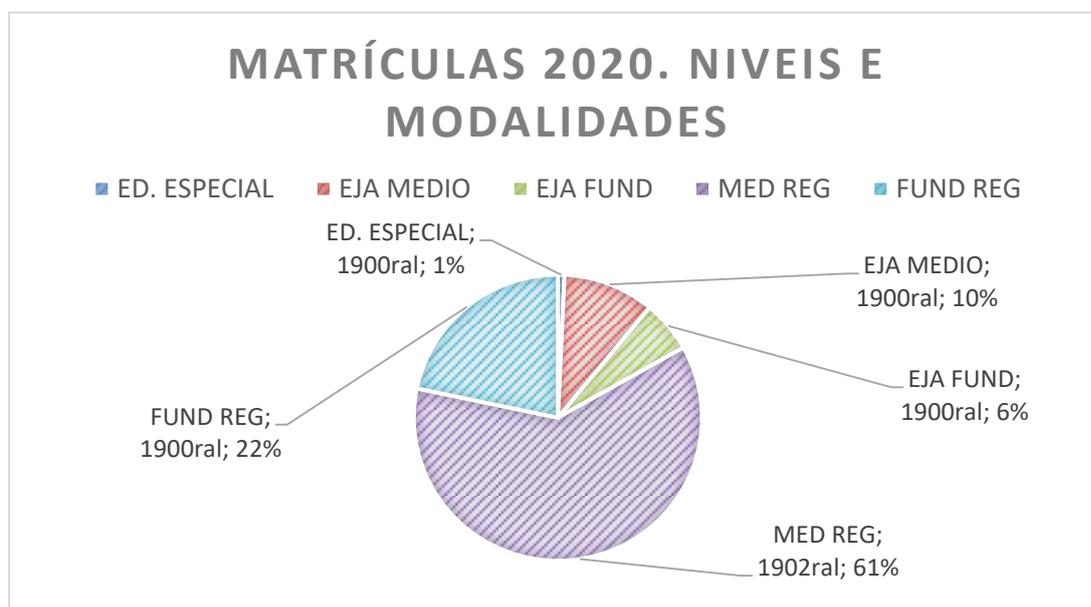
combate eficiente da pobreza, faz a economia crescer, promove a saúde, diminui a violência, garante acesso há outros direitos, ajuda a proteger o

³ Fundação Getúlio Vargas(FGV) **Você no mercado de trabalho- segunda etapa da pesquisa educação e trabalho dos jovens no Brasil**-coordenação Marcelo cortes Neri Rio de Janeiro: FGV - IBRE, CPS, 2008,p.36.Disponível em : <http://www.institutovotorantim.org.br>. Visitado em 8/8/2020, às 11:11

meio ambiente, aumenta a felicidade, fortalece a democracia, cidadania e ajuda na compreensão e tolerância do mundo em que vivemos⁴

Desta forma o presente trabalho no ensino de história, visa contribuir como um convite à reflexão e avanços na práxis educacional e da formação cidadã de qualidade na Escola Cônego Calado na cidade de Igarapé-Açu-PA, a qual tinha 35.887 habitantes, segundo o censo de 2010 do IBGE (Brasileiro Brasileiro de Geografia e Estatística), ficando a 124 km da capital do Estado, Belém. A escola, campo desta pesquisa chama-se Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Cônego Calado, a qual tem 1.220 alunos, sendo, 9 da Educação Especial, 267 do Ensino Fundamental regular diurno, 126 do ensino médio na modalidade de Educação de Jovens e Adultos, 72 ensino fundamental na modalidade EJA e 755 no ensino médio regular conforme o gráfico abaixo⁵:

Figura 1 – Gráfico em pizza exibindo o quantitativo de alunos da Escola Cônego Calado



Fonte: Dados fornecidos pelo setor administrativo da Escola Cônego Calado.

A Escola Cônego Calado, é uma unidade de grande porte, localizada na Avenida Barão do Rio Branco, nº 1454, no município de Igarapé-Açu-PA. Esta instituição de ensino foi fundada no dia 29 de maio de 1962 e recebeu este nome em homenagem ao primeiro pároco da cidade, Antônio Muniz Calado que muito

⁴ IVR- Instituto Vidas Raras. **QUAL É A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO?** Disponível em: <http://www.vidasraras.org.br> slp. Visitado em 8/8/2020, às 10:15

⁵ Todos os dados numéricos citados referentes à Escola Cônego Calado foram fornecidos pela secretaria administrativa da escola e atualizados em 2020.

contribuiu com a educação no município, segundo o Projeto Político Pedagógico desta instituição de ensino. A escola por ficar situada no centro da cidade é a mais requisitada para matrículas, sendo a maior da localidade.

A gestão escolar e o quadro de apoio administrativo estão compostos por um diretor, dois vices diretores, cinco especialistas em educação, uma secretária escolar. O perfil dos recursos humanos do pessoal de apoio está quantificado em 19 (dezenove) funcionários, distribuídos em 04 (quatro) assistentes administrativos, 04 (quatro) merendeiras (sendo uma destas readaptada), 05 (cinco) serventes e 05 (cinco) vigias.

A instituição tem um conselho escolar, este tem atividades de gestão administrativa, pedagógica e financeira desta unidade escolar, sendo composto por 13 (treze) conselheiros (diretor, vices diretoras, especialistas em educação e demais segmentos que representam as seguintes categorias: Alunos, professores, apoio e pai, o conselho escolar por sua base legal e pelo regimento escolar, divide responsabilidades como acompanhamento, aconselhamento, orientação sobre política pedagógica e deliberação de recursos financeiros (FUNDO ROTATIVO, PDE, PDDE, PROEMI E MAIS EDUCAÇÃO) que visam melhorar a qualidade educacional. Este conselho reúne-se ordinariamente e extraordinariamente ou sempre que houver problemas para serem solucionados com certa urgência. Os educandos pertencentes a zona urbana representam 58% regularmente matriculados e 42% estão vinculados a zona rural, segundo dados fornecidos pela direção da escola.

O perfil socioeconômico da escola é bem diversificado, mas uma boa parte dos alunos encontra-se situada na renda de um salário mínimo e 36% dependem de programas sociais como bolsa escola e bolsa jovem trabalhador, segundo o projeto político pedagógico da instituição. A escola apresenta uma estrutura física com rampas para alunos cadeirantes e piso tátil para os portadores de limitações visuais.

A infraestrutura da Escola Cônego Calado se caracteriza por ser composta de 17 salas de aula, sem climatização, embora todas tenham ventiladores velhos ou danificados, uma sala de professores climatizada, embora na época da realização desta pesquisa estivesse com a central de ar danificada, uma copa, um

refeitório sem assentos nem mesas para os alunos que lancham em pé, transitando pela escola, isso quando tem merenda na escola por que a mesma passa meses sem receber os mantimentos do Governo do Estado.

Figura 2 – Primeiro e Segundo Pavilhões da Escola Cônego Calado.



Fonte: Foto do autor.

Temos uma sala de informática ampla, porém desativada, um laboratório de química amplo e desativado, uma sala de leitura ativa com 3000 volumes, porém pouco frequentada pelos alunos, os quais segundo a professora encarregada desse espaço pedagógico, preferem mais brincar com os jogos da biblioteca do que ler.

A escola tem três banheiros, um masculino, um feminino e um para portadores de necessidades especiais, banheiros estes com pouca condição de uso, dado o seu estado físico e odores insuportáveis, segundo queixas de alguns alunos.

A escola conta ainda com uma sala da direção, uma sala da supervisão pedagógica, uma secretaria, uma sala de arquivo morto e uma sala para o grêmio estudantil da escola, mas o grêmio está desativado.

A clientela discente matutina se compõe de alunos um pouco mais jovens do que os da tarde e naturalmente da noite, que são em sua maioria adultos. No que se refere aos alunos da manhã, são todos da cidade, da sede do município e em sua maioria estão em série-idade próprias e apresentam um pouco mais dedicação às atividades escolares do que os alunos dos outros turnos, porém segundo o diretor atual da Escola Cônego Calado, seus pais vêm menos às reuniões do que os pais dos alunos vespertinos.

No dia 7 de julho de 2020, distribuimos 30 questionários de pesquisa aos pais e responsáveis de alunos na Escola Cônego Calado, este questionário abaixo reproduzido, trazia 09 perguntas relacionadas ao tema desta dissertação.

A finalidade da aplicação desse questionário era saber como em tempos passados, desde a geração anterior, o ensino de história se utilizava ou não do patrimônio cultural da cidade no ensino e aprendizagem desta disciplina, queríamos saber se os alunos de outrora, que hoje são os pais e responsáveis, visitaram como estudantes assistidos, a antiga base aérea ou outros elementos históricos da cidade, queríamos saber que olhar esses pais e responsáveis têm sobre a base aérea, como se relacionavam com ela no passado e como a encaram hoje e também o que pensam e como se relacionam com a escola de seus filhos, o Cônego Calado.

A metodologia utilizada na coleta de informações com os pais e responsáveis, foi o de contato deste autor com o diretor da escola, o qual por meio do grupo de *whatsapp* de pais e responsáveis da Escola, noticiou que este pesquisador estaria distribuindo 30 questionários aos pais de alunos no entorno da Escola Cônego, o que fizemos, deixando formulários impressos em casas de 30 familiares de nossos alunos.

Voltamos para buscá-los dia após dia em três tentativas e por estarmos em uma comunidade relativamente pequena, não pedi que os entrevistados se identificassem, a fim de evitar receios de constrangimentos dos pais e para que suas respostas fossem francas, por isso usamos números e não nomes como referência de identificação na análise dessas falas.

Questionário de entrevistas para os pais e responsáveis dos alunos da Escola Cônego Calado

1- No tempo em que você foi aluno(a), você estudou sobre o que é patrimônio histórico, os monumentos históricos de Igarapé-Açu?

2- Você considera importante o estudo da História ou na sua opinião essa matéria poderia ser retirada do currículo escolar?

3- Durante sua vida escolar o professor de história levou você para visitar os monumentos históricos de Igarapé-Açu ou nunca levou?

4 - Quais problemas existem nas escolas do Governo na sua opinião?

5 - Você participa das reuniões da escola, conversa com os professores ou não tem muito tempo para isso?

6 - Na sua opinião, o que deveria mudar nas escolas do governo?

7- Você consegue colocar seu filho para estudar em casa depois da escola ou não tem muito tempo para isso?

8 - Você está satisfeito com os estudos que você recebeu e que seu filho está recebendo nas escolas do governo?

9 - Qual é a sua opinião sobre a base aérea da segunda guerra em Igarapé-Açu e o que você acha da Escola Cônego Calado?

Outrossim, uma parcela de pais e responsáveis, a partir de questionários aplicados por nós, mesmo durante as restrições impostas pela pandemia de COVID-19, demonstraram satisfação com o ensino-aprendizagem proporcionado a seus filhos pela Escola Cônego Calado ao fazerem comentários tais como o N°02, que disse " *sim, estou bastante satisfeito terminei meu ensino médio na escola pública e meu filho também vai terminar, não tenho o que reclamar*", outro, o N°01, respondeu a esta que é a pergunta número 08, do questionário apenas com a palavra " *sim*" e ainda outro, o N°07 disse que " *a escola é boa mas pode ser melhorada*", não houve críticas severas à escola, nos comentários dessa amostragem de pais ou responsáveis que devolveram nossos questionários respondidos, embora fossem apontadas falhas como o entrevistado N°05 comentou " *um pouco [satisfeito], pois no tempo em que eu estudei os professores davam mais atenção, o estudo era bem melhor*".

Sendo que distribuimos 30 questionários e obtivemos o retorno de 08, apesar da conjuntura pandêmica e suas implicações, não sentimos empenho dos pais e demais cidadãos da cidade em preencher e retornar nossos questionários e tomamos isto como um dado da pesquisa que será discutido no terceiro capítulo desta dissertação.

A impressão que tivemos desde o primeiro momento da pesquisa de campo foi que as pessoas em sua maioria, ao não devolverem nossos questionários preenchidos nesta ocasião e outros questionários que distribuiremos, somando-se 70 questionários distribuídos, foi que as pessoas vivem em um corre-corre no dia a

dia que usaram para justificar que não tiveram tempo de preencher, de responder às perguntas, outros diziam que não conheciam sobre a base aérea e era melhor procurar as pessoas mais idosas do município, também percebemos que as pessoas nesta cidade e certamente na quase totalidade do Brasil, pensam a história somente enquanto passado distante e não lhes foi explicado que no tempo presente também se faz história, tinham dificuldade em compreender ainda que eu não queria saber somente sobre a história passada da base, mas queria principalmente entender qual olhar, qual a memória da população atual sobre a base de Igarapé-Açu.

Ainda definindo o perfil do alunado, a clientela discente vespertina é de alunos oriundos das sete agrovilas circunvizinhas da cidade mais pertencentes a municipalidade de Igarapé-Açu, são alunos em sua maioria filhos de pequenos agricultores, os quais sentimos que têm um pouco mais de dificuldade em sua aprendizagem e têm um pouco mais de maturidade por conta de que estão mais envolvidos no trabalho e na ajuda à subsistência da família do que os alunos do período da manhã, que moram na sede do município.

Esses alunos das agrovilas do período da tarde são mais tímidos e menos envolvidos nas atividades pedagógicas de aprendizagem, passadas pelos professores do que os alunos da manhã, também apresentam um menor rendimento escolar talvez por conta de suas condições materiais de existência que possivelmente dificulte seu aprendizado escolar como mostra Feitosa:

Ainda que considerando os múltiplos fatores associados a dificuldades na alfabetização inicial, pode-se supor que crianças de baixo nível socioeconômico possuem condições ambientais ainda mais restritas para o sucesso acadêmico relacionadas com a falta de um espaço e de uma rotina mais orientada para o estudo, além de pais que não podem ou não sabem ajudá-las nas tarefas de casa ou cujas preocupações com a sobrevivência os impele a negligenciar essa faceta do desenvolvimento dos filhos⁶.

Nesse sentido, dados da plataforma QEDO⁷, mostram que na cidade de Igarapé-Açu com relação ao 9º ano do ensino fundamental, segundo o último ano de

⁶ FEITOSA, Fabio et al. **Suporte social, nível socioeconômico e o ajustamento social e escolar de adolescentes portugueses. Temas psicol.**, Ribeirão Preto, v. 13, n. 2, p. 129-138, dez. 2005 . p. 04. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?> Acessos em 25 fev. 2020, às 21:17

⁷ Dados extraídos de Plataforma QEDU disponíveis em <https://www.qedu.org.br/cidade/igarape-acu/aprendizado>. Acessos em 20 de julho de 2020, às 20:00h

registro que foi em 2017, em relação à aprendizagem em língua portuguesa, só 12% dos alunos que fizeram a prova atingiram o nível de proficiência aceitável que é de 70% de acertos e só 2% atingiram esse índice com relação à aprendizagem matemática, não conseguimos dados específicos sobre a Escola Cônego Calado nesta plataforma.

Quanto ao turno da noite na Escola Cônego Calado, são em sua maioria adultos, sendo o turno com o menor quantitativo de alunos e tem características bem diferenciadas com relação aos alunos do dia, por que os alunos da noite são muito mais dispersos, mais faltosos, se preocupam menos com as atividades escolares, com as notas, com aprovação ou reprovação e o índice de desistência e evasão é muito maior por serem realmente um público diferenciado dos demais turnos. Estas são as características gerais da Escola Cônego Calado, onde se passou o desenvolvimento desta pesquisa.

Desta forma, levando-se em consideração as características gerais do alunado desta instituição de ensino, o objetivo maior desta pesquisa acadêmica no campo da didática histórica, dentro da linha de pesquisa saberes históricos em diferentes espaços da memória, vem a ser contribuir com uma reflexão sobre como utilizar o patrimônio histórico da cidade de Igarapé-Açu no ensino de história local, a partir da produção de um vídeo-documentário de 20 a 30 minutos em DVD e disponível online, sobre a base aérea de Igarapé-Açu que remonta à Segunda Guerra Mundial e percebermos qual a memória, que olhar a população desta cidade tem sobre a base aérea no tempo presente, isto feito em parceria com os alunos do oitavo ano da manhã de 2019 do Cônego Calado.

Intuímos também, contribuir para um ensino de história mais significativo nesta escola, despertando nos alunos participantes da pesquisa, a importância e o prazer de se estudar e pesquisar a história local, por meio de um estudo sobre a origem, utilização e os motivos da existência de uma base aérea da Segunda Guerra Mundial em sua cidade, a partir das questões levantadas pelos próprios alunos participantes desta pesquisa sobre a base aérea de Igarapé-Açu.

Queremos atuar na perspectiva de que os alunos da educação básica passem a ver como estão inseridos no processo histórico regional, nacional e mundial, bem como sua localidade e vim a perceber que a história não é algo abstrato e distante de si, mas que em Igarapé-Açu, sua cidade se faz história ontem e hoje.

Escolhemos a turma do 9º ano da manhã da escola estadual de Ensino Fundamental e Médio Cônego Calado em Igarapé-Açu, por que o tema de Segunda Guerra Mundial, faz parte do conteúdo programático do nono ano do Ensino Fundamental e do terceiro ano no Ensino Médio e em razão do terceiro ano está envolvido e dedicado a prestação do ENEM, optamos pelo nono ano, no caso a turma F9HMR901, também consideramos que era uma turma participativa nas aulas de História, na qual eu sou titular, é uma turma grande, porém silenciosa e obediente, o que certamente contribuiria para o bom andamento dos trabalhos .

Gostaríamos de abrir um parênteses explicativo para colocar que iniciamos este projeto com a aplicação do questionário de averiguação de conhecimentos prévios e as oficinas em novembro de 2019 com a turma do 8º ano, a qual se tornaria em 2020, o nono ano da manhã, o que fora necessário fazer como critério de realização de um trabalho preparatório das oficinas para aprovação na última disciplina, Seminário Tutorial da grade curricular do Mestrado Profissional em Ensino e História que estamos cursando, sendo que pelo processo seriado progressivo, este até então 8º ano, se tornaria o 9º ano em 2020 quando, então sob tutela, orientação, parceria e supervisão deste professor-pesquisador, os trabalho de pesquisa, entrevistas, filmagens, seminários para a exposição e comentários do documentário sobre a base em sala de aula, seria então feitos, porém tivemos o terrível imprevisto da pandemia de COVID-19, a qual causou suspensão das aulas em todo o Estado do Pará nas escolas estaduais no dia 18 de março de 2020, porém até esta data tínhamos conseguido fazer um questionário de averiguação de conhecimentos prévios com esta turma do 8º ano, sobre conceitos históricos pertinentes a realização da pesquisa e entrevistas para realização do documentário sobre a base aérea, questionário a partir do qual eu preparei os três dias de oficinas, os quais conseguimos realizar no começo de 2020 com esta turma já então, como nono ano antes da suspensão das aulas por tempo indefinido pela Secretaria de Educação do Estado do Pará.

Outrossim, mesmo com prolongamento da pandemia por todo ano de 2020/21, conseguimos montar uma equipe de cinco alunos do nono ano, mesmo com as aulas presenciais suspensas,(porém mantidas no sistema remoto de ensino pela escola) e fizemos as filmagens do local, bem como as entrevistas com autoridades administrativas do município, idosos e outras pessoas que tiveram convivência com a base aérea ou foram parentes próximos de pessoas que

conviveram com a mesma enquanto esta ainda era ativa, onde foram feitas perguntas elaboradas pelos próprios alunos nas oficinas, conforme faremos o detalhamento em tópicos específicos desta dissertação. Neste momento fizemos um esforço no sentido de explicar por que, começamos com o projeto com a turma do 8º ano e terminamos com esses mesmos alunos, cursando o 9º ano.

Quanto à escolha da base aérea com o objeto de pesquisa desta dissertação, bem como de seu produto, um vídeo documentário sobre a mesma, explicamos que se deu em razão de que ao escolher a turma com quem eu iria fazer este projeto dissertativo de ensino de história, o 8º ano, perguntei nesta turma quais eram os principais elementos dos patrimônios históricos de Igarapé-Açu e de forma quase unânime, os mais de 30 alunos desta turma, apontaram a base aérea da cidade como o mais importante elemento dentro do conjunto patrimonial da cidade.

Então, expliquei à turma que eu estava cursando o Mestrado Profissional em Ensino de História da UFPA e precisava fazer trabalho para universidade em parceria com alunos, os convidei para participarem deste trabalho comigo, o que foi aceito com bastante entusiasmo por estes alunos, de modo que a escolha da base como objeto e produto didático desta dissertação, foi em grande parte uma escolha dos próprios alunos que iriam pesquisar comigo.

Outra razão da escolha da base aérea para esta pesquisa foi que até entre os professores, nativos do município com quem conversei, apontavam também a base aérea como um elemento histórico que poderia ser historicizado, já inclusive me dando dicas de quem entrevistar. Com isto, aproveitando tanto entusiasmo dos alunos quanto de alguns professores, abracei a ideia e definir com a turma que este seria o nosso tema.

Quanto à escolha da escola Cônego Calado para esta pesquisa, refletiremos sobre isto no terceiro tópico deste primeiro capítulo, patrimônio histórico-cultural e ensino de história local: Igarapé-Açu como lugar de fala.

Continuando, visamos na pesquisa, problematizar, entender como ao longo da história de Igarapé-Açu, a base aérea desta cidade que remonta à Segunda Guerra Mundial, caiu no esquecimento da maior parte da população local, tornando-se um exemplo daquilo que a historiadora Márcia Motta aponta como “Patrimônio Histórico Fantasma”, haja vista que ao falarmos com nossos alunos sobre o patrimônio histórico da cidade, a maioria fala com certo orgulho de que nela

existe uma base da Segunda Guerra, porém não sabem discorrer sobre a sua importância ou sobre a sua história.

Isto é recorrente também entre a maioria de nós, os moradores da cidade, inclusive o autor deste trabalho que é morador e professor de história há 14 anos em escolas estaduais desta localidade, mas que juntamente com os outros nove professores história da cidade, em sua maioria, pouco conhecem a história da base militar de Igarapé-Açu e pouco usam esse e outros patrimônios locais em suas aulas de história, estando hoje esse bem cultural exposto ao matagal e invisibilizado aos olhos da maioria dos habitantes da cidade.

Outrossim, com esta pesquisa queremos entender e dá respostas às perguntas levantadas pelos alunos da turma do 8º ano de 2019, da Escola Cônego Calado, sobre a base militar de Igarapé-Açu, queremos entender a história deste patrimônio da cidade, entender como ela pode ter se tornado “patrimônio histórico fantasma” para uma pequena parcela da pessoas desta cidade que conhecem um pouco da base, que tiveram alguma forma de contato com ela e a consideram um lugar de memória e entender qual a memória ou esquecimento se produziu no tempo presente por parte da quase totalidade da população local e das instituições com correlação a esta base aérea da Segunda Grande Guerra, como nos levam a pensar as respostas dadas nos questionários de pesquisa de campo pelas pessoas em geral, bem como identificar qual a funcionalidade deste espaço no presente, além de pensar maneiras de usá-la nas aulas de História.

Acreditamos que o conceito de patrimônio histórico fantasma, cunhado pela pesquisadora Márcia Motta para se referir a patrimônios histórico-culturais que foram abandonados pelas instituições públicas, mais que de alguma forma ainda se mantém na memória da população local, mesmo que de maneira difusa e envolto em uma áurea de amnésia social, possa ser usado como categoria de análise para entendermos o momento presente desta base e a forma como a comunidade local se relaciona com ela na medida em que é definido como:

A definição de patrimônios fantasmas aqui utilizada foi criada para repensar a relação entre patrimônio, história e amnésia social. Por conseguinte, os patrimônios fantasmas são aqueles que foram destruídos ou abandonados pelos órgãos públicos, mas que ainda mantêm uma memória de sua existência pela comunidade e são referências fundamentais para uma identidade de grupo, ainda que difusa. Neste sentido, os patrimônios fantasmas podem representar o abandono ou a pouca presença do Estado na preservação de nossos patrimônios coletivos, mas eles também –

mesmo que às avessas – constroem uma linha de continuidade com o passado que está presente na memória local, nas fotografias que são tiradas sobre aquele espaço, daquilo que muitas vezes se diz: “Não existe mais”. Eles são fantasmas também porque, ainda que alguns possam estar fisicamente inteiros, eles não receberam a denominação de patrimônio, no sentido em que é conferido oficialmente como um exemplo de bem coletivo. Eles podem ser apenas vistos pelo poder público como algo sem valor, ainda que a comunidade reconheça ali o seu lugar de integração e de pertencimento. Enquanto patrimônios fantasmas, eles podem representar também o poder de resistir à amnésia social sobre uma história local, sobre um espaço onde outrora existia, por exemplo, um patrimônio fantasma imemorial, como uma dança que não é identificada como bem coletivo⁸.

Porém, não queremos nos adequar a realidade dos vestígios materiais da base aérea à teoria conceitual de “patrimônio cultural fantasma” de forma precoce e precipitada, assim o conceito de “Patrimônio Histórico Fantasma” aplicado à antiga base aérea Igarapé-açuense é tratado aqui como hipótese em estudo, considerando-se algumas características prévias e indiciárias postuladas por este conceito novo é aparentemente apresentadas pelo nosso objeto de estudo, investigação e registro, entretanto as nossas pesquisas nos indicam que para uma parcela pequena da população a base aérea tem algum valor, algum significado, alguma memória que a constitui enquanto Patrimônio Histórico-Cultural como podemos perceber nas respostas dadas por alguns pais de alunos por nós entrevistados por meio do questionário de entrevista para os pais e responsáveis dos alunos da Escola Cônego Calado, a exemplo do entrevistado número 03, que ao responder a pergunta número 09, *qual é a sua opinião sobre a base aérea da segunda guerra em Igarapé-Açu?* Disse, *“A base aérea: eu acho patrimônio”* e o entrevistado número 08, na categoria dos pais e responsáveis de alunos, que sobre esta mesma pergunta disse *“é triste de ver a base aérea em ruínas”*. E para maioria das pessoas com quem falamos, que responderam nossos questionários, a base perdeu qualquer significado, não tendo mais função em nossos dias e não sendo para a maior parte da população, uma memória constituída, mesmo porque ela está há 20 anos completamente desativada para suas funções iniciais.

Assim, percebemos uma grande indiferença da maior parte da população que em texto ou em atitudes para com este pesquisador, demonstrou não ter

⁸ Motta, Márcia http://patrimonios.proprietas.com.br/index.php/site/patrimonios_fantasmas. Visto em 28/11/19 às 08: 24min.

nenhum interesse pela história daquele lugar, o que ficou expresso em falas como a do entrevistado número 06, o qual ao responder a mesma pergunta acima mencionada, qual é a sua opinião sobre a base aérea da segunda guerra em Igarapé-Açu? Disse, *"sobre a base aérea nada a falar"*, e outro entrevistado de 69 anos, morador de Igarapé-Açu há 61 anos, disse *"sinto que ela (a base) beneficiou os moradores quando estava em funcionamento, mas hoje não faz falta pois é como se nunca estivesse existido"* e o entrevistado número 01, que disse, *"não estou lembrando"*.

Então, estamos inclinados a acreditar que para uma parcela muito pequena do povo local, a base aérea se constitui enquanto lugar de memória, mesmo que distante e difuso e portanto, se encaixa no conceito de patrimônio histórico fantasma, porém para maioria das pessoas como veremos no decorrer dessa dissertação, este espaço não se constitui enquanto Patrimônio Histórico Cultural, por que até sabem que ele existe, mas não o estudaram na escola, não o viram valorizado pelo poder público e não se relacionaram com ele de maneira significativa para querer se apropriar e tomá-lo como seu, como parte de sua identidade, de suas memórias e ao longo das décadas de abandono, descuido e degradação física, aquele espaço histórico se tornou invisibilizado para elas.

Desta maneira, a partir das inquietações do tempo presente em forma de indagações pensadas por 35 discente do ensino fundamental, voltamos ao passado de Igarapé-Açu, em busca de entender como a base aérea desta localidade veio a existir, como se relacionava no passado e como se relaciona nos dias de hoje com a cidade e por fim como caiu no esquecimento e no descuido da comunidade local, não com intuito de simplesmente lamentar o luto pelo patrimônio perdido, mais sim de promover a problematização deste lugar histórico com relação ao que ele foi no passado e com relação ao que significa no presente no que tange, a qual memória a comunidade de Igarapé-Açu tem hoje, sobre este ente histórico e como se relaciona com ele por meio da memória, das instituições e do ensino de história.

Com este objetivo então de identificarmos de maneira aproximada como a população de Igarapé-Açu se relacionava e se relaciona com aquele espaço militar, o que pensa e o que sente em relação à base, em um primeiro momento, distribuimos no dia 23 de Julho de 2020, 40 questionários para diferentes cidadãos nesta cidade, este questionário impresso era constituído de 08 perguntas todas relacionadas à base aérea como exposto abaixo:

Questionário para os cidadãos de Igarapé-Açu

1- Qual a sua idade? Há quanto tempo mora em Igarapé-Açu?

2 - O que você pensa da base aérea de Igarapé-Açu?

3- O que você sente, o que você pensa quando passa na frente da base aérea de Igarapé- Açu?

4- O que você lembra, o que você sabe, sobre a base aérea de Igarapé- Açu?

5 - Você acha que a escola deveria ensinar sobre essa base aérea de Igarapé-Açu ou tem coisas mais importantes para ser ensinadas?

6- Alguma vez você já visitou a base aérea de Igarapé-Açu, como foi a visita?

7- Essa Base Aérea de Igarapé-Açu significa alguma coisa para você?

8 - O que você acha que deveria acontecer com os restos da base aérea de Igarapé- Açu?

À semelhança do questionário anterior, aplicado aos pais de alunos da Escola Cônego Calado, passamos três dias tentando receber os questionários preenchidos, ao final conseguimos recolher 15 e também dissemos aos moradores que não identificaríamos seus nomes para evitar constrangimentos e curiosamente vários recusaram-se a pegar o questionário e escrever suas respostas, mas falavam para este pesquisador aquilo que lembravam sobre a base aérea de modo informal e rápido, ali mesmo no portão de sua casa, no sol por que não podiam receber visitas devido a pandemia.

Diversos outros, nem não aceitavam o questionário por estarmos em um período de pandemia e haver o risco do mesmo está contaminado e ainda outros demonstravam desconfiança e algum grau de temor, frente a um desconhecido que lhes pedia para escreverem em um papel coisas que ninguém nunca lhes havia

perguntado, podendo inclusive tratasse de algum tipo de golpe, frente os altos índices de criminalidade em que vivemos, mesmo para pequenas cidades como esta.

Nas ocasiões em que não tive a receptividade esperada, tratei como percalços e como um dado da pesquisa e com os avanços das pesquisas de campo por meio da distribuição de novos questionários com outras perguntas em outras datas, viemos a entender que para maioria da população de Igarapé-Açu, a base era um assunto pouco relevante e muitas vezes esquecido.

Ao final, conseguir coletar 15 questionários preenchidos, a maioria com respostas lacônicas em um espectro etário que oscilou entre 16 e 83 anos e todas as respostas dadas às perguntas deste questionário serão analisadas de modo mais profundo e a luz de alguns autores em tópico específico mais à frente nesta dissertação.

No entanto, esta aparente condição de “patrimônio histórico fantasma” em que caiu a antiga base aérea de Igarapé-Açu, não passou despercebida para parte dos moradores da cidade que conhecem um pouco do passado dela, posto quando perguntados sobre este espaço octogênario, obtivemos respostas tais como a do entrevistado N° 01, um senhor de 74 anos, morador da cidade desde que nasceu, que disse *"é patrimônio histórico que está abandonado"*, e ainda outro, o entrevistado N°02, de 66 anos, morando há 30 na cidade, comentou *"tai uma parte da história de Igarapé-Açu que se perdeu no tempo"* e o entrevistado N°08, uma senhora de 83 anos, moradora da cidade a 38 anos disse *"os aviões baixavam lá era uma coisa evoluída e agora acabou, está em ruína."* Outro morador entrevistado, o N°12, de 52 anos que mora há 26 na cidade disse *"Foi desprezado pelo governo. A gente passa lá na frente é um matagal, não sei porque são assim no Brasil."*

As falas dos moradores são indícios de que o conceito de “patrimônio histórico fantasma”, se aplica ao nosso objeto de pesquisa, por que de fato se produziu ao longo das últimas décadas um abandono, um descuido dos vestígios materiais da base pelo poder público em Igarapé-Açu, porque como podemos perceber pelas fotos abaixo, de autoria deste pesquisador, tiradas *in locos* no dia 11 de agosto de 2020, este espaço não recebeu nenhuma revitalização dos governos municipal, estadual ou federal, estando em ruínas e literalmente desabando.

Figura 3 - Primeiro e segundo dos quatro prédios no complexo histórico da base aérea de Igarapé-Açu em ruínas.



Fonte: Fotos do autor

Além do que, a o longo do tempo pelo fato de o espaço não ter sido mais utilizado pela aeronáutica para fazer treinamentos ou ações de saúde pública com a comunidade, como acontecia até 2002, conforme nos informou o entrevistado N°16, o qual reside em Igarapé-Açu há 32 anos e de 2002 a 2004, foi secretário de esporte cultura e turismo, quando então ficou designado pelo prefeito da época para providenciar alimentação e alojamento para todos os oficiais da aeronáutica que estiveram naquele momento e desde então, pela última vez na cidade fazendo ações de treinamento militar, saúde pública e a distribuição de remédio, não havendo mais novos contato entre a população de Igarapé-Açu e a aeronáutica neste espaço da base aérea.

Houve então, um corte na já tênue ligação que existia entre a comunidade e este espaço histórico e hoje para as novas gerações a base aérea não tem função, nem significado maior, que vá para além de ruínas abandonadas que no passado tiveram alguma importância, mas que eles, os jovens até 30 anos, não sabem exatamente qual foi e assim, vem se produzindo um esquecimento, um desmemoramento social, uma invisibilidade deste bem cultural em Igarapé-Açu, na medida em que, em sua maioria, a população desta localidade nas mais diferentes faixa etárias, do jovem estudante ao cidadão de meia Idade, com exceções entre o público mais idoso, não têm uma memória viva e compartilhada que evidencie um sentimento de identidade e pertencimento com relação a este patrimônio como indicam as falas de um homem de 40 anos, o entrevistado N°07 e o de uma mulher de 33 anos, a entrevistada N°10, ambos moradores da cidade desde o nascimento, que ao responderem a pergunta número 02 do questionário, **o que você pensa da base aérea de Igarapé-Açu?** Disseram respectivamente "*penso que é um espaço bom, que poderia ser melhor aproveitado para construir moradias lá*" e "*não sei opinar*".

Desta forma percebemos que a maior parte da população desta cidade, tem sua forma de se relacionar com espaço, pautada pela invisibilidade, desconhecimento, ausência de identidade e não o considera essencial, nem o patrimônio cultural.

Figura 4 - Ruínas da Base Aérea de Igarapé-Açu - PA



Fonte: <http://www.estacoesferroviarias.com.br/braganca/livramento.htm>

Entendemos que a própria postura da maioria dos nossos propensos entrevistados, ao preferir silenciar ao serem perguntados sobre como se relacionam com a base aérea, entregando nossos questionários em branco ou mesmo se negando a recebê-lo, como houve em vários casos durante a pesquisa de campo é sintomático no sentido de indicar uma amnésia social e até mesmo indiferença da maioria da população da cidade com relação a este elemento histórico.

Ressalvo que não é nossa intenção fazer nenhum juízo de valor crítico sobre os olhares diferentes e divididos que a população de Igarapé-Açu, tem sobre a base aérea, nem queremos aqui fazer uma lamentação por um propenso patrimônio cultural em estado de semi abandono, antes queremos sim, expor que as maneiras das pessoas da cidade de Igarapé-Açu, verem a base aérea são diferentes, na medida em que para as gerações até 30 anos este lugar não tem grandes significados, não é portador de memórias, identidade, nem pertencimento, já as pessoas com mais de 50 anos, afirmam lamentar a não conservação do lugar, ou seja, para parte da população a base se enquadra no conceito de patrimônio histórico e para a maioria do povo, ela não é considerada patrimônio histórico por

não terem uma memória coletiva constituída sobre ela, não terem identidade, pertencimento ou afetividade com este espaço, achando que hoje ele não tem mais função e que poderia ser melhor aproveitado em outras aplicações.

Considerando que a Universidade Federal Rural da Amazônia é atualmente responsável pelo gerenciamento da base aérea de Igarapé-Açu, fomos conversar com o diretor interino da UFRA em 14 de agosto de 2020, sendo este o nosso entrevistado número 17, concursado e funcionário da UFRA em Igarapé-Açu desde 2005, nega que a base aérea, seja um patrimônio histórico abandonado na perspectiva de que, segundo o entrevistado, o espaço territorial da base vem sendo utilizado parcialmente como fazenda agrícola da instituição para ensino-aprendizagem e experimentos agrícolas, tendo benfeitorias, pastagens e plantio feitos pela UFRA, afirma que parte do complexo histórico é utilizado para alojamento de professores e alunos em alguns momentos, é depósito de materiais e também moradia de um pequeno agricultor e sua família, o qual com permissão da UFRA, mora ali, há 18 anos justamente para proteção do complexo histórico, além do que, um vigilante guarnece a área, fazendo rondas de motocicleta, assim não pode ser considerado um local abandonado, apenas na visão do entrevistado, não exerce mais as mesmas funções para as quais fora criado na década de 40.

Para este entrevistado, a base aérea não compõe mais em nossos dias, as funções iniciais para qual foi construída, no entanto ainda é útil e utilizada em funções diferentes das pensadas na década de 40, por isso não pode ser classificada como patrimônio histórico fantasma, diz o diretor interino:

Chamar de patrimônio abandonado, de fantasma só ser a base nunca mais fosse utilizada para nada e poderíamos pensar que a base está abandonada, mas para as funções que ela tinha antes, a partir do conceito do que era a base antes e do que ela é hoje, se considerarmos que as funções que ela tinha no passado, hoje não tem, mas não está abandonada porque nós estamos lá, nós, fazemos atividades, nós protegemos, apagamos incêndios, o que nós precisamos é dar um novo papel para base, para onde é que vai isso aqui? Existem várias possibilidades desde se utilizar a pista da base para pouso em caráter de urgência, até um grande centro universitário nesta área ou mesmo a utilização do espaço para a criação e domesticação de animais silvestres, estudo de plantas alimentícias, mais a UFRA não tem orçamento para mexer na parte histórica.

O pequeno agricultor, supra citado, que mora em um dos prédios antigos da base aérea com sua família, é o nosso entrevistado número 18, o qual também nega

que a base aérea esteja em estado de abandono porque ele mesmo, afirma já evitou roubos e incêndios no local, faz roçagem, ajuda cuidar das coisas da UFRA na área da base, sendo visto por muitos na cidade como cuidador da base, diz esse entrevistado:

Moro aqui desde quando acabou meu contrato com a UFRA, eu era um recibado, trabalhava prestando serviço nas hortas da UFRA e quando entrou a empresa terceirizada eu fui demitido e então a direção permitiu eu ficar morando, plantando e cuidando daqui, e ajudando UFRA, a base está assim porque é velho mesmo e não por que está abandonado.

Gostaríamos de registrar que este entrevistado nos atendeu muito bem em um primeiro contato, respondendo várias perguntas mais passados alguns dias, voltamos para uma segunda conversa e fui recebido de modo frio, lacônico e evasivo por este senhor e sua família, os quais talvez estivessem temerosos de que esta pesquisa tornasse pública, alguma condição irregular de moradia deste senhor na base que é área federal, se recusando ele a falar conosco novamente e nos sugerido os nomes de outras pessoas idosas que dariam mais informações do que ele sobre o funcionamento desta base em épocas passadas.

A base tem se tornado um patrimônio histórico fantasma e também mudo por dois motivos, (1) em razão de está em ruínas, com aparência de abandono, falta de cuidados e reparos, não transmitindo segurança quanto a estabilidade de sua estrutura física que está desabando, após 79 anos de existência estando com aparência de completa deterioração e (2) a população de Igarapé-Açu não tem atribuído sentido histórico nem dialogado com ele, visto que não há entre a antiga base e a maioria da comunidade uma comunicação, uma troca simbólica de atribuição de significados, memória e identidade.

O que existe é uma percepção difusa e abstrata na população de que este, fora outrora, um lugar importante mas que hoje, na forma como está, desabando e de aparência sucateada não os orgulha, nem faz com que vejam representatividade nele ou queiram se apropriar deste espaço histórico, porque como diz Maria Cecília L. Fonseca para um bem cultural ser considerado patrimônio histórico *"implica um processo de interpretação da cultura como produção não apenas material como também simbólica, portadora, no caso dos patrimônios de referência a identidade, a ação e a memória dos diferentes grupos que formam a sociedade"*⁹

⁹ FONSECA, Maria. **Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural.** In: ABREU, R; CHAGAS, M. (Orgs.). Memória e patrimônio. Ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. P.67

Na forma como está, no estado em que está (vide fotos), a base aérea de Igarapé-Açu não permite trocas simbólicas entre este bem cultural e a população, não se constitui enquanto lugar de memória portador de identidade, fazendo dele um espaço com duas vicissitudes, o de ser mudo e invisibilizado.

Outro exemplo de "patrimônio histórico fantasma" e também mudo em Igarapé-Açu, são as ruínas da antiga estação do trem Belém–Bragança, o qual trouxe grande crescimento para as cidades, vilas e agrovilas circunscritas pelos 220 km de linha de ferro entre Belém e Bragança, embora este não seja o nosso foco, a estação ferroviária do trem "maria fumaça", que teve a construção iniciada em 1883 e acabou extinta em 1965, foi muito significativa, pois proporcionou um fluxo muito maior de pessoas, mercadoria, capital e informações por onde passava no passado, porém não tem recebido o fino trato que seria devido as memórias materiais deste, que foi um marco histórico no crescimento demográfico, econômico e político dessa localidade, estando os vestígios da antiga estação do trem em meio ao matagal, à semelhança da antiga base aérea de Igarapé-Açu, a qual fica a 22km da referida estação de trem.

Figura 5 - Imagem dos restos materiais da estação do trem maria fumaça na comunidade do livramento, município de Igarapé-Açu, também está exposta ao matagal à semelhança da base aérea nesta mesma cidade.



Fonte: <http://www.estacoesferroviarias.com.br/braganca/livramento.htm>

Desta forma, além do conceito de patrimônio histórico, queremos também com essa pesquisa que os alunos participantes deste trabalho e depois o público-alvo do seu produto final, tenham contato com outro conceito adjunto ao de patrimônio histórico, que é a *noção de memória ou esquecimento* acionados com

relação a base aérea de Igarapé-Açu, isto por que indubitavelmente memória e patrimônio cultural são conceitos diferentes, porém indissociáveis, na medida em que o próprio patrimônio se constitui enquanto "*lugar de memória*" como nos diz Pierre Nora na obra "*les lieux de mémoire*"¹⁰.

Assim, por meio desta pesquisa no campo do ensino de história por meio do patrimônio cultural, estamos buscando entender metodologicamente quais memórias, quais representações a comunidade de Igarapé-Açu, tem no tempo presente, sobre a base aéreo-militar desta cidade que remonta à Segunda Guerra Mundial e para isto falamos com alunos, professores de história, supervisores educacionais, pais na Escola Cônego Calado e cidadãos em geral desta cidade para conseguirmos compreender, o que a comunidade deste município tem como memória, pensa e sente com relação a este bem histórico local e como se relaciona com ele em nossos dias.

A fim de historicizarmos, a referida base, fizemos largo uso da memória social por meio de entrevistas com pessoas, homens e mulheres, hoje já idosos ou seus parentes próximos, no caso dos já falecidos, que foram contemporâneos à base aérea, quando esta ainda era ativa, assim estamos reconhecendo e fazendo uso do instituto da memória como instrumento de pesquisa para entendermos as origens, funcionamento e a razão existencial deste lugar de memória no contexto da década de 40 e quais olhares a comunidade de Igarapé-Açu tem hoje sobre esta base aérea.

Nos utilizaremos das memórias dos entrevistados de duas formas, primeiro como fonte para compreender e recuperar historicamente a década de 40, sua conjuntura de guerra e seus reflexos locais, progênie da qual nasce a base aérea desta cidade, juntamente com diversas outras fontes históricas, tais como jornais, artigos históricos e outras que possam complementar, corroborar, ajustar ou negar os relatos exatos ou difusos de nossos entrevistados acerca dos acontecimentos de outrora.

Enfatizamos que embora esta pesquisa se relacione com fatos diretamente ligados a década de 40 e a Segunda Guerra Mundial, não é esta a dimensão central

¹⁰ NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. Projeto História. São Paulo: PUC-SP. N° 10, p. 12. 1993. Disponível em: WWW.revistas.pucsp.br. Consultado às 20:14 em 23/07/2020

deste trabalho, o nosso objeto de reflexão consiste em verificar no tempo presente, quais as representações a cerca deste patrimônio, a base aérea, estão postas hoje na comunidade de Igarapé-Açu, este é o escopo desta dissertação.

Também, não é nossa disposição, defender a base aérea enquanto patrimônio histórico cultural da cidade, visto que para maioria da população local, este espaço existe, é em alguma medida histórico, mas não chega a categoria de patrimônio histórico-cultural, segundo as nossas concepções atuais que vão para além de pedra, cal e longevidade de paredes de concreto, que requerem além disso que exista uma relação de identidade, pertencimento e apropriação pela comunidade desses bens para que assim possam se encaixar na concepção moderna de patrimônio cultural e conforme veremos, apenas uma parcela pequena da população, fala da base como tendo um valor pessoal.

Retomando, o conceito de memória é um importante expediente de pesquisa histórica neste trabalho para entendermos um pouco da história e das representações da comunidade sobre a base aérea nas duas temporalidades, o passado e o presente.

Sabemos ainda que a própria base aérea na sua materialidade, se constitui enquanto objeto portador de memória em Igarapé-Açu, considerando que “a memória pode estar presente em várias formas: em objetos, músicas, palavras” e ela não é estática¹¹, isto porque entendemos que o fazer histórico é um processo constante e vivo que envolve todas as pessoas de dado espaço e época, porém mais do que somente lembrar o que foi vivido ou lamentar o luto do patrimônio perdido, sabemos que a narrativa histórica por meio da memória social, transmite também valores e visões de mundo que nos ajudam a compreender tanto a temporalidade passada quanto a presente.

Neste sentido, definimos o conceito de memória, relacionada ao campo da história conforme postulado por Lopez:

A memória pressupõe registro – ainda que tal registro seja realizado em nosso próprio corpo. Ela é, por excelência, seletiva. reúne as experiências,

¹¹ Lopez, Immaculada. **Memória social: uma metodologia que conta histórias de vida e o desenvolvimento local**/ Immaculada Lopez. -- 1. ed. -- São Paulo: Museu da Pessoa: Senac São Paulo, 2008. Disponível em: <https://docplayer.com.br/Memoria-social-uma-metodologia-que-conta-historias-de-vida-e-o-desenvolvimento-local.html> Consultado às 12:36 em 15/07/2020.

os saberes, as sensações, as emoções, os sentimentos que, por um motivo ou outro, escolhemos para guardar.¹²

Michael Pollak, também nos ajuda a entender que memória social, ao narrar acontecimentos históricos, é de grande valor para a descoberta de ricas e múltiplas narrativas históricas subalternas, vindas das massas, o que nos permite ir além das narrativas oficiais e articular diferentes visões sobre os acontecimentos históricos, lugares e pessoas, seja do nosso objeto de pesquisa, a base aérea local ou de qualquer o outro acontecimento histórico. Diz Michael Pollak:

Além desses acontecimentos vividos pessoalmente, a memória é constituída por pessoas, personagens. Além dos acontecimentos e das personagens, podemos finalmente arrolar os lugares. Existem lugares da memória, lugares particularmente ligados a uma lembrança pessoal¹³.

As memórias individuais e coletivas podem contribuir na dinâmica da construção de uma narrativa histórica científica, onde a partir das demandas do presente, fazemos perguntas ao passado e assim, poderemos de maneira aproximada, reconstituir o tecido histórico deste bem histórico-cultural de Igarapé-Açu, a partir das falas de diferentes instituições e indivíduos pertencentes a esta coletividade.

Estamos buscando a partir das contribuições das memórias individuais, chegarmos a uma memória social da comunidade de Igarapé-Açu, sobre a base aérea existente na cidade e também queremos com esse trabalho de memória identificar as representações no tempo presente e a memória atual dessa população sobre o nosso objeto de pesquisa.

Nas páginas acima, refletimos sobre a circularidade existente entre os conceitos de patrimônio histórico fantasma e memória\esquecimento, sendo que no decorrer desta dissertação, construiremos um tópico específico sobre a memória coletiva a respeito deste bem cultural em Igarapé-Açu, a base aérea em nossa temporalidade.

¹² Idem.p. 17

¹³ Pollak, Michael. . **Memória e Identidade Social**. 1992, p.02. Disponível em: www.pgedf.ufpr.br. Consultado às 15:22 em 11/07/2020.

A seguir, veremos como o conceito de patrimônio histórico tem se ampliado e amadurecido ao longo das décadas no Brasil e no mundo, analisaremos também que noções de patrimônio histórico, têm os alunos da educação básica, participes direto e público alvo deste empreendimento de pesquisa e ensino de história, ligada ao uso do patrimônio cultural na “didática histórica”, aqui entendida na perspectiva Schmidt como *“a forma pela qual o conhecimento[histórico] deve ser aprendido pelo aluno que deve ter como base a própria racionalidade histórica, e os processos cognitivos devem ser os mesmos da própria epistemologia da ciência da História”*¹⁴.

1.2 - Por uma definição de patrimônio histórico para além de pedra e cal:

O conceito de patrimônio histórico-cultural está entre as mais caras categorias de análise da ciência histórica, nesse sentido, discutiremos nesta seção o que é patrimônio histórico-cultural, a historicidade deste conceito, sua mutabilidade e ampliação ao longo do tempo, bem como suas características e tipologias para em seguida, analisarmos e refletirmos sobre a frutífera relação existente entre ensino de história e patrimônio cultural para por fim, nos debruçarmos sobre que concepções de patrimônio histórico os alunos participantes desta pesquisa têm, já que o objetivo central deste trabalho acadêmico é discorrer sobre um quase octogenário bem cultural, a base que para a maioria não é Patrimônio Histórico, mas o é para uma parcela menor da população desta cidade.

A noção de patrimônio histórico, vinda do senso comum¹⁵ é a de algo petrificado, antigo e bonito, esta visão reducionista de patrimônio histórico, enquanto cultura somente material, é fruto da própria historicidade desse conceito, que no Brasil remonta à Era Vargas na década de 30 com o Decreto-Lei 25/37, o qual já no seu capítulo I rezava:

¹⁴ SCHMIDT, M. A. Concepções de aprendizagem histórica presentes em propostas curriculares brasileiras. História Revista, v. 14, n. 1, p. 210, 2009. APUD Saddi, Rafael. IN **O parafuso da didática da história: o objeto de pesquisa e o campo de investigação de uma didática da história ampliada**. Maringá, v. 34, n. 2, p. 213. July-Dec., 2012. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index>. Consultado às 11:00h em 21/06/2020.

¹⁵ Entendemos senso comum nesta pesquisa conforme definido por Boaventura de Sousa Santos que diz: "O senso comum é um 'conhecimento' que pensa o que existe tal como existe[...] É pois, um pensamento necessariamente conservador e fixista". IN Ciência e Senso Comum". P.34. Disponível em: www.boaventuradesousasantos. acessado em 28/7/2020, às 12:07

Art. 1º Constituí o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.

[...] Art. 2º A presente lei se aplica às coisas pertencentes às pessoas naturais, bem, como às pessoas jurídicas de direito privado e de direito público interno.

Art. 3º Excluem-se do patrimônio histórico e artístico nacional as obras de origem estrangeira.¹⁶

O Decreto-Lei 25/37 de 1937 do Estado-Novo, teve grande valor por trazer o dispositivo do tombamento para proteção do patrimônio histórico material, porém com uma mentalidade de época, o mesmo consolidou ao longo do tempo a percepção tácita de que o patrimônio histórico é elitista, material e se constitui só de coisas memoráveis, quando diz que "*Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país, ligados a fatos memoráveis da história da nação*", posto que na década de 30 e 40, ainda se está discutindo qual seria a identidade do Brasil e durante a Era Vargas buscou-se criar uma imagem nacionalista, corporativista e unitária da nação afetando diretamente a política patrimonial do governo nesse período como mostra Poulot:

A nação torna-se a encarnação por excelência da patrimonialidade, absorvendo, por assim dizer, no seu princípio, toda a recepção dos objetos culturais do passado. A apropriação se dá na forma de uma comunidade imaginária, e a proteção do patrimônio é geralmente acompanhada da crença em um progresso.¹⁷

Assim, gostaríamos de frisar que a concepção que se tinha de patrimônio histórico na década de 30, se restringia a monumentos históricos, edificações e outros objetos de natureza material, tangível, o que ao longo das décadas consolidou a noção geral na sociedade brasileira e hoje em nossos alunos, de que para ser considerado patrimônio histórico, o objeto deve ser palpável, antigo e ter pertencido as pessoas importantes na história de temporalidades passadas como dizem Oliveira, Almeida e Fonseca: "*A noção de patrimônio, como normalmente é*

¹⁶ **Decreto-Lei Nº 25, de 30 de novembro em 1937.** Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. em: <portal.iphan.gov.br/uploads/.../Decreto_no_25_de_30_de_novembro_de_1937.Pdf>. Acesso 10/02/2020 às 11:34

¹⁷ POULOT, Dominique. **Um Ecossistema do Patrimônio.** In. CARVALHO, Claudia S. Rodrigues. GRANATO, Marcus. BEZERRA, Rafael Zamorano e BENCHETRIT, Sara Fassa (orgs.) Um Olhar Contemporâneo Sobre a Preservação do Patrimônio Cultural Material. Rio de Janeiro. Museu Histórico Nacional, 2008. P.30.

*conhecida, está mais vinculada ao patrimônio edificado*¹⁸, e isto precisa ser desconstruído na maneira de pensar de nossos estudantes, o que buscamos fazer nas oficinas preparatórias desta pesquisa.

Outrossim, o Decreto-Lei N°25/37 do Estado Novo, também foi muito significativo ao oficializar uma preocupação do Estado brasileiro com o patrimônio histórico da nação, a própria criação do SPHAN (Serviço de Proteção ao Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, hoje chamado IPHAN (Instituto de Proteção ao Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) e o decreto-lei número 25/37, advém de um culto moderno do patrimônio e da “vontade de memória” para usar uma expressão de Pierre Nora que nos diz:

Na luta permanente pela representação da nação, as noções de modernidade e tradição, universal e particular articulam-se nas diversas narrativas preservacionistas em constituição nos anos 1930 e 1940. Tais ideias encontram nos bens arquitetônicos selecionados a materialidade do qual esses bens são revestidos, presentifica-se no espaço e no tempo, os lugares da memória nacional¹⁹

Ainda naquele momento, a década de 30, se utilizava um conceito de patrimônio histórico que levava em conta as características físicas e a idade do objeto a ser tipificado com patrimônio histórico e, portanto, tombado:

O valor de antiguidade (o objeto permite ao indivíduo ou coletividade marcar a passagem do tempo universal e físico), valor de comemoração (o objeto permite ao indivíduo ou coletividade elaborar um sentido de continuidade com um passado a ser retomado), valor histórico (o objeto permite ao indivíduo ou coletividade construir uma narrativa para o próprio passado do qual é prova)²⁰

O valor do decreto-lei número 25/1937 deve ser reconhecido não só por dar uma atenção oficial ao nosso patrimônio histórico mais também por trazer no seu capítulo II, o importante dispositivo do tombamento para o patrimônio histórico material que é:

¹⁸ OLIVEIRA, Regina Soares de; ALMEIDA, Vanusia Lopes de; FONSECA, Vitória Azevedo de. **Coleção A Reflexão e a prática de ensino: História**. Márcio Rogério de Oliveira Cano, (Coord.). v. 6. São Paulo: Blucher, 2012. P.92.

¹⁹ NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. Projeto História. São Paulo: PUC-SP. N° 10, p. 12. 1993.

²⁰ RIEGL, A. **A relação dos valores de memória com o culto dos monumentos**. In: O Culto Moderno dos Monumentos: a sua essência e a sua origem. São Paulo: Perspectiva, 2014. pp. 49-64. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/310814789_O_Culto_dos_monumentos_sua_essencia_e_sua_genese. Consultado as 20:14 em 12/02/2020.

Art. 4º O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional possuirá quatro Livros do Tombo, nos quais serão inscritas as obras[...]

Art. 5º O tombamento dos bens pertencentes à União, aos Estados e aos Municípios se fará de ofício, por ordem do diretor do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, mas deverá ser notificado à entidade a quem pertencer, ou sob cuja guarda estiver a coisa tombada, a fim de produzir os necessários efeitos.

Art. 6º O tombamento de coisa pertencente à pessoa natural ou à pessoa jurídica de direito privado se fará voluntária ou compulsoriamente.

Art. 7º Proceder-se-á ao tombamento voluntário sempre que o proprietário o pedir e a coisa se revestir dos requisitos necessários para constituir parte integrante do patrimônio histórico e artístico nacional, a juízo do Conselho Consultivo do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, ou sempre que o mesmo proprietário anuir, por escrito, à notificação, que se lhe fizer, para a inscrição da coisa em qualquer dos Livros do Tombo.

Art. 8º Proceder-se-á ao tombamento compulsório quando o proprietário se recusar a anuir à inscrição da coisa. [...]

Art. 10. O tombamento dos bens, a que se refere o art. 6º desta lei, será considerado provisório ou definitivo, conforme esteja o respectivo processo iniciado pela notificação ou concluído pela inscrição dos referidos bens no competente Livro do Tombo. (BRASIL, 1937)

Outro marco na década de 30 no Brasil referente à historicidade do conceito de patrimônio histórico, foi a criação do SPHAN²¹, o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional que foi a primeira denominação do órgão federal de proteção ao patrimônio cultural brasileiro, hoje Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)²².

O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) começou a funcionar em 1936, a partir de determinação presidencial dirigida ao ministério da

²¹ Estas informações estão baseado no verbete Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional da publicação *Entrevista com Augusto da Silva Telles*, do Projeto Memória Oral da Preservação do Patrimônio Cultural (THOMPSON, 2010). Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/dicionarioPatrimonioCultural/detalhes/61/servico-do-patrimonio-historico-e-artistico-nacional-sphan-1937-1946>. Visitado em 14/02/2020, às 11:10 min.

²² O Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) é uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Cultura que responde pela preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro. Cabe ao Iphan proteger e promover os bens culturais do País, assegurando sua permanência e usufruto para as gerações presentes e futuras. O Iphan possui 27 Superintendências (uma em cada Unidade Federativa); 27 Escritórios Técnicos, a maioria deles localizados em cidades que são conjuntos urbanos tombados, as chamadas Cidades Históricas; e, ainda, cinco Unidades Especiais, sendo quatro delas no Rio de Janeiro: Centro Lucio Costa, Sítio Roberto Burle Marx, Paço Imperial e Centro Nacional do Folclore e Cultura Popular; e, uma em Brasília, o Centro Nacional de Arqueologia. O Iphan também responde pela conservação, salvaguarda e monitoramento dos bens culturais brasileiros inscritos na Lista do Patrimônio Mundial e na Lista do Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade, conforme convenções da Unesco, respectivamente, a Convenção do Patrimônio Mundial de 1972 e a Convenção do Patrimônio Cultural Imaterial de 2003. Disponível em: <www.cultura.gov.br/patrimonio>. Visitado em 14/02/2020 às 15:20min.

Educação e Saúde Pública da época, Gustavo Capanema. Os objetivos da criação do Serviço foram estipulados no artigo 46 do Decreto-Lei 25\37, no qual se afirmava: *“fica criado o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, com a finalidade de promover, em todo o País e de modo permanente, o tombamento, a conservação, o enriquecimento e o conhecimento do patrimônio histórico e artístico nacional.”* Já nos anos 90, se criou o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), órgão de excelência que gerencia o patrimônio histórico cultural nacional.

Outrossim, a concepção de patrimônio histórico, enquanto “pedra e cal”, deixada pelo Estado Novo, só sofreria alteração a partir da Constituição de 1988 e no decorrer dos anos 90, passando a ter uma ampliação do conceito de patrimônio histórico para patrimônio cultural e mesmo assim, passados 30 anos, ainda está enraizada na mentalidade da população brasileira e no chão da escola, a percepção de patrimônio histórico cultural apenas em seu aspecto material como mostram as muitas respostas dos 35 alunos do oitavo ano\2019 da Escola Cônego Calado, participantes deste trabalho, à pergunta sobre **o que é Patrimônio Histórico?** E enquanto analisamos suas respostas discutiremos também a ampliação do conceito de patrimônio histórico para patrimônio histórico cultural²³, como uma resultante da circularidade História-Antropologia.

Pergunta 01- **O que você entende como sendo Patrimônio Histórico?**

11 alunos de um total de 35, responderam que não sabiam, não conseguiam formar um sentido em suas respostas para essa pergunta, isso se deve também ao fato de que o conceito de patrimônio histórico é visto no sexto ano do ensino fundamental II, portanto, há dois anos atrás em relação a série na qual estão, o que mostra que grande parte dos estudantes não conseguem reter por dois anos informações claras sobre algum conceito histórico de séries anteriores ou alguns conceitos e fatos históricos não foram devidamente trabalhados em determinadas

²³ Embora os parâmetros legais passem a utilizar a terminologia patrimônio cultural a partir do final dos anos 80 e não, mas patrimônio histórico, neste trabalho nos utilizaremos da expressão patrimônio histórico-cultural, por entendermos ser este um conceito mais adequado, considerando-se que toda a produção cultural também é histórica. Para saber mais sobre o valor de um conceito e sua profundidade consultar BURKE, Peter. Conceitos Centrais. IN: História e teoria social São Paulo: Editora da UNESP, 2002 pp 67-144

séries, isto pode ser causado por diversos fatores, tais como o conteúdo a ser abordado durante o ano ser muito extenso e o professor de história é obrigado a deixar de abordar alguns temas para tratar de outros, além do fato de que precisa trabalhar rápido para usar bastante e chegar ao fim do livro didático para não ouvir reclamações de que o livro de história não foi utilizado.

Por outro lado, o conceito de patrimônio histórico é muito presente nos livros didáticos do sexto ano, de modo que também é plausível que estes e muitos outros alunos que não conseguem responder a essa questão, não tiveram uma aprendizagem significativa de história e sim, apenas temporariamente memorialística, mostrando que por vezes, ainda estamos longe de atingir os objetivos propostos para a disciplina de história no ensino fundamental como mostra Flávia Caimi:

Os objetivos da História para os anos finais do ensino fundamental (5ª a 8ª séries), expressos no documento da área de História dos Parâmetros Curriculares Nacionais, propõem o desenvolvimento de capacidades e habilidades cognitivas, tais como: estabelecer relações históricas entre o passado e o tempo presente; situar os conhecimentos históricos em múltiplas temporalidades; reconhecer semelhanças, diferenças, mudanças e permanências, conflitos e contradições sociais em/entre diversos contextos históricos; dominar procedimentos de pesquisa, lidando com fontes textuais, iconográficas, sonoras e materiais; valorizar o patrimônio sociocultural e o direito à cidadania, respeitando a diversidade social, étnica e cultural dos povos, dentre outros. Estes objetivos desqualificam os propósitos da escola tradicional, voltados para a aquisição cumulativa de informações, com suas conhecidas características no ensino da História: ordenação mecânica de fatos em causas e conseqüências; cronologia linear, eurocêntrica, privilegiando a curta duração; destaque para os feitos de governantes, homens, brancos, numa visão heroicizada e idealizada da História; conteúdos apresentados aos alunos como pacotes-verdades, desconsiderando e desvalorizando suas experiências cotidianas e práticas sociais. Em se tratando do predomínio de um ensino mecânico, pautado na memorização [...]²⁴

As Outras 26 respostas, sobre o que é patrimônio histórico reproduziram o senso comum de que patrimônios culturais são edificações antigas e só coisas materiais, associaram patrimônio histórico a coisas que foram importantes no passado, vincularam patrimônio histórico a coisas de pessoas importantes da cidade no passado como podemos perceber nas palavras do aluno A.K.T.S de 13 anos que disse: "*alguma construção que é importante para a história do lugar*" e o aluno E.J de 17 anos que respondeu: "*propriedades antigas que estão em pé até hoje*" ou

²⁴ CAIMI, Flávia Eloisa. **Por que os alunos (não) aprendem História? Reflexões sobre ensino, aprendizagem e formação de professores de História.** Tempo, vol. 11, núm. 21, julho, 2006, pp. 17-32 Universidade Federal Fluminense Brasil. p.20

o aluno G.M de 15 anos que disse: "*Patrimônio Histórico para mim é uma coisa bem antiga que que fez muito sucesso no passado.*" E o aluno A N. S que escreveu: "*É uma obra que já está bastante tempo que já está construído*"²⁵ e o aluno A.N.O de 14 anos que disse: "*Entendo que são as histórias que um município tem sobre estruturas antigas, monumento, vilas, escolas e pessoas importantes para o município no passado.*"

As demais respostas sobre o que é patrimônio histórico tiveram como marcadores palavras muito constantes como "*coisas do passado, coisas materiais, coisas antigas de pessoas importantes, coisas que merecem ser lembradas, coisa imóvel, coisa antiga, coisas que já existem há muito tempo, coisas bem antigas, algumas construções do passado*"

Cabe ressaltar que nenhuma das respostas associou o conceito de patrimônio histórico à cultura imaterial ou ao tempo presente, em nenhuma das respostas os aluno deixaram transparecer que em sua época, hoje também estão sendo "inventadas tradições,"²⁶ que na temporalidade presente também estão sendo produzidos bens culturais, a maioria dos nossos alunos da educação básica, pensa na história somente como passado e não se pensam produzindo história, mas mesmo essas concepções, ainda que deturpadas sobre história, podem ser aproveitada pelo professor para correção e ensino adequado como aponta Barca:

(...) as crianças têm já um conjunto de ideias relacionadas com a História, quando chegam à escola. O meio familiar, a comunidade local, as mídias, especialmente a tv, constituem fontes importantes para o conhecimento histórico dos jovens, que a escola não deve ignorar nem menosprezar. É a partir da detecção destas ideias – que se manifestam ao nível do senso comum, e de forma muitas vezes fragmentada e desorganizada – que o professor poderá contribuir para as modificar e tornar mais elaborada'.²⁷

²⁵ As respostas foram transcritas *ipsis litteris*, conservando-se inclusive os erros ortográficos em relação as normas oficiais da língua portuguesa.

²⁶ Neste trabalho usamos o conceito de invenção das tradições no sentido de ruptura e continuidade com o tempo passado, conforme apontado por Eric Hobsbawm e Terence Ranger IN Eric Hobsbawm & Terence Ranger (orgs.). A invenção das tradições. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

²⁷ Esteves, Carlos Leandro da Silva IN: "**Eu vou falar um pouco sobre o que eu entendo de história dos índios**" : apontamentos para uma discussão sobre cognição em história e história indígena a partir de narrativas produzidas por alunos do ensino fundamental em uma escola de Abaetetuba-Pa . p.03 APUD BARCA, I. "Educação Histórica: uma nova área de investigação?" In: ARIAS NETO, J.M.(Org.). Dez anos de pesquisas em ensino de História. VI Encontro Nacional de Pesquisadores de Ensino de História. Londrina: AtritoArt, 2005. pp. 15-25.

Assim, em uma análise mais técnica das respostas dadas, podemos perceber que para os alunos participantes deste empreendimento, o conceito de patrimônio histórico está restrito a cultura material, ao patrimônio histórico em sentido sólido, enquanto obras que tiveram importância em um passado distante.

Podemos perceber que este grupo de alunos não sente que no seu tempo se faz história, que pessoas simples do povo fazem história e sim que, o que se chama, patrimônio histórico foi feito e deixado por pessoas importantes e ricas do passado, podemos notar ainda que estes e certamente muitos outros alunos, têm uma noção de que a história é algo abstrato e distante de si, estando circunscrita há um passado longínquo.

As respostas dos alunos a essa pergunta nos mostram que os mesmos ainda são portadores de uma visão inadequada do que seja o patrimônio histórico-cultural de uma localidade como explica a autora e pesquisadora Maria Cecília Londres Fonseca, a qual a partir do belíssimo trabalho "*Para além da pedra e cal: Por uma concepção ampla de patrimônio cultural*", nos aponta que o senso comum tem uma visão reducionista do que seja patrimônio histórico-cultural, visão esta que durante muito tempo foi adotada pelo próprio Estado brasileiro e que não reflete a diversidade, os conflitos e as tensões que caracterizam a produção cultural de qualquer sociedade, em qualquer tempo.

Maria Cecília Londres, expõe uma noção mais abrangente do que significa patrimônio cultural, "*não sendo mas apenas obras arquitetônicas, as construções materiais, obras de arte, só patrimônio cultural material e que sofria tombamento,*"²⁸ nos mostra que a definição de patrimônio cultural vai muito além de pedra e cal, o patrimônio é uma representação, é um documento, uma identidade, ele porta conteúdos, simbólicos que estão realmente para além da pedra e cal porque o mesmo é uma construção coletiva, portadora de todo um significado, no qual existem contradições e lutas. Ou como diz Carlos A. C. Lemos:

Patrimônio Histórico não é mais só "a sacralização do objeto [...] como pensam muitos visitantes de museus que se embeberam, contemplando a caneta que serviu a assinatura de um ato público qualquer, a espada usada por um herói em uma batalha qualquer, a primeira lâmpada incandescente empregada na inauguração do sistema de iluminação pública de uma cidade qualquer, a caneca humilde com a qual, um santo padre diariamente

²⁸ FONSECA, Maria Cecília Londres. ***Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural.*** In: ABREU, R; CHAGAS, M. (Orgs.). *Memória e patrimônio. Ensaios contemporâneos.* Rio de Janeiro: DP&A, 2003. P.61

tomava seu de jejum, o sapato usado por um político importante ao ser assassinado, a pistola que matou esse político, o exemplar raro do jornal que deu em primeira mão essa notícia e assim por diante ²⁹

Ou como diz Funari:

A perspectiva reducionista inicial, que reconhecia o patrimônio apenas no âmbito histórico, circunscrito a recortes cronológicos arbitrários e permeados por episódios militares e personagens emblemáticos, acabou sendo, aos poucos, suplantada por uma visão muito mais abrangente. A definição de patrimônio passou a ser pautada pelos referenciais culturais dos povos, pela percepção dos bens culturais nas dimensões testemunhais do cotidiano e das realizações intangíveis³⁰

Esta é a noção de patrimônio histórico cultural que adotamos neste trabalho, uma definição de patrimônio cultural que considera a necessidade de haver pertencimento, apropriação, identidade e esteja para além da sacralização do que é simplesmente antigo ou da topolatria das edificações e objetos, isto é a simples admiração por um lugar, um espaço só por que foi palco de algum acontecimento histórico importante, sem fazermos a problematização das relações que aconteciam ali.

As dezenas entrevistas, por meio de questionários impressos, nos indicam que existe um descompasso entre a ideia de patrimônio dado e a maneira como a população da cidade em sua maioria, enxerga aquele espaço da base por que a maneira como a maioria significa aquele lugar, não se enquadra no conceito de patrimônio cultural atual, por que temos que responder a questão de patrimônio para quem? Se a maioria das pessoas não o ver assim, por que o fio condutor que atravessa toda esta pesquisa não é o de fazer uma defesa da base, enquanto um patrimônio histórico dado e sim darmos indicativos de como a população de Igarapé-Açu se relaciona com este espaço, que significado atribui a ele e não dá para considerar este espaço como patrimônio histórico por que a própria população em sua maioria não o considero como tal.

Posto que conceito de patrimônio histórico-cultural que adotamos neste trabalho é aquele que tem no seio da comunidade onde está inserido, uma carga de significados, de pertencimento, de identidade atribuídos pela própria sociedade local a bens materiais ou imateriais, conforme nos orientam o artigo 216 da constituição

²⁹ LEMOS, A. C. **O que é Patrimônio Histórico** São Paulo: Brasiliense, 2006, p.21. disponível em: <https://docero.com.br/doc/ssc8ss>. visitado em 22/02/20. Às 23:46 minutos.

³⁰ FUNARI, Pedro Paulo e PELEGRINI, Sandra C.A. **Patrimônio Histórico e Cultural**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006. Col. Ciências Sociais Passo a Passo.pp.31-32

federal brasileira, as diretrizes do IPHAN e os mais diversos autores e pesquisadores da área de patrimônio histórico-cultural no Brasil e de fora dele.

Enfatizamos que em momento algum desta dissertação é nossa intenção fazer críticas a população, nem cabe a nós dizermos que a base é um patrimônio histórico, forçando um discurso de conservação ou revitalização daquele lugar, mas o que procuro neste trabalho, enquanto professor e pesquisador é que a história da base aérea, seu papel, a sua função, a sua existência dentro de um contexto história global e local e as memórias e significados sobre ela no tempo presente, devam ser conhecidas por meio do ensino de história e do material didático aqui proposto, um vídeo documentário sobre aquele espaço.

Entendemos que a escrita desta dissertação e a produção de um vídeo-documentário com os alunos do 9ºano (2020), matutino da Escola Estadual Cônego Calado em Igarapé-Açu, é relevante em razão de que o ensino de História por meio dos bens culturais da cidade, fará com que os alunos envolvidos na pesquisa se sintam mais próximos da história, do conhecimento histórico que produzimos e não haja aquela habitual abstração no ensino de história, que dificulta a aprendizagem dos jovens como ressalta Helena Pinto, o ensino de história, usando o patrimônio é algo tão rico que favorece a ligação no ensino de História entre a teoria e a prática, tirando da abstração aquilo que os estudantes teriam mais dificuldade de entender por se tratarem apenas de descrições de objetos e coisas passadas na narrativa do professor. A autora diz:

"[...] A implementação de atividades de contato direto com fontes patrimoniais permite despertar nos jovens sentidos de responsabilidade em relação ao patrimônio histórico, e ainda a reflexão crítica e construtiva face às memórias das comunidades com vista à compreensão temporal."³¹

É esse tipo de educação de resultados que queremos atingir com essa pesquisa com alguns jovens da cidade de Igarapé-Açu- PA. No entanto, a partir da análise dessa amostra de algumas respostas de alunos ao que é patrimônio histórico, percebemos que, as novas e atuais concepções de patrimônio cultural ainda não são hegemônicas no espaço escolar e nem na sociedade brasileira por que já, há 33 anos a constituição federal brasileira caracteriza e reconceitua patrimônio histórico como sendo patrimônio cultural:

³¹ PINTO, Helena. **A interculturalidade em Educação Patrimonial: desafios e contributos para o ensino de História.** *Educ. rev.* [online]. 2017, n.63, pp.205-220. ISSN 0104-4060. <http://dx.doi.org/10.1590/0104-4060.48650>.

Art. 216. Constituem Patrimônio Cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico³².

Assim, podemos notar claramente que o Brasil esteve ao longo do tempo, entre os primeiros países do ocidente, a estarem à frente nas questões patrimoniais, embora a Constituição federal neste artigo 216, com todo avanço que trouxe, ainda faça a divisão do patrimônio em material e imaterial e neste sentido a legislação vem avançando no intuito de reconhecer os conceitos de patrimônio histórico cultural material e intangível como definido pelo Decreto nº 3.551, de 04 de agosto de 2000 que:

Institui o Registro de **Bens Culturais de Natureza Imaterial** que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências.

Art. 1º Fica instituído o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro.

§ 1º Esse registro se fará em um dos seguintes livros: I - Livro de Registro dos Saberes, onde serão inscritos conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades;

II - Livro de Registro das Celebrações, onde serão inscritos rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social;

III - Livro de Registro das Formas de Expressão, onde serão inscritas manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas;

IV - Livro de Registro dos Lugares, onde **serão inscritos mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e reproduzem práticas culturais coletivas.**³³

§ 2º A inscrição num dos livros de registro terá sempre como referência a continuidade histórica do bem e sua relevância nacional para a memória, a identidade e a formação da sociedade brasileira.

§ 3º Outros livros de registro poderão ser abertos para a inscrição de bens culturais de natureza imaterial que constituam patrimônio cultural brasileiro e não se enquadrem nos livros definidos no parágrafo primeiro deste artigo.

Art. 2º São partes legítimas para provocar a instauração do processo de registro:

I - o Ministro de Estado da Cultura;

II - instituições vinculadas ao Ministério da Cultura;

III - Secretarias de Estado, de Município e do Distrito Federal;

IV - sociedades ou associações civis³⁴.

³² BRASIL, **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA** 5 de outubro de 1988. Art.216

³³ o grifo é nosso.

³⁴ **Patrimônio imaterial: disposições constitucionais: normas correlatas: bens imateriais registrados** / Organização: Flávia Lima e Alves. – Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2012.P. 25

Este decreto, Nº 3.551, de 04 de agosto de 2000, também criou o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial³⁵ (PNPI) e essa ampliação do conceito de patrimônio se deu em razão do diálogo entre a história e a antropologia, no que se refere aos avanços na compreensão do conceito de cultura, no entanto é necessário, dados os progressos dos estudos históricos, desconstruir essa divisão dos patrimônios em materiais e imateriais, na medida em que, percebemos que esses atributos estão presentes em qualquer bem cultural, devemos entender que esta separação era discursiva e historicamente datada até as décadas de 40 e 50 e que em nossos dias, vem sendo questionada por diversos autores que dizem que, todo patrimônio histórico existente, está imbuído de características materiais e intangíveis, entendendo-se esta última como sendo, os aspectos simbólicos dados pelo grupo social que toma este ou aquele objeto com seu patrimônio, a partir de uma relação de identidade e pertencimento.

Quando o conceito de patrimônio era pensado apenas como material, a ação de todos e do próprio Estado estava restrita a descrevê-lo, preservá-lo, restaurá-lo e aprender com ele, sendo este pensado enquanto vestígio do passado no tempo presente, o qual teria a função pedagógica de promover educação formal e informal, esclarecendo as novas gerações quanto a o que foi o verdadeiro passado histórico de uma sociedade em uma bem discutida concepção de documento-Monumento pensada por Le Goff:

A palavra latina monumentum remete para a raiz indo-européia, men que exprime uma das funções essenciais do espírito (mens), a memória (memini). O verbo monere significa 'fazer recordar', de onde 'avisar', 'iluminar', 'instruir'. O monumentum é um sinal do passado. Atendendo às

³⁵ O Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI), instituído pelo Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000, viabiliza projetos de identificação, reconhecimento, salvaguarda e promoção da dimensão imaterial do Patrimônio Cultural Brasileiro, com respeito e proteção dos direitos difusos ou coletivos relativos à preservação e ao uso desse bem. É um programa de apoio e fomento que busca estabelecer parcerias com instituições dos governos federal, estaduais e municipais, universidades, organizações não governamentais, agências de desenvolvimento e organizações privadas ligadas à cultura e à pesquisa. Entre as atribuições do PNPI está a elaboração de indicadores para acompanhamento e avaliação de ações de valorização e salvaguarda do patrimônio cultural imaterial. Outros objetivos são a captação de recursos e promoção da formação de uma rede de parceiros para preservação, valorização e ampliação dos bens que compõem o Patrimônio Cultural Brasileiro, além do incentivo e apoio às iniciativas e práticas de preservação desenvolvidas pela sociedade.

suas origens filológicas, o monumento é tudo aquilo que pode evocar o passado, perpetuar a recordação, por exemplo, os atos escritos³⁶

Havia assim, uma cultura de supervalorização do patrimônio histórico material, enquanto a noção de patrimônio histórico imaterial era visto como uma coisa menor e portanto, menos valorizada de modo que em 2003, a UNESCO publicou a Convenção para Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, advogando nesse documento, a necessidade de se ser mais inclusivo, quanto ao que se considera patrimônio e de se fazer a salvaguarda dos bens culturais imateriais a serem protegidos como rituais, celebrações, técnicas e práticas, costumes e valores, esta convenção, previa o registro e o inventário do bem cultural a ser lembrado, permitindo inclusive que sua prática se transformasse, se atualizasse, se modificasse ou mesmo desaparecesse, caso percam a sua função para comunidade a qual pertence. Neste sentido, a Convenção da UNESCO de 2003, postula que:

A presente Convenção tem as seguintes finalidades:

- a) a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial;
- b) o respeito ao patrimônio cultural imaterial das comunidades, grupos e indivíduos envolvidos;
- c) a conscientização no plano local, nacional e internacional da importância do patrimônio cultural imaterial e de seu reconhecimento recíproco;
- d) a cooperação e a assistência internacionais.

Artigo 2 - Definições para os fins da presente Convenção,

1. Entende-se por “patrimônio cultural imaterial” as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas – junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados – que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio Patrimônio Imaterial Cultural. Este patrimônio cultural imaterial, que se transmite de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade e contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana. Para os fins da presente Convenção, será levado em conta apenas o patrimônio cultural imaterial que seja compatível com os instrumentos internacionais de direitos humanos existentes e com os imperativos de respeito mútuo entre comunidades, grupos e indivíduos, e do desenvolvimento sustentável.³⁷

2. O “patrimônio cultural imaterial”, conforme definido no parágrafo acima, se manifesta em particular nos seguintes campos:

- a) tradições e expressões orais, incluindo o idioma como veículo do patrimônio cultural imaterial;

³⁶ Texto extraído de LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 4.ed. Campinas: Unicamp, 1996. p.02. Disponível em: <http://ahr.upf.br/download/TextoJacquesLeGoff>.

³⁷ **Patrimônio imaterial: disposições constitucionais: normas correlatas: bens imateriais registrados** / Organização: Flávia Lima e Alves. – Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2012. p.38.

- b) expressões artísticas;
- c) práticas sociais, rituais e atos festivos;
- d) conhecimentos e práticas relacionados à natureza e ao universo;
- e) técnicas artesanais tradicionais.

3. Entende-se por “salvaguarda” as medidas que visam garantir a viabilidade do patrimônio cultural imaterial, tais como a identificação, a documentação, a investigação, a preservação, a proteção, a promoção, a valorização, a transmissão – essencialmente por meio da educação formal e não-formal – e revitalização deste patrimônio em seus diversos aspectos.

Em síntese, o que advogamos aqui é que todo patrimônio cultural é ao mesmo tempo portador de características materiais e imateriais, intangíveis, simbólicas, desta forma a tendência de valorizar uma ou outra forma de expressão cultural sobre outras não se justifica como mostra Oliven:

A distinção entre bens materiais e bens imateriais não é pacífica. As propriedades químicas da água benta e da água comum são as mesmas; entretanto, a primeira, a água benta, ao contrário da segunda, comum tem um poder sagrado, que lhe foi conferido pela Igreja. Uma bandeira é um pedaço de tecido, ao qual os habitantes de uma nação atribuem um significado igualmente sagrado. A comida é material, mas a culinária é imaterial. Como separar ambas?³⁸

Ou como nos diz ainda Chagas:

[...] a preservação de um aglomerado de bens (tangíveis ou intangíveis) não constitui por si só um patrimônio. É preciso que tanto o remetente quanto o destinatário dessa prática social, reconheçam e agreguem valores a esse mesmo aglomerado de bens, que poderá ser transmitido de uma geração para outra (perspectiva diacrônica), como também poder ser partilhado numa mesma geração (perspectiva sincrônica)³⁹

Outro exemplo de que os conceitos de patrimônio material e imaterial não se separam é o caso da capoeira como nos mostra Willian Eduardo Righini:

Em 2014, por exemplo, a roda de capoeira foi declarada patrimônio imaterial da humanidade pela UNESCO. Segundo a instituição, o título deve-se ao fato dela expressar a resistência negra no Brasil durante a escravidão. A nosso ver, a justificativa parece coerente e relevante. Ao mesmo tempo, nem um bom historiador nem a UNESCO deixaria de

³⁸ OLIVEN, Ruben George, **Patrimônio intangível: considerações iniciais**. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Orgs.). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. P. 79 Disponível em: *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos - Regina Abreu* www.reginaabreu.com

³⁹ CHAGAS, Mário. O pai de Macunaíma e o patrimônio espiritual. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Orgs.). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 97 IN O Patrimônio como processo: uma ideia que supera a oposição material-imaterial Willian Eduardo Righini de Souza, Giulia Crippa Em *Questão*, Porto Alegre, v. 17, n. 2, p. 237-251, jul./dez. 2011 p.246.

reconhecer que a roda de capoeira exige uma vestimenta específica, um conjunto de instrumentos, certas posturas corporais e determinado preenchimento do espaço, em roda. Todas essas características são consideradas e estão registradas em documentos institucionais. A questão é até que ponto a materialidade é entendida como condicionante para o patrimônio cultural tal como ele é vivido. Ela apenas garante a prática de roda ou pode até mesmo determinar o seu significado? Desse modo, ela não é menos importante que a mensagem, mas, parafraseando McLuhan, o meio é também a mensagem⁴⁰.

Esta é a noção ampla e atual que se tem do conceito de patrimônio histórico-cultural e é com este conceito que iremos desenvolver nesta pesquisa com alunos da educação básica de Igarapé-Açu, o qual também é corroborado pelo IPHAN que postula:

O patrimônio cultural de um povo é formado pelo conjunto dos saberes, fazeres, expressões, práticas e seus produtos, que remetem à história, à memória e à identidade desse povo. A preservação do patrimônio cultural significa, principalmente, cuidar dos bens aos quais esses valores são associados, ou seja, cuidar de bens representativos da história e da cultura de um lugar, da história e da cultura de um grupo social, que pode, (ou, mais raramente não), ocupar um determinado território. Trata-se de cuidar da conservação de edifícios, monumentos, objetos e obras de arte (esculturas, quadros), e de cuidar também dos usos, costumes e manifestações culturais que fazem parte da vida das pessoas e que se transformam ao longo do tempo. O objetivo principal da preservação do patrimônio cultural é fortalecer a noção de pertencimento de indivíduos a uma sociedade, a um grupo, ou a um lugar, contribuindo para a ampliação do exercício da cidadania e para a melhoria da qualidade de vida. [...], mas como é possível saber o que é o patrimônio cultural de um grupo social, de vários grupos, de uma comunidade, de uma sociedade inteira, de uma nação? Será que tudo é patrimônio? Como é possível saber o que é tão valioso para uma sociedade que ela queira conservar para as futuras gerações? [...] O patrimônio cultural de uma sociedade é também fruto de uma escolha, que, no caso das políticas públicas, tem a participação do Estado por meio de leis, instituições e políticas específicas. Essa escolha é feita a partir daquilo que as pessoas consideram ser mais importante, mais representativo da sua identidade, da sua história, da sua cultura. Ou seja, são os valores, os significados atribuídos pelas pessoas a objetos, lugares ou práticas culturais que os tornam patrimônio de uma coletividade (ou patrimônio coletivo)⁴¹.

Portanto, o conceito de patrimônio histórico que defendemos aqui e que buscamos ensinar para os discentes participantes deste trabalho, está para além de pedra e cal e para além da dicotomia de material e imaterial, sendo simplesmente

⁴⁰ Eduardo Righin, Willian XVI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (XVI ENANCIB) GT 9 – Museu, Patrimônio e Informação Comunicação Oral A Materialidade do Patrimônio Intangível. p. 16. Disponível em: <http://www.ufpb.br>. visitado em 29\07\20, às 12:58.

⁴¹ IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) Patrimônio Cultural Imaterial: para saber mais / Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; texto e revisão de, Natália Guerra Brayner. 3ª ed. Brasília, DF: Iphan, 2012. pp.12-14. Disponível em: <portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/cartilha1parasabermas web.pdf>>. Acesso em: 24/022020 às 10:38min.

patrimônio histórico-cultural ou bens culturais em qualquer espaço-tempo humanizado.

A seguir no desenvolvimento deste capítulo, buscaremos discorrer sobre como o patrimônio histórico pode ser utilizado no ensino de história global/local.

1.3 - Patrimônio histórico-cultural e ensino de história local: Igarapé-Açu como lugar de fala⁴²

Gostaríamos de iniciar este importante subtópico, dizendo que ao atribuirmos a esta pesquisa aspectos de história local, não estamos nos antagonizando, nos isolando da história global, na qual os acontecimentos aqui descritos e o nosso próprio objeto de estudo, a base aérea de Igarapé-Açu, estão inseridos, ou seja, ao estudarmos com os alunos do 9º ano, o conteúdo de História Geral da Segunda Guerra Mundial, estaremos refletindo sobre os efeitos deste acontecimento global em esfera local e pensando como o local pode ter contribuído com este acontecimento global como nos dizem os Parâmetros Curriculares Nacionais de história e geografia:

[...] não se deve trabalhar do nível local ao mundial hierarquicamente: o espaço vivido pode não ser o real imediato, pois são muitos e variados os lugares com os quais os alunos têm contato e, sobretudo, que são capazes de pensar. A compreensão de como a realidade local relaciona-se com o contexto global é um trabalho que deve ser desenvolvido durante toda a escolaridade, de modo cada vez mais abrangente, desde os ciclos iniciais.⁴³

Nesse sentido, Callai também nos diz que:

Estudar o local é muito importante para o aluno, pois ali ele “conhece tudo”, ele sabe o que existe, o que falta, como são as pessoas, como são organizadas as atividades, como é o espaço. [...] como trabalhar o local sem considerá-lo como o “único”, sem considerar que as explicações estão todas ali, sem cair no risco de isolá-lo no espaço e no tempo. [...] A História Local, “é uma escala de análise que permite que tenhamos próximos de

⁴² Para entender mais o conceito de lugar de fala consultar RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** (com ênfase no capítulo II). Belo Horizonte (MG): Letramento; justificando, 2017. Frente à invisibilidade.

⁴³ BRASIL, Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais: história, geografia.** Caracterização da área de Geografia. Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1997. P.166. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br>> Acesso em: 28 mar. 2021.

nós todos aqueles elementos que expressam as condições sociais, econômicas, políticas de nosso mundo⁴⁴

Outrossim, embora tenhamos intitulado este tópico de história local, sabemos que isto não é ponto pacífico e entendemos que ao discutirmos as memórias da base aérea de Igarapé-Açu, estamos fazendo um recorte local em um contexto histórico maior, a Segunda Guerra Mundial como aponta Fonseca, “*O local é uma janela para o mundo*”⁴⁵

Nosso objetivo é que esse trabalho venha contribuir para mudar a perspectiva desses jovens partícipes, sobre o que é história local e como ela pode contribuir para nossa formação e o melhoramento de nossa aprendizagem histórica, indo além da simples transmissão de informações, mais contribuindo para dar aos estudantes habilidades de análise da sua própria história e fazer com que estes jovens se percebam como sujeitos que têm autonomia no campo da confecção da história e não são apenas reflexos históricos determinados como consequência de uma história nacional e mundial como bem diz Pierre Bourdieu ao advogar autonomia dos sujeitos na construção do processo histórico:

(A História é) [...] um campo de forças, cuja necessidade se impõe aos agentes que nele se encontram envolvidos, e como um campo de lutas, no interior do qual os agentes se enfrentam, com meios e fins diferenciados conforme sua posição na estrutura do campo de forças, contribuindo assim para a conservação ou a transformação de sua estrutura⁴⁶

Por fim, o que intencionamos é justamente proporcionar um ensino de história global/local mais integrada que possibilite a o jovem uma aprendizagem histórica mais próxima das suas relações sociais, do seu espaço, mais próxima da sua sociedade, próxima do meio em que vivem e atuam.

Assim, estaremos estudando e escrevendo bem como pesquisando, sobre o patrimônio histórico-cultural de Igarapé-Açu, numa perspectiva de ensino de história local visando a sua valorização e no intuito de fazer com que os alunos envolvidos na pesquisa e depois o público-alvo do produto desse estudo, possam se perceber

⁴⁴ CALLAI e ZARTH. **Ensino de geografia: o estudo do município nos anos iniciais** 1988, p.83). . Disponível em: <https://online.unisc.br> Acesso em: 18 mar. 2021.

⁴⁵ FONSECA, Selva Guimarães. **Didática e prática de ensino de história: Experiências, reflexões e aprendizados**. Campinas, SP: Papyrus, 2013. P. 244.

⁴⁶ BOURDIEU, Pierre. 1930. **Razões práticas: Sobre a teoria da ação** - Campinas, SP: Papyrus. 1996. p.50.

como agentes históricos e ter identidade, pertencimento e apropriação da sua história local e de seu patrimônio se o considerarem como tal.

Entendemos que a pesquisa, o ensino e a aprendizagem de história em uma escala de análise local são muito significativos, posto que é mais próxima do aluno e mais palpável para ele e para a sua comunidade, na qual estão inseridos os bens culturais ou os acontecimentos históricos que se pesquise dentro da história do lugar, possibilitando situações de aprendizagem mais marcantes como mostra Flávia Caimi:

Estudos recentes sobre os processos do pensar e do aprender em suas diversas vertentes, acentuam o papel ativo dos alunos em seus percursos de aprendizagem e o protagonismo do professor na promoção de situações educativas que favoreçam desenvolvimento de habilidades de pensamento, traduzidas na construção de competências cognitivas para o "aprender a aprender"[...]História⁴⁷

A história local também apresenta relações que se estabeleceram ali, na localidade e que devem ser percebidos pelos estudantes como um processo na medida em que, naquele espaço da pesquisa que é o seu município, seu bairro ou a sua rua, o discente poderá estudar outras temporalidades, começar a ter contato com outras visões de mundo de outrora, perceber outros significados atribuídos pelas pessoas do passado e irá notar que no passado, as pessoas tinham a sua maneira de viver, de pensar e merecem respeito e compreensão, sem anacronismos por que a comunidade de hoje é fruto de um processo histórico de rupturas e continuidades e que nossos alunos possam sair de uma situação de espectadores da história em Igarapé-Açu para uma situação de pesquisadores do conhecimento histórico em um ideal de ensino refletido por Selva Guimarães:

O aluno espectador da história é por excelência um espectador de sala de aula, a prática de receber o conteúdo pronto, a não exigência da reflexão e da pesquisa, produziu alunos passivos frente ao saber, copiadores de anotações e questionários que eram desenvolvidos na prova tal e qual recebidos em sala de aula.⁴⁸

Sabemos que não basta falarmos de personagens, datas distantes e explicar como eram sociedades passadas, se isso não é visualizado por eles e fica apenas no nível da abstração dos alunos, mas quando se trata de história local, há uma

⁴⁷ CAIMI, Flávia Eloísa. **História escolar e memória coletiva: como se ensina? Como se aprende?** In: ROCHA, Helenice Aparecida Bastos; MAGALHÃES, Marcelo de Souza; GONTIJO, Rebeca (Orgs.) **A escrita da história escolar: memória e historiografia**. Rio de Janeiro: FGV, 2009, p. 66.

⁴⁸ FONSECA, selva Guimarães. **Caminhos da história ensinada**. 9º ed. Campinas, São Paulo: papyrus, 1993. **Coleção Magistério formação e trabalho pedagógico**. p.72.

ligação entre o aluno e o que se estuda e podemos mostrar que ele faz parte dessa história, das transformações dessa sociedade local que é dele.

Assim, com este trabalho de pesquisa de história do lugar, buscamos fazer um ensino de história “*mais concreto*” com diz Maria Aparecida Leopoldino sobre história local: “*É uma história concreta que, através da aproximação da vida cotidiana e do conhecimento empírico, busca atingir mediações com outros espaços e temporalidades sociais*”.⁴⁹

Outro ponto positivo no ensino e pesquisa de história em escala local, usando o patrimônio histórico-cultural em um trabalho direto com aluno, é que ele perceberá que a história não é feita só por grandes vultos, por grandes personagens, mas que pessoas simples da sua comunidade, participaram na realização do processo histórico, achamos ainda que ficará prazeroso ao aluno, haverá maior aproveitamento e envolvimento nas aulas de história na medida em que ele pesquise o patrimônio histórico-cultural de sua cidade.

O ensino de história com olhar local, trará especificidades de conhecimentos históricos que os alunos poderão reconhecer e identificar como parte do seu cotidiano, trará acontecimentos que se relacionam com a sua cidade com isso, achamos que haverá uma aproximação entre o ensino de história escolar e a construção do conhecimento histórico desta comunidade estudada que é Igarapé-Açu-PA. E isto dará a o aluno autoestima, orgulho, sentimento de participação na construção do processo histórico.

Entendemos ainda que ensinar história local e produzir conhecimento sobre ela, é importante porque nos possibilita escutar outras vozes, linguagens e narrativas vindas dos sujeitos históricos excluídos dos conteúdos ensinados ao aluno nos livros didáticos.

A história local, por meio do estudo do patrimônio, fará com que memórias e lembranças da sociedade estudada sejam trazidas à tona, gerando uma identidade cultural e histórica entre, o que se estuda e o passado estudado com isso entendemos que haverá uma aprendizagem mais prazerosa e significativa para os alunos.

⁴⁹ APARECIDA, Leopoldino Tursi Toledo, Maria. IN:**História local, historiografia e ensino: sobre as relações entre teoria e metodologia no ensino de história.** p.752.

Estudar história global e do lugar como pretendemos fazer nesta pesquisa é uma valorização da memória da localidade, do município e gera no aluno um espírito crítico, comprometido com esta história, além de um maior envolvimento no processo de ensino-aprendizagem, há ainda uma maior aproximação da escola com a comunidade e geram-se novos saberes que estão emergindo, vindos da pesquisa e do conhecimento do passado da história local, a partir de outras narrativas não oficiais, uma pesquisa como esta tem potencial de mostrar aos estudantes que pequenas comunidades também fazem história e é a sua história.

Mas por que esta escola como locus da pesquisa?

São várias as razões de termos escolhido esta unidade de ensino, a Escola Cônego Calado para o desenvolvimento desta pesquisa de ensino de história, usando-se o patrimônio histórico-cultural com a participação direta dos discentes e a primeira é a inexistência do conceito de história local no próprio currículo desta instituição em todo ensino fundamental como podemos observar nos conteúdos programáticos de história de todos os níveis de ensino de 6º ao 9º ano, fornecidos pelo setor administrativo da Escola Cônego Calado:

Série: 6º Ano - 2019

Objetivo Geral: Possibilitar aos alunos subsídios que os ajudem a partir do estudo do passado da humanidade compreensão no presente das teorias sobre a origem, evolução e comportamento das sociedades humanas.

	Bimestre	Conteúdo Programático	Sugestões Metodológicas	Sugestões de Avaliação

	1º Bim.	<p>I - Unidade – Da Pré-História ao Mundo Feudal.</p> <p>Introdução ao estudo da História.</p> <p>A História da História.</p> <p>A Importância e a finalidade da História.</p> <p>Como trabalha o Historiador: as fontes históricas.</p> <p>O homem e a sua evolução.</p>	<p>Aulas expositivas.</p> <p>Trabalho em grupo.</p> <p>Pesquisas.</p>	<p>Avaliação analítica.</p> <p>Trabalho com texto.</p> <p>Exercício.</p> <p>Participação do aluno em trabalho individual ou em grupo.</p>
	2º Bim.	<p>I -Unidade – Sociedades Primitivas</p> <p>Sociedades pré-cabralinas na Amazônia.</p> <p>A invasão dos brancos e a ameaça à cultura indígena;</p> <p>Expedição exploradora, guarda-costeiras e colonizadoras.</p>	<p>Aulas expositivas.</p> <p>Trabalho em grupo.</p> <p>Debates.</p> <p>Leitura Dirigida</p>	<p>Avaliação analítica.</p> <p>Exercício.</p> <p>Participação do aluno em trabalho individual ou em grupo.</p>
3	3º Bim.	<p>II- Unidade – As Sociedades Escravistas.</p> <p>O Mundo Grego: org. sócio-político-econômica e cultural;</p> <p>Democracia Ateniense;</p> <p>Militarismo em Esparta;</p> <p>O Egito.</p>	<p>Aulas expositivas.</p> <p>Trabalho em grupo.</p>	<p>Avaliação analítica.</p> <p>Exercício.</p> <p>Participação do aluno em trabalho individual ou em grupo.</p>
4	4º Bim.	<p>I. Unidade – Roma: Sociedade Antiga.</p> <p>O Mundo Romano: Org. sócio-política-econômica e cultural;</p>	<p>Aulas expositivas.</p> <p>Trabalho em grupo.</p> <p>Pesquisas.</p>	<p>Avaliação analítica.</p> <p>Exercício.</p> <p>Participação do aluno em trabalho individual ou em grupo.</p>

Série: 7º Ano- 2019

Objetivo Geral: Desenvolver a capacidade de perceber as raízes históricas dos fatos contemporâneos e as perspectivas do nosso presente.

nº de Ordem	Bimestre	Conteúdo Programático	Sugestões Metodológicas	Sugestões de Avaliação
1	Bim.	I- Unidade – Formação da Europa Feudal - O Feudalismo II Os Povos Germânicos; Migrações e invasões; Os Reinos Germânicos; A crise feudal; O Renascimento Comercial A transição da sociedade feudal para a sociedade capitalista.	Aulas expositivas. Trabalho em grupo. Pesquisas.	Avaliação analítica. Trabalho com texto. Exercício. Participação do aluno em trabalho individual ou em grupo.
2	Bim.	I. Unidade – As Sociedades europeias colonizadoras. Renascimento. A Reforma Protestante e a Contra Reforma. Noções Gerais do Absolutismo Monárquico. Expansão Comercial e a Marítima. O Mercantilismo.	Aulas expositivas. Trabalho em grupo.	Avaliação analítica. Exercício. Participação do aluno em trabalho individual ou em grupo.
3	Bim.	II. Unidade – As Sociedades Coloniais Americanas. Colonização Espanhola na América Latina. As Capitâneas Hereditárias (Brasil). Sistema de Governo Geral (Brasil).	Aulas expositivas. Trabalho em grupo.	Avaliação analítica. Exercício. Participação do aluno em trabalho individual ou em grupo.

4	Bim.	<p>III. Unidade – A sociedade Colonial Brasileira.</p> <p>Exploração do Pau-brasil.</p> <p>A Sociedade do açúcar, da pecuária e da mineração.</p> <p>A presença dos estrangeiros no Brasil.</p> <p>A Expansão territorial do Brasil colônia.</p> <p>A Cultura colonial brasileira.</p> <p>A Igreja na Sociedade colonial.</p>	<p>Aulas expositivas.</p> <p>Trabalho em grupo.</p> <p>Pesquisas.</p>	<p>Avaliação analítica.</p> <p>Exercício.</p> <p>Participação do aluno em trabalho individual ou em grupo.</p>
---	------	---	---	--

Série: 8ª - 2019

Objetivo Geral: Instrumentalizar os alunos com subsídios teóricos que lhes permitam uma análise crítica do processo histórico, possibilitando-lhes a percepção consciente de que são sujeitos da história, como tais, podem interferir e mudar a realidade local.

Nº de ordem	bimestre	Conteúdo Programático	Sugestões Metodológicas	Sugestões de Avaliação
1	Bim.	<p>I. Unidade – As Revoluções burguesas da Europa Ocidental.</p> <p>O Iluminismo;</p> <p>Revolução Industrial e Consolidação do Capitalismo.</p>	<p>Aulas expositivas.</p> <p>Trabalho em grupo.</p> <p>Pesquisas.</p>	<p>Avaliação analítica.</p> <p>Trabalho com texto.</p> <p>Exercício.</p> <p>Participação do aluno em trabalho individual ou em grupo.</p>

2	Bim.	II. Unidade – A Crise no Sistema Colonial na América. A Família Real no Brasil; O Governo de D. João no Brasil; A Independência do Brasil: Os movimentos pré-independência (Conjuração Baiana e Mineira).	Aulas expositivas. Trabalho em grupo.	Avaliação analítica. Exercício. Participação do aluno em trabalho individual ou em grupo.
3	Bim.	III Unidade – O Primeiro Reinado. A Organização política; Resistência interna – Revoltas provinciais; Abdicação de D. Pedro I.	Aulas expositivas. Trabalho em grupo.	Avaliação analítica. Exercício. Participação do aluno em trabalho individual ou em grupo.
4	Bim.	III. Unidade – Do governo das Regências ao II Reinado. Uma experiência republicana: as Regências; Rebeliões Populares; O II Reinado: A volta da Monarquia. A Crise do Segundo Reinado.	Aulas expositivas. Trabalho em grupo. Pesquisas.	Avaliação analítica. Exercício. Participação do aluno em trabalho individual ou em grupo.

Série: 9ª - 2019

Objetivo Geral: Desenvolver a capacidade de perceber as raízes históricas dos fatos contemporâneos e perspectivas do presente.

nº de	bimestre	Conteúdo programático	Sugestões Metodológicas	Sugestões de Avaliação

ordem				
1	º Bim.	<p>Unidade – Europa, Sec. XIX e XX.</p> <p>O Imperialismo Europeu.</p> <p>A Primeira Guerra Mundial</p>	<p>Aulas expositivas.</p> <p>Trabalho em grupo.</p> <p>Pesquisas.</p>	<p>Avaliação analítica.</p> <p>Trabalho com texto.</p> <p>Exercício.</p> <p>Participação do aluno em trabalho individual ou em grupo.</p>
2	º Bim.	<p>Unidade – Da crise da República Velha ao Fim do Estado Novo.</p> <p>A Transição do Império para a República.</p> <p>A República de Espada;</p> <p>A República dos Coronéis.</p> <p>As Movimentos Sociais – (Canudo, Contestado, Revolta da Vacina, Revolta da Chibata, Cangaço).</p>	<p>Aulas expositivas.</p> <p>Trabalho em grupo.</p>	<p>Avaliação analítica.</p> <p>Exercício.</p> <p>Participação do aluno em trabalho individual ou em grupo.</p>
3	º Bim.	<p>I. Unidade – A Era Vargas (1930- 1945).</p> <p>O Movimento de 30 e a Era Vargas;</p> <p>O Estado Novo;</p> <p>Do populismo ao Golpe de Militar de 1964</p>	<p>Aulas expositivas.</p> <p>Trabalho em grupo.</p>	<p>Avaliação analítica.</p> <p>Exercício.</p> <p>Participação do aluno em trabalho individual ou em grupo.</p>

4	o Bim.	II. Unidade – A Nova República. A Nova República: O Governo de Sarney; O Impeachment de Collor; O Governo Itamar Franco. O Governo FHC. O Governo Lula.	Aulas expositivas. Trabalho em grupo. Pesquisas.	Avaliação analítica. Exercício. Participação do aluno em trabalho individual ou em grupo.
---	--------	--	--	---

Os efeitos negativos dessa ausência, são muito latentes, posto que em um questionário de averiguação de conhecimentos prévios sobre algumas categorias de análise da ciência histórica, pertinentes a esta pesquisa que desenvolvi inicialmente com o oitavo/2019, futuro nono ano/2020 desta escola, **a pergunta dez dizia o que é história local ?** A esta questão 15 de 35 alunos responderam "*não sei*", o que mostra que muitos de nossos discentes nesta unidade de ensino, desconhecem uma importante categoria de análise da história que é o conceito de história local, as outras 20 respostas fizeram a dedução do que significa história local a partir dos vocábulos da própria pergunta, sem que esses alunos tivessem uma noção mesmo que superficial da importância da história do lugar.

Para muitos este foi o primeiro contato com este conceito e suas respostas pouco variaram, sempre associando história local a história da localidade de forma muito rasa e os alunos utilizaram termos tais como "*é a história de um certo local determinado*", "*uma história que conta no local*", "*a história de uma cidade*", "*é a história de um município, desde quando o município começou até hoje em dia*", "*é aquilo que aconteceu no local antigamente*", "*trata de assuntos referentes a região*", "*história de um certo lugar*" e assim permaneceram as respostas restantes.

A questão 11, deste mesmo questionário indagava: Você acha importante estudar história local? 10 alunos responderam que eles não sabiam sobre isso, outros 07 disseram "*Acho que sim, mas não sei o que é*", outros 07 responderam que "*sim, história local é importante, por que é bom saber a história*

do município", "devemos estudar nossa cidade", "por que a gente vai estudar história na cidade", "sim, porque queria saber mais sobre a história da sua região"

Uma análise das respostas a esta pergunta evidencia que os alunos de fato desconhecem o conceito de história local e isto por causa de um fator mais preocupante ainda, ausência desse componente curricular, a história local nos programas do Ensino Fundamental e Médio, posto que examinando-se o conteúdo programático da Secretaria Estadual de Educação do Pará, SEDUC, não há determinação para que se faça abordagem da história dos municípios ou de suas particularidades históricas, o que há nos currículos da SEDUC, mais próximo de história local, são acontecimentos pertinentes a história do Pará. Esta ausência de história local, merece atenção e correção, porém parece se uma característica nacional no ensino escolar de história, como aponta o próprio PCN(Parâmetros Curriculares Nacionais) desta disciplina que diz existir "[...] *uma história local parcialmente desconhecida, desvalorizada, esquecida ou omitida*"⁵⁰.

Assim, com este trabalho buscamos contribuir para a diminuição desta lacuna nesta escola, intencionando fazer um ensino-aprendizagem de história, tendo como instrumento a história local e o aluno com pesquisador assistido pelo professor.

Entendo que os alunos da Escola Cônego Calado, locus desta pesquisa, poderão com esta pesquisa superar a ideia de que só os grandes vultos, os grandes homens, como generais e governantes fazem a história, porque como nos aponta, Raphael Samuel, a história local tem o poder de aproximar o aluno pesquisador do conhecimento histórico visto que:

A História local requer um tipo de conhecimento diferente daquele focalizado no alto nível de desenvolvimento nacional e dá ao pesquisador uma idéia muito mais imediata do passado. Ele a encontra dobrando a esquina e descendo a rua. Ele pode ouvir os seus ecos no mercado, ler o seu grafite nas paredes, seguir suas pegadas nos campos⁵¹.

E os alunos, participantes da pesquisa, fizeram seu levantamento histórico sobre a base aérea da cidade majoritariamente elaborando perguntas pertinentes e entrevistando os contemporâneos da época, hoje idosos ou aos parentes mais

⁵⁰ Brasil. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: história, geografia. / Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997.p. 31.

⁵¹ Samuel, Raphael. IN: Documentação, História Local e História Oral. Rev. Bras. de Hist. S. Paulo V 9 n°19. pp. 219-243 et.89/fev.90

próximos no caso dos já falecidos e com isso, se utilizando da história oral, a qual é um instrumento de pesquisa de história local muito significativo como afirma Joutard:

“A força da história oral, todos sabemos, é dar voz àqueles que normalmente não a têm: os esquecidos, os excluídos ou retomando a bela expressão de um pioneiro da história oral, Nuno Revelli, os 'derrotados'. Que ela continue a fazê-lo amplamente, mostrando que cada indivíduo é ator da história”.⁵²

Isto porque o nosso alvo neste trabalho é conseguirmos realizar um ensino de história competente na educação básica, tomando como instrumento o patrimônio histórico da localidade e tendo em mente que o ensino de história é o ponto central nesta pesquisa e tem grande importância na formação do estudante por que possibilita pelo seu estudo, ações que potencializam uma atitude intelectual do aluno e do jovem em formação que lhe proporcionarão autonomia para aprender a aprender, para ter noções de bom convívio social, de compreensão de diferentes valores e mentalidades de época e cidadania como mostra o PCN(Parâmetros Curriculares Nacionais) desta disciplina:

“A apropriação de noções, métodos e temas próprios do conhecimento histórico, pelo saber histórico escolar, não significa que se pretende fazer do aluno um “pequeno historiador” e nem que ele deve ser capaz de escrever pequenas monografias. A intenção é que ele desenvolva a capacidade de observar, de extrair informações e de interpretar algumas características da realidade do seu entorno, de estabelecer algumas relações e confrontações entre informações atuais e históricas, de datar e localizar as suas ações e as de outras pessoas no tempo e no espaço e em certa medida, poder relativizar questões específicas de sua época.”⁵³

O ensino de História do lugar muito pode contribuir para a formação dos estudantes na medida em que esta ciência vem somar para a formação identitária do aluno, para a tolerância, a compreensão do outro e deste modo, o ensino de História irá proporcionar aos estudantes uma reflexão sobre relações que são social e temporalmente constituídas, das relações entre os indivíduos, entre os grupos, entre o homem e a natureza como diz o historiador e filósofo alemão Jörn Rüsen:

⁵² Oliveira, Valeska Fortes APUD JOUTARD, Philippe. **Desafios à história oral do século XXI**. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; FERNANDES, Tânia Maria; ALBERTI, Verena (orgs.). *História Oral: desafios para o século XXI*. Rio de Janeiro: FGV, 2000, p.31. IN: *Educação, memória e histórias de vida: usos da história oral*. P.97

⁵³ **Parâmetros curriculares nacionais** / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília : MEC/SEF, 1997. p.40)

Se aprender foi entendido fundamental e genericamente como um processo no qual as experiências e as competências são refletidas interpretativamente esse conceito de aprendizado diz respeito ao que se discute aqui: A contribuição da Ciência da história para o desenvolvimento daquelas competências da consciência histórica que são necessárias para resolver problemas práticos de orientação com auxílio do saber histórico.⁵⁴

A didática da História por meio de bens culturais, fará o aluno refletir sobre seus valores e suas práticas cotidianas, contribuirá para fazê-lo pensar sobre as problemáticas de sua comunidade, de sua classe e sua região, de sua sociedade e o conhecimento histórico irá contribuir para mudar a maneira como o aluno ver o mundo e relaciona com o mundo.

O estudo de história irá contribuir com a construção da identidade social e individual do sujeito, e é isso o que buscamos fazer nesta pesquisa com alunos do 9º ano do ensino fundamental na Escola Cônego Calado em Igarapé-Açu.

O ensino-aprendizagem de História na escola deve fomentar no indivíduo a participação, o envolvimento e o compromisso com seu grupo, além do que esta disciplina escolar deve proporcionar ao sujeito clareza do que é historicidade, clareza da fluidez do tempo histórico e das mudanças na medida em que ao estudar outras sociedades em outros tempos e lugares, possibilitará ao indivíduo, o aluno, construir sua própria identidade individual e coletiva como cidadão inserido em uma época, em uma coletividade com outros valores, mas sabendo que antes de si e depois de si existiram e existirão outras coletividades e outras sociedades com outros valores e mentalidades nem certos, nem errados, apenas diferentes por se tratarem de outra época e não venha cometer anacronismos, preconceito nem desrespeito ou incompreensão com as sociedades de outrora.

È esse tipo de história ensinada que buscamos ao trabalhar com alguns jovens da escola pública Cônego Calado no estudo do uso do patrimônio da cidade em um ensino de história que coloque sua localidade como uma das vozes no lugar de falar.

Portanto, neste capítulo introdutório buscamos abordar a categoria conceitual central neste trabalho que é o conceito de patrimônio histórico-cultural e memória e suas possibilidades de uso no ensino de história, vimos como ao longo do século XX

⁵⁴ RÜSEN, Jörn. *Didática – funções do saber histórico. In: História viva: teoria da história: formas e funções do conhecimento histórico*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2007, p. 94

e início do XXI, a noção de patrimônio histórico foi-se alargando e amadurecendo, dadas as contribuições da antropologia cultural aos estudos históricos, acompanhamos um pouco da legislação a respeito do patrimônio histórico no Brasil e como a percepção de patrimônio histórico apenas em seu aspecto material, arquitetônico ainda está enraizado na mentalidade da nossa população e no chão da nossa escola.

Buscamos expor também como o ensino de história por meio do patrimônio pode contribuir para alcançarmos uma aprendizagem histórica ainda mais significativa nas escolas, refletimos sobre os conceitos de memória e esquecimento ligados à base aérea da Segunda Guerra em Igarapé-Açu e vimos que a partir das respostas dadas em dezenas de questionários impressos, somente uma minoria da população de Igarapé-Açu, atribui a base aérea patamares de patrimônio histórico cultural, sendo que para a maioria da população, este espaço não tem mais significado no tempo presente e portanto não se constitui enquanto patrimônio histórico-cultural por não haver entre esse objeto e a maioria da população da cidade trocas simbólicas ou sentimento de pertencimento e apropriação e por fim, refletimos como o ensino de história por meio do patrimônio, traz à tona uma valorização da história local que por muito tempo ficou silenciada na educação básica.

CAPÍTULO 2: ENSINO DE HISTÓRIA E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL - DA ABSTRAÇÃO À MATERIALIDADE NA APRENDIZAGEM HISTÓRICA

2.1 - O ensino de história com educação patrimonial:

Neste segundo capítulo discutimos que o ensino de história conjugado com a educação patrimonial, pode contribuir para que nossos discentes vejam o processo histórico como algo mais perceptível, real, mais próximo deles e menos abstrato, distante e um tanto decolonial, considerando que o patrimônio cultural é para o aluno a materialidade da história e portanto, capaz de fazer a interface entre todos esses aspectos.

Neste capítulo apresentamos também as oficinas preparatórias que foram feitas com os alunos da turma piloto desta pesquisa, a fim de prepará-los para todo trabalho que teríamos de levantamento histórico, entrevistas e filmagens da base aérea para realização do documentário.

Igarapé-Açu, como muitas outras cidades do Brasil, têm um patrimônio histórico-cultural muito rico e que certamente pode ser mais aproveitado no ensino de história e na construção da identidade de cada uma destas localidades, detentoras de diferentes formas de bens culturais, assim, entendemos que este trabalho de pesquisa no campo do ensino de história é também fundamentalmente de educação patrimonial, inclusive por haver, como nos sugerem as respostas dadas em nossos questionários impressos para docentes, um subaproveitamento do patrimônio histórico desta cidade nas aulas de História, no sentido de que o ensino de história, usando-se o patrimônio cultural de Igarapé-Açu é praticado pelos professores da cidade, inclusive por mim, porém não de uma forma sistemática ou em uma escala que a própria literatura da área de educação patrimonial recomende.

Essa constatação, o subaproveitamento do patrimônio histórico de Igarapé-Açu nas aulas de história, veio após aplicarmos um questionário de entrevista aos professores de história da cidade, pertencentes ao quadro da Secretaria Estadual de Educação (SEDUC-PA), o qual se compunha de 19 perguntas, cujo objetivo era termos uma noção aproximada do perfil profissional e da formação dos professores de história neste município, bem como de que forma se relacionam com a base

aérea de Igarapé-Açu e demais entes do conjunto de bens culturais desta localidade por meio do ensino de história.

Era um questionário impresso, sem identificação nominal e sim numérica, para evitar possíveis relutâncias ou constrangimentos dos entrevistados, a fim de que suas respostas fossem as mais verossímias, sendo entregues por mim mesmo nas residências de tais professores e para os que estavam fora da cidade em isolamento social por conta da pandemia de COVID-19, enviei o questionário por WhatsApp e e-mail, recebendo deles os mesmos preenchidos, após 15 dias.

Abaixo reproduzimos o referido questionário:

Questionário aplicado aos professores de história da rede estadual de Igarapé-Açu-PA
professor N° _____ Data: 01 \ 06/2020

- 01- Qual a sua formação? Onde se formou, quando? Tem pós- graduação?**
- 02- Como se tornou professor de história?**
- 03- Há quanto tempo é docente em história?**
- 04- Qual o seu nível de satisfação ou insatisfação com a carreira docente?**
- 05- Quais são as maiores dificuldades do seu trabalho?**
- 06- Você está satisfeito com a aprendizagem em história dos alunos?**
- 07- Você acha que os alunos têm dificuldade ou desinteresse em aprender história?**
- 08 Quais metodologias você usa no ensino de história?**
- 09- Você utiliza ou já utilizou O patrimônio histórico de Igarapé-Açu nas aulas de História?
Como você define Patrimônio Histórico?**
- 10- Você dá aula de história local?**
- 11- Você considera importante ensinar história usando patrimônio histórico?**
- 12- O que você pensa da educação patrimonial?**

13-Você já deu aula sobre a base aérea de Igarapé-Açu?

14-Alguma vez você como aluno ou professor com seus alunos visitou a base aérea de Igarapé-Açu?

15-Quais dificuldades você aponta em que trabalhar com patrimônio histórico de Igarapé-Açu nas aulas de História?

16 -Você conhece a história da base aérea de Igarapé-Açu?

17 -O que você acha da ideia de se fazer um vídeo documentário de 20 minutos sobre a história da base aérea de Igarapé-Açu?

18- Você sente apoio dos pais, do Estado, da supervisão pedagógica ou direções das escolas na realização do seu trabalho docente?

19 – como você define patrimônio histórico?

A análise das respostas dadas às perguntas deste questionário pelos professores serão analisadas em tópico específico e também pulverizadas nos capítulos desta dissertação.

Assim, segundo entrevistas com os docentes de história da cidade, por meio deste questionário escrito, nos foi dito pela maioria deles que usam ou que já usaram o patrimônio histórico local nas aulas de História, apesar das dificuldades de deslocamento das turmas ou por vezes da falta de informações sobre a historicidade de cada um dos elementos que constituem o patrimônio cultural igarapé-açuense, como diz o docente de história N°3:

“Já conseguir levar três turmas para visitar o mercado velho da cidade que fica bem em frente à Escola Cônego Calado e lá comentamos algumas fotos antigas da cidade que foram postas em tamanho grande nas paredes, referentes ao trem e a estrada de ferro Belém- Bragança, bem como outras imagens do padre Cônego Calado e outros cenários antigos do centro da cidade que foram se transformando ao longo do tempo, minha vontade era visitar todos os momentos históricos da cidade, mas a gente não consegue por conta de que é perigoso sair com 35 ou 40 alunos da escola pelas ruas da cidade, além do sol quente e de outros imprevistos.”

Outro docente, o N°04, nos informou que quanto ao uso do patrimônio histórico de Igarapé-Açu nas suas aulas de história, já usou "*sim, fazendo exposição com alunos em feira cultura*", nos dando a entender que não costuma fazer a

visitação deste patrimônio com alunos, proporcionando o contato direto e assistido entre suas turmas e o patrimônio cultural local.

Outro docente, o N°06, respondeu que *"visitei o patrimônio histórico da cidade, poucas vezes, pois trabalho mais com Ensino Médio e geralmente se fala da história do município nas séries iniciais do Ensino Fundamental"*

Ao todo, somos 10 professores de história da SEDUC-PA, em Igarapé-Açu e todos afirmaram que *"sim"* já utilizam o patrimônio histórico local em suas aulas, porém não fizeram maiores detalhamentos sobre a metodologia que aplicam ao ensinarem história por meio do patrimônio, é possível que alguns tenham dado uma resposta pró-forma, já que foram muito lacônicos em suas respostas à pergunta número 09 do questionário aplicado a estes docentes, que era **"você utiliza ou já utilizou o patrimônio histórico de Igarapé-Açu nas aulas de História?"**

Nesta pergunta, o docente N°07, respondeu:

"Sim, trabalho esse tema mais com os alunos do 1º ao 3º ano da rede municipal do Ensino Fundamental menor, mesmo porque esse tema está incluído na grade curricular de ensino. Muito importante pois esse tema traz fala das origens da nossa cidade".⁵⁵

Outro professor, N°08, disse *"sim, utilizei o mesmo com minha turma do 6º ano como uma grande fonte de conhecimento"*. E ainda outro professor, o N°05, de história da zona rural de Igarapé-Açu disse *"sim utilizando aula de campo com alunos sobre a estrada de ferro Belém-Bragança, chamada nesta cidade de rota turística, visitamos as ruínas existentes desta rota no perímetro da comunidade do Livramento."*

Outro Professor de história, o N°01, disse *"sim é algo que tem super relevância aos atuais alunos, pois somos fruto da nossa história(passado+presente)." Outro docente, N°02, da zona rural, também disse "[...] a escola que trabalho está localizada na zona rural e isso dificulta o acesso até determinados locais. Já fizemos umas experiências destas nas proximidades da escola."*

Cabe lembrarmos que está posto como dever de ofício do professor de história, usar as metodologias da educação patrimonial no seu ensino como nos coloca Rocha:

⁵⁵ A transcrição foi realizada *ipsis litteris* conforme emitida pelo entrevistado .

*Do ponto de vista do patrimônio, a escola é, de fato, a extensão da família. É ali que as novas gerações recebem a maior parte do legado cultural herdado do passado. **Cumpra aos mestres despertar nos alunos sentimentos de respeito e amor, mostrando a eles o valor de nossos bens culturais***⁵⁶ [...] [o grifo é nosso]

Este dever do ofício docente de história na educação básica em incluir no seu planejamento, o trabalho com patrimônio cultural da sua localidade também está posto na própria LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), a qual diz:

Art. 26. *Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas **características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos.** (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)*⁵⁷ [O grifo é nosso]

Também em nível local, o Conselho Municipal de Educação de Igarapé-Açu, baixou uma resolução de 09 de fevereiro de 2018, criando uma nova disciplina curricular para o ensino fundamental menor e maior da rede municipal, denominada, **Cultura Local e Identidade Patrimonial**, com intuito de que os estudantes da rede municipal possam ao longo de todo o processo seriado deste nível de ensino, vim a conhecer a história, os aspectos culturais e patrimoniais do município, conforme está posto pela resolução 002/2018 do Conselho Municipal de Educação de Igarapé-Açu, conforme exposto abaixo e também em anexo.

⁵⁶ ROCHA, Guido. **Cartilha do patrimônio histórico e artístico de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura, 1989. 1 v. (sem paginação). APUD Educação e Patrimônio: O papel da Escola na preservação e valorização do Patrimônio Cultural. Camila Rodrigues Maltêz. *Pedagogia em ação*, v.2, n.2, p. 1-117, nov. 2010 - Semestral. Disponível em: www4.pucminas.br . visitado em 02/07/2020, às 23:39.

⁵⁷ Artigo 26 da **Lei nº 9.394** de 20 de Dezembro de 1996. Disponível em: ww.jusbrasil.com.br

Embora se aplique, legalmente só para as escolas da rede municipal e não para as estaduais como o Cônego Calado ou as da rede particular, vemos esta legislação como um passo importante no sentido da prática de uma educação

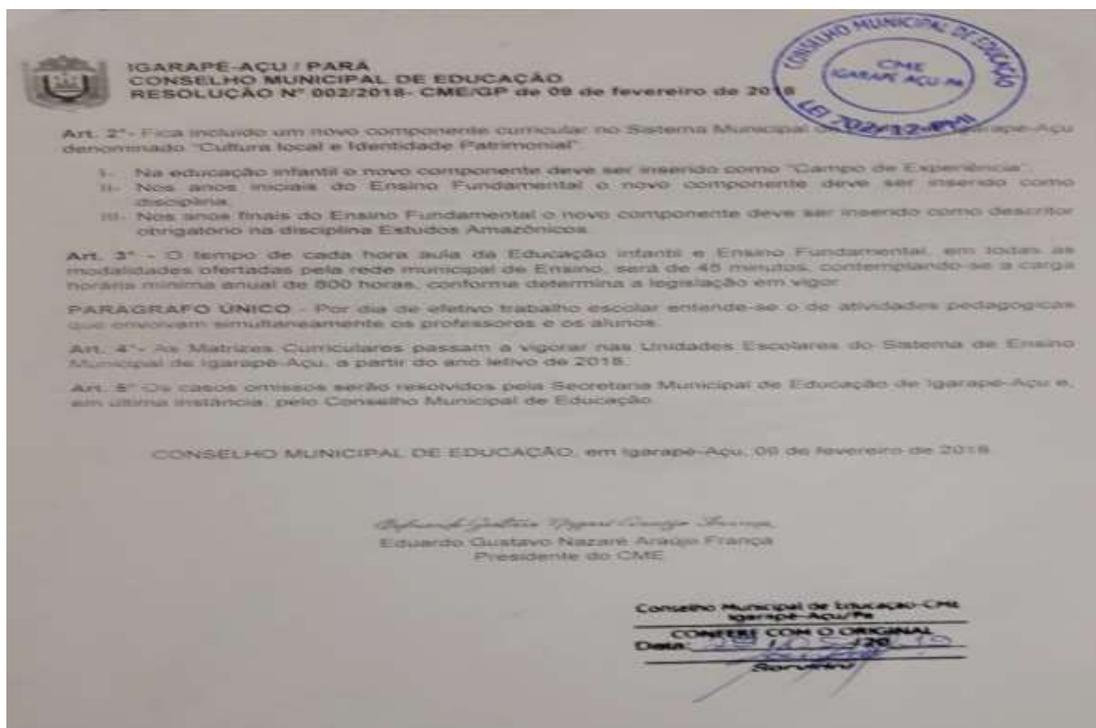


Figura 6 – Resolução 02/2018 do Conselho Municipal de Educação de Igarapé – Açú.

patrimonial na cidade, o que poderá levar as futuras gerações a terem maior conhecimento e talvez maior apreço pelo conjunto patrimonial da cidade, inclusive a base aérea e ajustar, a longo prazo, o uso esporádico e não sistemático que a maioria dos professores de história em Igarapé-Açu, faz quanto a instrumentalizar o patrimônio cultural da cidade em suas aulas de História, grupo no qual se inclui o autor desta pesquisa, o qual, reconhece que é necessário concatenarmos a teoria do ensino de história com a prática concreta do uso do patrimônio na didática da história, a fim de conseguirmos realizar uma educação patrimonial significativa como nos aponta Júlio Horácio Bembe:

Achamos pertinente os professores de História desenvolverem sua atividade educativa apoiando-se tanto na teoria quanto na prática, como forma de melhor trabalhar os conhecimentos teóricos sobre o patrimônio histórico-cultural, dialogando com a prática, de modo que esses bens não sejam vistos como simples memória, mas como bens herdados que realçam a história, a cultura e a identidade de determinado povo.⁵⁸

⁵⁸ Horácio Chivuanga Bembe, Júlio. **Ensino de História e o patrimônio histórico-cultural numa relação teoria-prática**. P.110. Disponível em: <https://Ensino-de-Historia-e-patrimônio>. Visitado em 28/06/2020, às 20:56.

Desta forma, acreditamos que o ensino de história por meio do patrimônio, pode proporcionar um alto grau de aprendizagem histórica na perspectiva de que, a educação patrimonial se utiliza dos bens culturais como uma fonte primária de conhecimentos históricos, o que possibilita um diálogo muito frutífero entre os sujeitos históricos e o patrimônio cultural de sua localidade, neste caso Igarapé-Açu, fazendo com que por meio da educação patrimonial no ensino de história, os nossos estudantes possam progressivamente passar a ter e a sentir maior grau de pertencimento, valorização e preservação de seu patrimônio histórico cultural como coloca Horta, Grunberg e Monteiro⁵⁹:

A Educação Patrimonial[...]leva ao reforço da autoestima dos indivíduos e comunidades e à valorização da cultura brasileira compreendida como múltipla e plural.

Entendemos que o valor dos lugares, das paisagens, do patrimônio histórico-cultural como um todo, só existirá quando nossos alunos e as pessoas em geral, passarem a ter um sentimento de pertencimento, de ligação histórica e cultural com patrimônio, ou seja, o patrimônio histórico deve ser um meio de ligar-nos ao nosso passado histórico e deve fazer sentido em nosso cotidiano, em nossos dias, isto porque a educação patrimonial vem com o intuito de desmistificar o senso comum que somente pensa patrimônio histórico, enquanto pedra e cal, fazendo com que os estudantes, e a comunidade em geral percebam a sua casa, sua escola, o seus costumes como patrimônios culturais pertencentes a sua história, se assim o desejarem, devendo-se também dar autonomia e respeitar a decisão de uma comunidade de considerar ou não este ou aquele bem como um patrimônio cultural que lhe pertence ou não pertence, sendo dever do nosso ofício, proporcionar a todos nas comunidades o conhecimento histórico, as informações sobre o conjunto do patrimônio cultural de sua localidade.

Por vezes é sempre mais fácil e cômodo dar valor e significado ao que está distante de nós, e não raramente, o que está próximo de nós torna-se invisível e não é considerado digno de ser valorizado por isso, acreditamos que com a prática da

⁵⁹ HORTA, Maria de Lourdes Parreira; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia de educação patrimonial**. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Museu Imperial, 1999. P.06.Disponível em: http://www.historia.seed.pr.gov.br/arquivos/guia_educacao_patrimonial. Visitado em 13/05/2020, às 18:01.

educação patrimonial por meio do ensino de história, os bens culturais locais poderão se tornar referências culturais para os nossos estudantes, entendendo o conceito de referência cultural como:

[...]edificações e paisagens naturais. São também as artes, os ofícios, as formas de expressão e os modos de fazer. São as festas e os lugares a que a memória e a vida social atribuem sentido diferenciado: são as consideradas mais belas, são as mais lembradas, as mais queridas. São fatos, atividades e objetos que mobilizam a gente mais próxima e que reaproximam os que estão longe, para que se reviva o sentimento de participar e de pertencer a um grupo, de possuir um lugar. Em suma, referências são objetos, práticas e lugares apropriados pela cultura na construção de sentidos de identidade, são o que popularmente se chama de raiz de uma cultura.⁶⁰

Desta forma com esta pesquisa e com a confecção do seu produto final, um vídeo documentário de 28 minutos sobre a base aérea com a participação direta dos alunos do 9º ano da Escola Cônego Calado, do período da manhã, intuímos contribuir para que se ampliem as práticas educativas no ensino de história e na educação patrimonial em Igarapé-Açu. Sem dúvidas, a prática da educação patrimonial no ensino de história viabiliza a formação de indivíduos capazes de conhecer a sua própria história cultural.

Ao trabalharmos questões referentes ao patrimônio cultural local no ambiente escolar e em diferentes espaços da memória, estamos oferecendo subsídios para a construção do conhecimento, da valorização e preservação desses bens culturais, sejam eles de qualquer natureza, material, imaterial ou naturais.

Mas o que é educação patrimonial?

Ao serem indagados sobre este conceito na questão número 12 do questionário aplicado aos docentes da disciplina de História da SEDUC em Igarapé-Açu, nos foram dadas respostas tais como o docente N°01: "*É a educação pautada na valorização da história passada por povos que deixaram suas marcas e vivências sociais*", outro, o N°08, disse "*uma forma de entendermos a construção da nossa história*", outra fala, N°06, foi "*É bom para que os alunos valorizem e preservem o patrimônio*" e o entrevistado 04 falou "*é muito importante porque nos remonta ao passado*". Outro professor, N°03, escreveu: "*Não me recordo deste assunto, não*

⁶⁰ **Inventário nacional de referências culturais: manual de aplicação.** Apresentação de Célia Maria Corsino. Introdução de Antônio Augusto Arantes Neto. – Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2000. PP. 13-14. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Manual_do_INRC. visitado em 19/0 5/2020, às 22h.

estudei sobre isso na minha época de graduação na UFPA" e por fim o decente N° 05, respondeu de forma mais abrangente, aparentemente após consultar algum texto de apoio, dizendo:

É uma educação voltada para valorização de um povo, comunidade ou região, de estimada riqueza cultural e histórica. É um estudo científico da vida cultural de quem viveu, para aquele que está vivendo e que irá viver. É um patrimônio histórico, cultural, hereditário podendo também servir como sobrevivência turística desse povo. (ofício e história)

Com poucas variações a educação patrimonial é definida pela literatura técnica como sendo:

Um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo. A partir da experiência e do contato direto com as evidências e manifestações da cultura, em todos os seus múltiplos aspectos, sentidos e significados, o trabalho da Educação Patrimonial busca levar as crianças e adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto destes bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural⁶¹

Por sua vez, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), instituição federal, responsável pela política de patrimônio cultural em nível nacional, pela Portaria N° 137, de 28 de abril de 2016, entende a educação patrimonial como sendo:

Os processos educativos formais e não-formais que têm como foco o patrimônio cultural apropriado socialmente como recurso para a compreensão sóciohistórica das referências culturais em todas as suas manifestações, com o objetivo de colaborar para o seu reconhecimento, valorização e preservação[...] A Educação Patrimonial consiste em provocar situações de aprendizado sobre o processo cultural e seus produtos e manifestações, que despertem nos alunos o interesse em resolver questões significativas para sua própria vida, pessoal e coletiva.⁶²

Consideradas pela mesma portaria como instrumentos estratégicos de implementação da política de educação patrimonial, as Casas do Patrimônio são núcleos espalhados por várias localidades do país, espaços nos quais o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional(IPHAN), o Poder Público e sociedade civil, discutem conjuntamente as necessidades para compreensão, preservação e salvaguarda do patrimônio cultural, considerando as especificidades e demandas de cada localidade e tentando promover a democratização e a gestão participativa dos bens culturais.

⁶¹ idem. p.03

⁶² <http://portal.mec.gov.br>. Pp.05,09. Visitado em 15 de maio de 2020 às 10:45min.

Portanto, a educação patrimonial é um recurso de excelência para o ensino de história, é uma metodologia muito eficaz para o ensino por meio do patrimônio cultural de uma localidade, a qual resulta em um leque de benefícios entre os quais, a preservação do patrimônio construído e a ressignificação que a comunidade passar a dá a sua herança cultural local, cabe ainda dizer que é a partir do processo educacional e do ensino de história que podemos desenvolver nos alunos do presente e nas gerações futuras, o respeito, a sensibilidade e a valorização dos bens culturais de seu país.

Desta forma, segundo Silvana P. Ramos:

A Educação Patrimonial seria um processo de desenvolvimento de habilidades e competências para participar ativamente dos processos de patrimonialização. Um processo educativo para que se tenha condições de conhecer, estabelecer critérios, selecionar, construir propostas, dimensionar impactos no referido processo. Trata-se de uma educação que possa fornecer subsídios para atitudes diante dos bens culturais criando condições para que as percepções de toda esta imbricada rede de interesses que cercam o fenômeno da patrimonialização se transformem em atitudes com relação à preservação e conservação do patrimônio.⁶³

Em consonância com isso, os supervisores educacionais da Escola Cônego Calado, que são cinco ao todo, dois lotados pela manhã, dois à tarde e uma a noite e que pela natureza de suas funções são uma fonte de apoio pedagógico para o professor de história, foram entrevistados por nós meio de questionário escrito de 09 perguntas, cujo objetivo era entendermos de maneira aproximada, qual o perfil profissional destes especialistas em educação e sabermos qual percepção eles têm do ensino de história e de alguns outros conceitos centrais nesta pesquisa, já que os especialistas em educação nas escolas públicas da Secretaria Estadual de Educação do Pará são supervisores, são uma fonte de apoio pedagógico e têm algum grau de autoridade e influência sobre o trabalho de ensino a ser desenvolvido pelos professores de história em regência de classe.

Por isso acreditamos que seria frutífero para esta pesquisa, termos uma visão geral sobre o que estes profissionais da ciência pedagógica, compreendem como

⁶³ Ramos, Silvana Pirillo IN **Educação Patrimonial e Turismo Cultural em Centros Históricos: Desvendando entrelinhas de uma relação**. p.06. Disponível em: <https://www.anptur.org.br>. consultado em 02/08/2020, às 9:30.

sendo história, sua importância e outras categorias conceituais desta disciplina escolar.

Este foi o questionário aplicado aos especialistas em educação da Escola Cônego Calado e da mesma forma que os questionários anteriores aplicados a professores, pais de alunos e cidadãos em geral de Igarapé-Açu, dissemos aos supervisores pedagógicos que a identificação de seus questionários seria numérica e não nominal, a fim de que também pudessem ser mais espontâneos e menos temerosos em responder francamente as indagações feitas por nós nesta pesquisa.

Questionário aplicado aos supervisores educacionais da Escola Cônego Calado em Igarapé-Açu-PA. Supervisor N° _____

01- Qual a sua formação?

02 Como se tornou supervisor educacional?

03 - Quais as dificuldades do seu trabalho?

04- Como acha que o ensino de história pode contribuir para formação educacional dos estudantes?

05- O que você entende como sendo história?

06- O que você entende como sendo patrimônio histórico?

07- O que você entende como sendo educação patrimonial?

08- Em algum momento você já participou alguma visita a base aérea de Igarapé-Açu?

09- Quais as dificuldades em se trabalhar com os professores de história?

A partir dos questionários preenchidos que nos foram entregues, os supervisores educacionais, desta escola parecem ter muita percepção da importância da educação patrimonial, porque quando perguntados sobre o que entendiam como sendo educação patrimonial, recebemos respostas tais como o supervisor N°01:

Educação patrimonial no meu ponto de vista e agora já tá falando de educação, então é intencional e sistemático e está centrado no patrimônio cultural, no conhecimento no enriquecimento individual e coletivo. É uma proposta metodológica para o desenvolvimento de

ações educacionais voltadas para a preservação de bens do patrimônio histórico e em qualquer sociedade é preciso que a escola consiga fazer com que o aluno consiga compreender e ter experiências voltadas para situações educacionais que leve esse aluno a compreender a importância do patrimônio histórico e a escola é de fundamental importância para isso, por isso é necessário uma proposta voltada para ações educacionais, intencional e sistemática, então é necessário que a escola junto com os professores de história consiga montar uma proposta pedagógica pautada também para essa atividade de conhecimento do nosso patrimônio histórico em todos os âmbitos.

Outro supervisor educacional, o N° 02 da Escola Cônego Calado disse sobre educação patrimonial:

A educação patrimonial visa conscientizar a sociedade principalmente a futura geração a preservar e valorizar prédios antigos e monumentos, mantendo-os na memória para que não ocorra perda de identidade histórica por esse motivo é importante levar o educando a conhecer de perto estes bens culturais que fazem parte da sua realidade social e de outros espaços para que o mesmo valorize sua herança cultural material e imaterial com atitudes de respeito e proteção.

E ainda outro supervisor, o N°03, disse:

(É) educação para a preservação daquilo que foi construído ao longo do desenvolvimento de uma sociedade, mas que também é responsável pela construção do seu futuro, que pode ser material e imaterial, ou seja, educação para compreender e valorizar as construções físicas, mas também a memória imaterial.

Neste sentido, as metodologias para o trabalho com educação patrimonial podem se dá em diferentes ambientes formal como a escola ou informais como em praças públicas, museus arquivos e muitos outros espaços de memória, incluindo-se nesse rol as manifestações culturais intangíveis, ou seja, a educação patrimonial visa preparar os estudantes e pessoas em geral para conhecer e daí, talvez ressignificar ou não, conforme forem suas memórias e identidades, o patrimônio histórico de sua comunidade, o qual por sua vez nesta dissertação é caracterizado enquanto evidências materiais e manifestações das culturais, sendo o conjunto de bens elaborados e passados ao longo das gerações que sejam carregadas de significados, identidade e apropriação para as pessoas do presente ou como bem pontua Soares:

Quando falamos sobre Patrimônio Cultural, logo pensamos em monumentos, casas antigas, etc. Esta é a visão do senso comum, porém a idéia de Patrimônio é bem mais ampla, e inclui vários outros aspectos. Todas as modificações feitas por uma sociedade na paisagem para melhorar suas condições de vida, bem como todas as formas de

manifestação socialmente compartilhadas, fazem parte do patrimônio, pois todo objeto ou ação que se refere à identidade de uma sociedade constitui seu patrimônio.⁶⁴

Posto isso, acreditamos que a escola é por excelência um espaço muito propício para o desenvolvimento da educação patrimonial como comenta Átila Tolentino:

Na educação formal, a Educação Patrimonial deve ser uma proposta dinâmica e criativa de a escola se relacionar com o patrimônio de sua região e de sua localidade. A partir dessa ação, deve-se ampliar o entendimento dos vários aspectos que constituem o nosso patrimônio cultural e o que isso tem a ver com formação de cidadania, identidade, memória e tantas outras coisas que fazem parte da nossa vida, mas, muitas vezes, não nos damos conta do quão importantes elas são⁶⁵

Assim, ao concatenarmos ensino de história por meio do patrimônio cultural, estaremos fazendo educação patrimonial na educação básica, em Igarapé-Açu, usando uma base aérea local da Segunda Guerra Mundial e assim, entendemos que podemos encontrar uma forma de fazer com que os jovens partícipes neste trabalho, percebam as continuidades e rupturas históricas, saindo daquela condição de abstração com relação ao processo histórico como bem apontou Eric Hobsbawm que diz *“quase todos os jovens de hoje crescem numa espécie de presente contínuo, sem qualquer relação orgânica com o passado público da época em que vivem”*.⁶⁶

Deste modo, procuraremos fazer com que os estudantes tenham percepção da importância e dos impactos do passado sobre o tempo presente, da relação entre o ontem e hoje na vida deles e de todos e assim desenvolvam atitudes de curiosidade, indagações e valorização do seu patrimônio cultural e principalmente que se reconheçam como parte da história da sua cidade e de seu país, fortalecendo suas próprias identidades por meio da aprendizagem histórica pelo viés da educação patrimonial como nos coloca a pesquisadora Cristina Figueira:

⁶⁴ SOARES, André Luis Ramos (Org.). **Educação patrimonial: relatos e experiências**. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2003. P.46

⁶⁵ TOLENTINO, Átila. **Educação, memórias e identidades**. In: TOLENTINO, Átila Bezerra (org.). *Educação patrimonial: educação, memórias e identidades / Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan)*. Superintendência do Iphan na Paraíba. João Pessoa: Iphan, 2013. p. 08. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/caderno_tematico_de_educacao_patrimonial_nr_03. Visitado em 14 de maio de 2020, às 16:49min.

⁶⁶ HOBBSAWM, Eric J. **Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991**. Tradução de Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. P.11. disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/mod/resource>. visitado 14 de Maio de 2020 às 23h.

possibilita ao aluno perceber que o patrimônio cultural faz parte da sua própria história. Tal percepção lhe propicia a oportunidade de conhecer as culturas locais, construindo laços de afetividade e de solidariedade com as pessoas e o lugar onde vive.⁶⁷

Outrossim, a partir dessas colocações podemos perceber que a educação patrimonial tem íntima relação com a educação escolar formal, mas não unicamente com ela, porém, ao se falar de educação patrimonial, estamos sim, falando de educação em seu aspecto lato sensu, isto é, em sentido amplo, por que a importância da educação patrimonial reside no fato de que as comunidades, lócus dos patrimônios históricos do Brasil, são os responsáveis por indicar o que é patrimônio cultural, o que deve ser preservado, desta maneira as pessoas e as comunidades são os protagonistas em indicar futuras ações de preservação que o Estado deverá tomar em relação ao patrimônio histórico, mas como farão isso se não receberem noções de educação patrimonial?

Já que a preservação é uma prática social, coletiva, as comunidades e as pessoas só irão preservar aquilo que reconhecerem como bens culturais seus, como nos aponta Eliane de Castro Freire:

A proteção e a valorização dos bens culturais se constituem como um fato social e a seleção do que se considera como patrimônio cultural são construções coletivas, baseadas nas significações e nos valores que são dados por diferentes setores da sociedade. Ou seja, a apropriação dos bens patrimoniais e, conseqüentemente, o sucesso dos distintos instrumentos de preservação desses bens oferecidos pelo **Estado como a figura do tombamento, registro de manifestações culturais ou chancela de paisagem cultural dependem do significado e do valor simbólico que a sociedade atribui a esses bens.** O caminho para o envolvimento e apropriação desses bens pela comunidade perpassa, necessariamente, pela educação. É preciso ir além dos instrumentos e mecanismos de proteção do patrimônio cultural. São necessários processos que promovam a reflexão e o sentimento de pertencimento pelo nosso patrimônio cultural, por meio de uma educação voltada à compreensão e valorização da nossa diversidade cultural.⁶⁸ (o grifo é nosso)

Cabe lembrarmos que a educação patrimonial, apesar de ainda ser pouco praticada na maioria das escolas brasileiras, não é um tema recente em nosso país, já que desde a sua gênese em 1937, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico

⁶⁷ FIGUEIRA, Cristina Aparecida Reis; GIOIA, Lílian de Cássia Miranda. **Educação patrimonial no ensino de história nos anos finais do ensino fundamental: conceitos e práticas.** São Paulo: Edições SM, 2012. P.08

⁶⁸ **Educação patrimonial: orientações ao professor.** 2 imp. – João Pessoa: Superintendência do Iphan na Paraíba, 2011.(Caderno temático ; 1) p.11. visitado em 15 de maio de 2020, às 18h. Disponível em: portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/EduPat_EducPatrimonial

Nacional(IPHAN), advogou em documentos, iniciativas e projetos a importância de se fazer ações educativas com uma forma estratégica de proteção e preservação do patrimônio histórico brasileiro, neste sentido Mário de Andrade que em 1936 como Secretário de Cultura da Prefeitura de São Paulo, elaborou um anteprojeto para criação do SPHAN, o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, que viria a ser o hoje, o importante IPHAN(Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional).

Mário de Andrade já falava na “Seção dos Museus”, que ficaria a cargo dos museus nacionais pertencentes ao SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), promover exposições em nível regional e federal e articular-se com congêneres regionais.

Em sua concepção, os museus municipais deveriam ser ecléticos, com acervos heterogêneos, e os critérios de seleção das peças ditados pelo valor que representam para a comunidade local, ou seja, Mário de Andrade já defendia que os museus deveriam ter um caráter pedagógico, isto é, fazer o que hoje chamamos de educação patrimonial como podemos ver em um trecho escrito pelo próprio Mário de Andrade, falando sobre os museus técnicos, os quais deveriam ter entre outras funções, esclarecer a população quanto ao valor do patrimônio histórico:

[...] Aproveitei a ocasião para lembrar a criação dum desses museus técnicos que já estão se espalhando regularmente no mundo verdadeiramente em progresso cultural. Chamam-se hoje mais ou menos universalmente assim os museus que expõem os progressos da construção e execução das grandes indústrias, e as partes de que são feitas as máquinas inventadas pelo homem. **São museus de caráter essencialmente pedagógico.** [...] ⁶⁹. O grifo é nosso.

Há de se ressaltar que até a década de 1940, os bens patrimoniais valorizados nos museus tendiam para o culto a personagens importantes para a história oficial do país e às classes elitistas⁷⁰. Nesta mesma linha de pensamento, Rodrigo Melo Franco de Andrade, que foi dirigente do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) por décadas, declarou em 1967:

⁶⁹ **EDUCAÇÃO PATRIMONIAL Histórico, conceitos e processos.** P. 6. Publicação online do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). disponível em <https://patrimoniovaleadoribeira.educao-patrimonial-historico>. Visitado em 16/05/2020, às 10: 14 min

⁷⁰ SANTOS, M. Célia Teixeira Moura. **O papel dos museus na construção da “Identidade Nacional”.** *Anais do Museu Histórico Nacional*. Rio de Janeiro, v. 28, 1996. P.21. Disponível em: http://www.reginaabreu.-museu-historico-nacional_vol28.pdf. Visitado em 30/05/2020, às 20:58.

Em verdade, só há um meio eficaz de assegurar a defesa permanente do patrimônio de arte e de história do país: é o da educação popular. Ter-se-á de organizar e manter uma campanha ingente visando a fazer o povo brasileiro compenetrar-se do valor inestimável dos monumentos que ficaram do passado se não se custou muito a persuadir nossos concidadãos de que o petróleo do país é nosso, inculcá-lhes a convicção de que o patrimônio histórico e artístico do Brasil é também deles ou nosso, será certamente praticável.⁷¹

Destarte, a expressão educação patrimonial só veio a ser usada pela primeira vez no Brasil em 1983, no primeiro seminário sobre o uso educacional de museus e monumentos, realizado na cidade de Petrópolis no Rio de Janeiro e 16 anos depois em 1999, foi lançado o importante Guia básico de Educação Patrimonial, o qual veio a ser utilizado pelo IPHAN na realização de ações no sentido de fazer o que hoje chamamos de modo consolidado de educação patrimonial, conceito este que pode ser definido, segundo as autoras do Guia Básico Educação Patrimonial, Maria de Lourdes Parreiras Horta, Evelina Grunberg e Adriana Queiroz Monteiro como sendo:

Educação Patrimonial consiste em um “processo permanente e sistemático”, centrado no “Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo”, cuja metodologia se aplica a [...] qualquer evidência material ou manifestação cultural, seja um objeto ou conjunto de bens, um monumento ou um sítio histórico ou arqueológico, uma paisagem natural, um parque ou uma área de proteção ambiental, um centro histórico urbano ou uma comunidade da área rural, uma manifestação popular de caráter folclórico ou ritual, um processo de produção industrial ou artesanal, tecnologias e saberes populares, e qualquer outra expressão resultante da relação entre indivíduos e seu meio ambiente⁷²

O Guia básico de Educação Patrimonial é um marco, um divisor de águas no amadurecimento deste conceito no Brasil, esta obra está estruturada em três partes:

No primeiro momento, traz o conceito de educação patrimonial, apontando os diversos bens patrimoniais existentes no Brasil, bem como, as experiências desenvolvidas nos diversos seguimentos de patrimônio.

Segundo as autoras, o patrimônio vivo, são todas as expressões culturais exercidas ao longo do tempo e de formas diferentes, ou seja, cada sociedade ou grupo cultural desenvolve suas práticas que se tornam identidades inerentes a sua cultura e modo de viver.

⁷¹ idem p.06

⁷² idem p.06

As autoras observaram que o patrimônio não fica restrito aos grandes monumentos, referências dos grandes heróis, mas ele é vivo porque possui uma grande variedade de expressões que denominam os aspectos da sociedade brasileira, tais como artesanatos, maneiras de pescar, moradias, culinária, danças, músicas, modos de falar, de vestir, rituais, festas religiosas e populares, relações sociais.

Esta obra diz ainda que a metodologia aplicada na educação patrimonial pode ser através da materialidade ou manifestações culturais, monumentos ou sítio arqueológico, uma paisagem natural, centro histórico urbano ou comunidade rural, manifestações folclóricas, rituais, produção industrial, artesanal, tecnologias, saberes populares, relações entre homem e meio ambiente.

No entanto, faltava um programa nacional de educação patrimonial, sendo que as múltiplas ações, que se intitulam como ações de educação patrimonial, eram pontuais, dispersas e descontínuas mas em 2016, o governo federal baixou a PORTARIA Nº 137, DE 28 DE ABRIL DE 2016, a qual:

Resolve:

Art. 1º. Instituir um conjunto de marcos referenciais para a Educação Patrimonial – EP enquanto prática transversal aos processos de preservação e valorização do patrimônio cultural no âmbito do Iphan.

Art. 2º Para os efeitos desta Portaria, entende-se por Educação Patrimonial os processos educativos formais e não formais, construídos de forma coletiva e dialógica, que têm como foco o patrimônio cultural socialmente apropriado como recurso para a compreensão sociohistórica das **referências culturais**, a fim de colaborar para seu reconhecimento, valorização e preservação. (o grifo é nosso)

- Parágrafo único. Os processos educativos deverão primar pelo diálogo permanente entre os agentes sociais e pela participação efetiva das comunidades.

Art. 3º São diretrizes da Educação Patrimonial:

- I – Incentivar a participação social na formulação, implementação e execução das ações educativas, de modo a estimular o protagonismo dos diferentes grupos sociais;
- II – Integrar as práticas educativas ao cotidiano, associando os bens culturais aos espaços de vida das pessoas;
- III – valorizar o território como espaço educativo, passível de leituras e interpretações por meio de múltiplas estratégias educacionais;
- IV – Favorecer as relações de afetividade e estima inerentes à valorização e preservação do patrimônio cultural;
- V – Considerar que as práticas educativas e as políticas de preservação estão inseridas num campo de conflito e negociação entre diferentes segmentos, setores e grupos sociais;
- VI – Considerar a intersetorialidade das ações educativas, de modo a promover articulações das políticas de preservação e valorização do patrimônio cultural com as de cultura, turismo, meio ambiente, educação, saúde, desenvolvimento urbano e outras áreas correlatas;
- VII – incentivar a associação das políticas de patrimônio cultural às ações de sustentabilidade local, regional e nacional;

- VIII – considerar patrimônio cultural como tema transversal e interdisciplinar.

Art. 4º São documentos referenciais para a prática de Educação Patrimonial pelo Iphan as publicações Educação Patrimonial: Histórico, conceitos e processos, IPHAN, 2014, e a publicação Educação Patrimonial: inventários participativos, IPHAN, 2016,

Art. 5º São instrumentos estratégicos de implementação da política de Educação Patrimonial pelo Iphan as Casas do Patrimônio, quando resultantes de um arranjo institucional entre o Iphan, a comunidade local, sociedade civil e demais instituições públicas e privadas, para promoção de ações educativas, visando fomentar e favorecer a construção do conhecimento e a participação social para o aperfeiçoamento da gestão, proteção, salvaguarda, valorização e usufruto do patrimônio cultural brasileiro.

- Parágrafo único. A organização e o funcionamento das Casas do Patrimônio dar-se-ão por meio de parceria, a ser instituída por Acordo de Cooperação Técnica- ACT, com critérios definidos pela CEDUC/ COGEDIP/ DAF.

Art. 6º São objetivos das Casas do Patrimônio:

- I – Ampliar as possibilidades de diálogo entre o Iphan e a sociedade por meio da Educação Patrimonial;
- II – Ampliar a capilaridade das ações do Iphan e interligar espaços que promovam práticas e atividades de natureza educativa de valorização do patrimônio cultural;
- III – estimular a participação das comunidades nas discussões e propostas de redefinição do uso social dos bens culturais;
- IV – Interligar experiências e espaços que promovam práticas e atividades de natureza educativa, de modo a propiciar uma avaliação conjunta dos significados e alcances dessas iniciativas;
- V – Incentivar a associação das políticas de patrimônio cultural ao desenvolvimento social e econômico;
- VI – Aperfeiçoar as ações focadas nas expressões culturais locais e territoriais, contribuindo para a construção de mecanismos de apoio junto às comunidades, aos produtores culturais, às associações civis, às entidades de classe, às instituições de ensino e aos setores públicos, para uma melhor compreensão das realidades locais.

Art. 7º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Sem dúvidas, um belo documento, sendo importante percebermos que esta portaria de 2016, norteadora da prática de educação patrimonial, traz importantes conceitos como o de *referências culturais* e não de patrimônio histórico nacional, além de falar em participação efetiva das comunidades na definição do que são seus bens culturais.

Este documento coloca ainda que a educação patrimonial não é propriedade exclusiva da disciplina de história, mas que deve ser tratada como tema transversal e interdisciplinar.

No que toca ao conceito de referências culturais, esta é definida como:

A noção de referência cultural significa buscar formas de se aproximar do ponto de vista dos sujeitos diretamente envolvidos com a dinâmica da produção, circulação e consumo dos bens culturais. Ou seja, significa, em última instância, reconhecer lhes o estatuto de legítimos detentores não

apenas de um saber-fazer, como também do destino de sua própria cultura.⁷³

O conceito referência cultural mencionada neste documento federal é muito significativo em razão de que por meio da educação patrimonial, nós poderemos desconstruir uma tradição brasileira, historicamente consolidada onde, os bens patrimonializados revelam a exaltação do Estado e de heróis que representam memórias das elites vencedoras.

Há uma exclusão dos chamados vencidos (negros, índios operários, entre outros) e uma negação dos conflitos mantendo características colonialista, eurocêntrica e elitista do que foi categorizado como patrimônio histórico, o que fazia com que a massa do povo brasileiro não se identificasse com os símbolos patrimoniais da nossa história e como a população pobre poderia ter identidade com Casa Grande, engenhos, pinturas, arte colonial e outros símbolos da elite histórica, econômica, militar, católicas e branca brasileira?

Este documento, a portaria nº 137, de 28 de abril de 2016, ao dar ênfase ao local, as comunidades, as referências culturais, reconhece tacitamente uma característica fundamental da educação patrimonial que é a *decolonialidade* entendida como:

Enquanto o colonialismo denota uma relação política e econômica de dominação colonial de um povo ou nação sobre outro, a **decolonialidade** se refere a um padrão de poder que não se limita às relações formais de exploração ou dominação colonial, mas envolvem também as diversas formas pelas quais as relações intersubjetivas se articulam a partir de posições de domínio e subalternidade, podendo ser observada ao longo do tempo nas relações de **aprendizagem**, no senso comum e na autoimagem dos povos.⁷⁴ (o grifo é nosso)

Outrossim, queremos ressaltar os potenciais e os limites de aproximação entre patrimônio histórico e educação patrimonial em seu aspecto decolonial na cognição histórica de nossos alunos, no sentido de que um ensino de história decolonial, vai mostrar aos nossos discentes que eles são sujeitos históricos, tendo a sua comunidade participado do seu jeito, com o seu perfil em eventos históricos como a Segunda Guerra, onde a sua localidade foi protagonista e que devemos portanto, valorizar a sua versão, o seu discurso e a sua interpretação dos

⁷³ FONSECA, Maria. **Referências Culturais: Base para novas políticas de patrimônio In: POLÍTICAS SOCIAIS: acompanhamento e análise** p.118. Disponível em: 20\08\20 <https://pdfs.semanticscholar.org>. Consultado em 20\08\20, às 21:45min.

⁷⁴ Amaral, João Paulo Pereira do. **Da colonialidade do patrimônio ao patrimônio decolonial** / João Paulo o do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2015. p,06. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br>. consultado em 01/08 2020, às 11h.

acontecimentos históricos narrados pela comunidade para além das narrativas e discursos oficiais que tornavam lugares como este município, invisibilizados pelos discursos dominantes na linguagem, narrativa e escrita da história oficial.

O ensino de história que buscamos fazer, nos utilizando da metodologia da educação patrimonial decolonial, visa fazer com o que nossos alunos percebam as relações intersubjetivas de domínio e subalternidade que existem nas formas de aprendizagem, no senso comum e na auto imagem que nós temos de nós mesmos frente a outros povos como os europeus, estes pensados como civilizados, condutores do processo histórico, enquanto nós e nossa história seguem a rebote e capitaneados por eles.

O que queremos é contribuir para um "*Giro Decolonial*"⁷⁵ no qual, nossos estudantes passem a perceber que a história é sim internacional, nacional mas também local na perspectiva de que na comunidade, o processo histórico foi construído a partir da cultura local, dos interesses e embates locais e não simplesmente reflexo de uma conjuntura nacional e internacional, frente a qual nós seríamos inertes, pois como diz um provérbio africano, "*Até que os leões tenham seus próprios historiadores, as histórias de caça continuarão glorificando o caçador*".

2.2 – As oficinas preparatórias:

No dia 25 de novembro de 2019, apliquei na então turma do 8º ano da manhã da Escola Cônego Calado, um questionário de averiguação de conhecimentos prévios sobre categorias conceituais históricas pertinentes a esta pesquisa, no intuito de perceber como estava a cognição histórica dos alunos dessa turma e saber até que ponto conheciam ou não alguns conceitos que instrumentalizaríamos no desenvolvimento da pesquisa e na produção do documentário de 20 a 30 minutos sobre a base aérea de Igarapé-Açu.

⁷⁵ "*Giro decolonial*" é um termo cunhado originalmente por Nelson Maldonado-Torres em 2005 e que basicamente significa o movimento de resistência teórico e prático, político e epistemológico, à lógica da modernidade/colonialidade. A decolonialidade aparece, portanto, como o terceiro elemento da modernidade/colonialidade. Para saber mais consultar Luciana Ballestrin IN **América Latina e o giro decolonial Rev. Bras. Ciênc. Polít. no.11 Brasília May/Aug. 2013**. Disponível em: <https://doi.org>. Consultado em 02/08/2020, às 11:31

Julguei necessária a aplicação deste questionário de averiguação, considerando-se que os alunos não são tabula rasa, mas que já trazem para a escola algum conhecimento de história, mesmo que de forma difusa, descontínua e estereotipada que podem e devem ser utilizadas pelo professor para fazer educação histórica dos discentes como nos diz Barca:

Os conceitos históricos são compreendidos gradualmente, a partir da relação com os conceitos de senso comum que o sujeito experiência. O contexto cultural e as mídias são fontes de conhecimento que devem ser levadas em conta, como ponto de partida para a aprendizagem histórica. [...] Quando o aluno procura explicações para uma situação do passado à luz da sua própria experiência revela já um esforço de compreensão histórica. Este nível de pensamento poderá ser mais elaborado do que aquele que assenta em frases estereotipadas, desprovidas de sentido humano.⁷⁶

Assim, para esta pesquisadora as ideias de senso comum que os alunos inicialmente portam sobre temas históricos, podem ser investigadas via instrumentos de recolhimento prévio de conhecimentos como este questionário para planejamento de aulas de história mais eficazes e significativas e foi com este intuito de termos uma visão geral dos conhecimentos prévios de história dos alunos, partícipes desta pesquisa que aplicamos o questionário abaixo e que agora analisaremos, objetivando o melhoramento de nossa práxis de ensino, a fim de alcançarmos uma aprendizagem mais significativa nos moldes apontados por Carl Rogers:

Por aprendizagem significativa entendo uma aprendizagem que é mais do que uma acumulação de fatos. É uma aprendizagem que provoca uma modificação, quer seja no comportamento do indivíduo, na orientação futura que escolhe ou nas suas atitudes e personalidade. É uma aprendizagem penetrante, que não se limita a um aumento de conhecimentos, mas que penetra profundamente todas as parcelas da sua existência.⁷⁷

A metodologia usada neste primeiro contato da turma com esta pesquisa foi a de aplicação deste questionário impresso e as respostas deveriam ser manuscritas pelos estudantes, os quais teriam o tempo de nossas duas aulas, 90 minutos naquela semana para preencher este documento, após explicar que eu era aluno do

⁷⁶ BARCA, Isabel. **Aula Oficina: do Projeto à Avaliação**. In. Para uma educação de qualidade: Atas da Quarta Jornada de Educação Histórica. Braga, Centro de Investigação em Educação (CIED)/ Instituto de Educação e Psicologia, Universidade do Minho, 2004, p. 138. Disponível em: http://sefarditas.net.br/ava/aula_oficina/isabel_barca. Consultado às 18:54min.

⁷⁷ Rogers, Carl APUD **Organização do Trabalho Pedagógico - Pensadores da Educação**. s/p Disponível em: <http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br>. Consultado às 19:05 min.

curso de mestrado, que escreveria uma dissertação sobre a base aérea local, produziria com eles um vídeo documentário de 20 a 30 minutos sobre a mesma se aceitassem o convite e que este trabalho da faculdade deveria ser feito com a participação direta de alunos e que eu havia escolhido a turma deles para a pesquisa junto comigo, aceitaram com entusiasmo e passaram a responder as perguntas deste questionário, distribuí os mesmos e passei a monitorar o tempo, esclarecer algumas dúvidas e não permitir que ninguém se utilizasse de recursos adicionais para responder às indagações propostas. A aplicação do questionário transcorreu dentro da normalidade.

Questionário de averiguação de conhecimentos prévios com o 8º ano manhã de 2019 da Escola Cônego Calado em Igarapé-Açu - Pará na data de 25\11 \2019, às 8h:20min da manhã.

Escola Cônego Calado Prof. Manoel Manito

Aluno:_____ **Idade:**

Profissão do pai:_____

Profissão da mãe:_____

01- O que você entende como sendo patrimônio histórico?

02- Dê exemplos de patrimônio histórico de Igarapé-Açu?

03- Por que você acha que essas coisas são patrimônio histórico da cidade?

04 - você acha que a base aérea da segunda guerra em Igarapé-Açu é patrimônio histórico?

05- O que você considera importante saber sobre a base aérea da Segunda Guerra em Igarapé-Açu?

06- O que você acha que é história oral?

07- Por que a história oral é importante?

08- Elabore 5 perguntas que deveríamos fazer para os idosos sobre a base aérea da Segunda Guerra em Igarapé-Açu?

09- Você considera importante estudar a base aérea da Segunda Guerra em Igarapé-Açu?

10- O que é história local?

11- Você acha importante estudar história local?

12 – Você acha que existe história em Igarapé-Açu?

13 – O que são fontes históricas?

14- Você Gostaria de participar da produção de um videodocumentário de 20 minutos sobre a história da base militar da Segunda Guerra Mundial Igarapé-Açu?

Essa turma é composta 40 discentes, não há desistentes ou evasão de qualquer natureza, 35 alunos responderam o questionário, sendo que 05, declararam ter pai desconhecido, 14 declararam ser a sua mãe dona de casa e o restante tem sua genitora ocupando as mais diversas profissões na cidade que vão desde empregadas domésticas, funcionárias públicas estaduais e municipais, além de trabalhadoras do comércio etc...

Também o pai ocupa profissões variadas como empregados na PALMASA, que é a fábrica de produção e exportação de óleo de dendê existente em Igarapé-Açu, passando por outras profissões como pedreiro, eletricista, comerciante etc.... A faixa etária nessa turma variou entre 12 a 16 anos de idade, sendo 14 meninos e 21 meninas.

A sala de aula dessa turma, o oitavo ano da manhã da escola Cônego Calado é grande, porém fica pequena diante do grande número alunos que são 40 em uma sala quente e apertada, onde se tem dois ventiladores de parede mais um não gira, ventilando em uma só direção, além de barulhentos, de modo que dá aula nesta sala é desgastante, devido ser aberta com paredes vazadas para facilitar a ventilação, mas que também favorece a entrada de muito barulho vindo do corredor, já que é muito alto o número de alunos no período da manhã e que ficam pelos corredores transitando de aula vaga ou de professores que faltaram, não há inspetores, de modo que são constantes alunos correndo, rindo, falando alto, escutando música alta ou chamando palavrões, nestes espaços de passagem, contíguos a sala do oitavo ano.

Combinadas a estas duras condições de trabalho, o tamanho da turma e a falta de espaço na sala de aula, fica difícil fazer alguma dinâmica que torne as aulas de História mais agradáveis, tirando os alunos do desânimo que muitas vezes eu percebo nos olhos deles.

A escola quase não tem recursos pedagógicos, considerando-se que só há um data show funcionando para 17 salas e os professores, às vezes discutem entre si para conseguir um agendamento do Datashow e da sala de vídeo, existe uma sala de informática porém vazia, onde não há computadores e somando-se a isso o professor de História do oitavo ano que sou eu, teve uma formação durante a graduação com ênfase na pesquisa e não na docência durante seu curso de

História em 1997 na Universidade Federal do Pará, buscando compensar isso hoje com o Mestrado Profissional em Ensino de História.

De modo que foi uma grande surpresa, uma emoção ver a reação positiva de 90% dos alunos desta turma, à proposta de realização desta pesquisa e produção de um vídeo-documentário sobre um elemento do patrimônio histórico da cidade.

A seguir passaremos, então analisar as características das respostas dadas pelos alunos da turma do 8º ano ao questionário aplicado sem aviso prévio nesta turma.

As respostas serão transcritas *ipsis litteris*, conforme emitidas pelos alunos e serão citadas em bloco, sem referência nominal a cada uma delas por se tratar de uma quantidade considerável de respostas, assim sendo, faremos a referência nominal pelas iniciais alfabéticas, daquelas respostas que mencionarmos separadamente das demais por algum caráter distintivo que estas possam ter.

A pergunta 01, já fora discutida no capítulo I, desta dissertação, no tópico sobre patrimônio histórico, de modo que a pergunta 02, consistia em **os alunos darem exemplos do que entendiam como sendo o patrimônio histórico nesta cidade** e as 35 respostas variaram em torno de exemplos de patrimônio histórico material local, entre os quais o Mercado Velho da cidade de 66 anos, a Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Ângelo Cesarino de 119 anos, a igreja de São Sebastião na cidade, o Fórum da cidade que funciona em uma casa antiga e a árvore da sumaumeira, pensada pela maioria dos alunos desta turma e por parte da população da cidade como patrimônio histórico, por ser muito antiga e foi sacramentada pelo poder público, na qual a prefeitura mandou inclusive fazer uma praça e iluminar a árvore, citaram também os restos do trilho da estrada de ferro Belém- Bragança que passava em Igarapé-Açu e que foi responsável por boa parte do desenvolvimento da cidade, mencionaram a Praça das Nações Unidas no centro da cidade, a mais antiga praça da localidade, além dos restos materiais da base aérea local.

Em consonância com essas respostas e essa maneira de pensar patrimônio histórico, a pergunta número 03 do questionário dizia **por que você acha que essas coisas são patrimônio histórico?** Das 35 respostas 10 diziam não saber justificar por que as coisas que listaram eram patrimônio histórico e as outras 25 respostas oscilaram em torno dos mesmo marcadores que diziam ser por que eram "as coisas

mais antigas da cidade”, “por que muitas pessoas falam” “porque são lugares antigos”, “ por que começaram junto com a cidade.”

Novamente não houve nenhum exemplo relacionado ao patrimônio histórico imaterial da cidade, os alunos se ateram somente a uma concepção e a exemplos de patrimônio histórico que não foram "além de pedra e cal", apenas se detendo nos "lugares de memória", expressão utilizada por Pierre Nora para descrever certos espaços e certas temporalidades que acabam por ser sacralizados em determinados grupos nas sociedades urbanas atuais, onde as transformações aceleradas fazem com que nas cidades, as paisagens se transformem aceleradamente com isso as pessoas se apegam aos lugares de memória, aos espaços onde fatos históricos aconteceram, a fim de manter com esses espaços sacralizados uma relação de memória e continuidade que dê sentido ao presente em uma clara "vontade de memória".

Esses lugares de memória assumem importante significado por fazerem parte da memória coletiva de determinado grupo, a memória de um passado comum os "lugares onde a memória se cristaliza e se refugia". Desta forma a maioria dos alunos confunde memória e história, tomando as duas como iguais e materializa a história nesses espaços concretos e de concreto porque assim fica mais fácil compreendê-la, visualizá-la e até tocá-la como diz Pierre Nora:

Os lugares de memória são, antes de tudo, restos. [...] São os rituais de uma sociedade sem ritual, sacralizações passageiras numa sociedade que dessacraliza, fidelidades particulares de uma sociedade que aplaina os particularismos, diferenciações efetivas numa sociedade que nivela por princípio, sinais de reconhecimento e de pertencimento de grupo numa sociedade que só tende a reconhecer indivíduos iguais e idênticos.⁷⁸

E assim podemos constatar que sua percepção de patrimônio histórico, neste primeiro momento de averiguação, ainda está muito longe do que se concebe hoje como sendo patrimônio histórico-cultural, a exemplo do que define a Constituição brasileira:

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

- I - As formas de expressão;
- II - Os modos de criar, fazer e viver;
- III - As criações científicas, artísticas e tecnológicas;
- IV - As obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

⁷⁸ Nora, P. Entre memória e história. A problemática dos lugares. Projeto História, São Paulo: PUC, n. 10, p. 7-28, dez. 1993. pp. 7,12-13.

V - Os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.⁷⁹

Quanto à pergunta número 04: **Você acha que a base aérea de Igarapé-Açu é um patrimônio histórico?** 05 estudantes responderam que não sabiam, 15 responderam monossilabicamente apenas com um "sim" e os outros 15 nortearam suas respostas em marcadores afirmativos tais como "sim, porque é antiga na cidade", "sim porque as pessoas ainda falam disso", "sim, porque foi uma coisa importante na cidade."

No que se refere à pergunta 05: **O que você considera importante saber sobre a base aérea da Segunda Guerra de Igarapé-Açu?** 14 responderam que não sabiam, não tinha ideia do que perguntar, 06 não entenderam a pergunta e os outros 15 oscilaram suas respostas em "saber tudo o que aconteceu", "saber como a base aérea protegeu a cidade", "mostrar porque ela foi importante", "saber como nossa cidade foi importante na Segunda Guerra", "saber por que o Brasil foi para guerra" e outros disseram nunca ter pensado sobre isto.

Figura 7 – Alunos do 8º ano/2019 preenchendo o questionário de averiguação de conhecimentos prévios.



Fonte: Foto do autor.

A pergunta 06 era **o que você entende por história oral?** Essa pergunta foi posta no questionário prévio a ser aplicado aos alunos participantes do projeto de

⁷⁹ BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990.

produção do vídeo-documentário de história, em razão de que a quase totalidade do que faremos nesse videodocumentário será composta de entrevista com os idosos que presenciaram a década de 40 ou seus parentes remanescentes e assim é crucial que os alunos entendam o que é história oral e como esta serve na produção de conhecimento histórico, assim sendo dos 35 alunos inquiridos sobre o que pensavam ser história oral, 10 responderam que não sabiam, disseram nunca ter ouvido essa terminologia e que desconheciam este conceito.

As outras respostas giraram em torno de um denominador comum, o de que "*história oral é a história falada*", "*é a história narrada*", "*a história que os antigos contam*", é "*a história que não é escrita*", isto por que fizeram uma dedução a partir do vocábulo oral, já na própria pergunta e não por que tivessem em algum momento anterior tido contato com esse conceito mesmo em séries passadas.

Isto mostra que os alunos do ensino fundamental em sua maioria, desconhecem como o conhecimento histórico é produzido, desconhecem os instrumentos de pesquisa histórica, as categorias de análise ou mesmo os conceitos básicos da disciplina, estando nossos discentes ainda bem distantes do ideal para aprendizagem histórica, na medida em que o PCN desta disciplina, postula que já no ensino fundamental, o professor de História deve proporcionar ao aluno a:

A apropriação de noções, métodos e temas próprios do conhecimento histórico pelo saber histórico escolar, não significa que se pretende fazer do aluno um "pequeno historiador" e nem que ele deve ser capaz de escrever monografias. A intenção é que ele desenvolva a capacidade de observar, de extrair informações e de interpretar algumas características da realidade do seu entorno, de estabelecer algumas relações e confrontações entre informações atuais e históricas, de datar e localizar as suas ações e as de outras pessoas no tempo e no espaço e, em certa medida, poder relativizar questões específicas de sua época.⁸⁰

A pergunta 07 diz **por que a história oral é importante?** 13 dos 35 inquiridos não souberam responder, declarando que não conheciam este conceito, o restante usaram os mesmos distintivos em suas respostas tais como é importante por que "*os adultos contam e por que a gente entende mais*", assim ficou muito claro que nenhum dos alunos participantes conhecia essa categoria conceitual da ciência histórica, ficando este e vários outros conceitos para serem esclarecidos na continuação desta oficina preparatória desses alunos para a confecção da pesquisa e do vídeo documentário como produto final desse trabalho.

⁸⁰ Brasil. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: história, geografia/ Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília :MEC/SEF, 1997.p. 40.

A pergunta número 08 do questionário aplicado à turma de oitavo ano, dizia **elabore cinco perguntas que deveríamos fazer para os idosos sobre a base aérea da segunda guerra em Igarapé-Açu?**

Neste ponto, 13 responderam que não faziam ideia do que perguntar aos futuros entrevistados e as outras respostas gravitaram em torno de questões tais como *"como era a vida naquela época", "como os americanos vieram parar aqui", "como a Segunda Guerra afetou a cidade de Igarapé-Açu", "quando a base aérea foi construída e por que foi construída", "o que acontecia lá na base", "quando ela foi abandonada", "para que servia a base", "como era Igarapé-Açu naquela época".*

Seguem ainda, *"como era a cidade naquele tempo e como faziam para se locomover", "o que aconteceu em Igarapé-Açu na Segunda Guerra", "você se relacionava com os americanos," pessoas de Igarapé-Açu morreram ou não a guerra", "houve conflitos armados em Igarapé-Açu", "você tem algum parente vítima da guerra", "quando os americanos chegaram, quando vieram para cá", "o que eles faziam na base", "conte a história da base", "como era morar na base", "você teve relacionamento com os soldados", "o que se comia na base, como dormiam, o que vestiam", "como eram os americanos", "quem falava inglês," "como era base aérea na época", "porque veio a base para Igarapé-Açu" e muitas outras perguntas.*

Uma análise das perguntas propostas pelo grupo de alunos que participaram da pesquisa, demonstra que há muito mais curiosidades aleatórias dos jovens do que realmente noções de métodos de historicização desse patrimônio, estes e outros pontos foram esclarecidos no decorrer das oficinas desenvolvidas com este grupo e preparatórias para pesquisa e a produção do futuro vídeo documentário.

A pergunta 09 dizia: **você considera importante estudar a base aérea da Segunda Guerra em Igarapé-Açu?**

Dentre as respostas, três alunos, tiveram a coragem e a franqueza de escrever que *"não"*, 07 responderam *"não sei"*, demonstrando indiferença quanto a este tema e ao estudo deste espaço histórico de sua cidade e essa apatia (mais tarde, com avanço das pesquisas, vim a entender que para maioria da população jovem de Igarapé-Açu até 30 anos, a base não se constitui como patrimônio cultural), essa falta de motivação externada de forma velada ou explícita pela maioria das minhas centenas de alunos, tem sido um fator de preocupação e desânimo, o qual tenho buscado fazer o enfrentamento, inclusive com esta proposta metodológica de ensino de história, com envolvimento e participação direta do aluno

na pesquisa e produção de conhecimento histórico, a fim de que se consiga uma aprendizagem histórica mais significativa, como mostra a pesquisadora, pós-doutora em educação Maria Lidia Symansk :

Para KUPFER (1995, p. 79), "... o processo de aprendizagem depende da razão que motiva a busca de conhecimento", ressaltando o porquê da sua importância. Os alunos precisam ser provocados, para que sintam a necessidade de aprender, e não os professores "despejarem" sobre suas cabeças noções que, aparentemente, não lhes dizem respeito. A forma de apresentar o conteúdo, portanto, pode agir em sentido contrário, provocando a falta de desejo de aprender que seria, para os alunos, o distanciamento que se coloca entre o conteúdo e a realidade de suas vidas. Quando o aluno não percebe de que modo o conhecimento poderá ajudá-lo, como desejará algo que lhe parece inútil?

Como resolver tais situações? Uma maneira prática de incentivar os alunos a buscarem conhecimento é o desenvolvimento da autonomia, que pode ser encarada ao mesmo tempo como capacidade a ser desenvolvida pelos alunos e como princípio a ser adotado pelos professores. É gerando ações e vivenciando-as com os alunos através de temas estimulantes e buscando sempre o sentido daquilo que se faz, criando atitudes, valores e normas, que o professor terá condições para uma situação geradora de autonomia e segurança, não só para os estudos, mas também para a vida.⁸¹

Seguindo a análise das respostas a pergunta número nove, alunos 10 responderam apenas laconicamente com a palavra "*sim*", sem desenvolverem ou justificarem suas respostas, as outras respostas a esta pergunta nove, variaram pouco umas das outras, mas permaneceram associando a importância de se estudar esse patrimônio por que ele está ligado a história de Igarapé-Açu e a um grande acontecimento histórico que foi a Segunda Guerra.

Assim, apareceram palavras constantes tais como "*sim por que acho uma história épica*", "*sim porque é importante para a história de Igarapé-Açu*", "*sim porque tenho curiosidade sobre a base*", "*sim por que podemos saber mais sobre a cidade*", "*sim porque quero saber mais coisas sobre esse lugar*", "*sim porque a gente estuda história da cidade*", o restante das respostas permaneceu com o mesmo tom de que "*estudando esse monumento histórico conheceremos mais a própria cidade no passado.*"

As questões 10 e 11 já foram pensadas, analisadas e discutidas no tópico referente à história global/local no capítulo anterior.

A pergunta 12, **dizia você acha que existe história em Igarapé-Açu?**

⁸¹ SYMANSK, Maria. IN **FALTA DE DESEJO DE APRENDER: Causas e Consequências** APUD KUPFER, Maria Cristina. Freud e a Educação – O mestre do impossível. São Paulo: Scipione, 1995. p.03. Extraído de: www.diaadiaeducacao.pr.gov.br > Em 29 /01/2019, 02:44min.

26 alunos responderam apenas com a palavra “*sim*” e apenas nove buscaram desenvolver suas respostas utilizando-se de marcadores como “*sim* é muita coisa que a gente pode saber sobre Igarapé-Açu”, “*sim* são mais de 100 anos de História na cidade”, “*sim* bastante por que temos o mercado velho e outras coisas bem legais”, “*sim*, porque os velhos contam isso”, “com certeza existe por que Igarapé-Açu tem mais de 100 anos”, “*existe muitas histórias em Igarapé-Açu por ser cidade muito antiga, uma cidade com mais de 100 anos*”.

Novamente podemos perceber que é latente nos jovens a ideia de que a história é passado e somente passado, este é mais um pensamento que buscamos desconstruir durante o andamento das oficinas preparatórias deste trabalho.

A pergunta 13 era, **o que são fontes históricas?**

25 alunos responderam com “*não sei*” e 10 estudantes responderam usando expressões como “*acho que fonte histórica são coisas comprovadas por especialistas*”, “*é um ponto antigo muito conhecido na cidade*”, “*são internet, livros etc...*” “*são histórias sobre o local*”, “*é um lugar histórico da cidade*”, “*já estudei mas não me lembro*”, e finalmente uma aluna de 16 anos desta turma chamada M. R.N.S, que disse: “*São documentos que o historiador utiliza para recontar fatos passados, reconstruir a história*”.⁸²

O desenvolvimento deste empreendimento com este grupo de alunos só seria possível se os mesmos detiverem o pleno domínio do conceito de fonte histórica, sua importância e toda a complexidade que o cerca, porém é ponto pacífico entre os mais diversos autores, tais como Isabel Barca⁸³, Elenice Elias⁸⁴, Circe Bittencourt⁸⁵, Flávia Caimi⁸⁶ e diversos outros que os alunos devem ser levados a pesquisar, instrumentalizar e analisar fontes históricas na sua aprendizagem, ressalvado seu

⁸² Cabe aqui uma ressalva de desconfiança visto que a resposta da aluna parece muito elaborada, existe a possibilidade mesmo que remota, de que talvez em algum momento da aplicação do questionário, esta estudante possa ter sorrateiramente consultado a internet com o celular, porém a mesma merece o benefício da dúvida, visto que eu estava atento e não constatei ninguém se utilizando de alguma fonte para responder as perguntas e ademais, o conceito de fonte histórica é estudado no sexto ano e aluna em questão pode ter fixado em sua memória a definição deste conceito, de modo que não julguei ter elementos suficientes para descartar seu questionário.

⁸³ BARCA, Isabel. **Aula Oficina: do projecto à avaliação**. In: Para uma educação histórica de qualidade. Actas das IV Jornadas Internacionais de Educação Histórica. Braga (PT): Ed. Universidade do Minho, 2004.

⁸⁴ ELIAS, Elenice. **Uso de documento histórico na sala de aula**. In: Simpósio Nacional de História, 2005, Londrina. Anais do XXIII Simpósio Nacional de História: História: Guerra e Paz. [CD-ROM]. Londrina: Editorial Mídia, 2005.

⁸⁵ BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Usos Didáticos de Documentos**. IN: Ensino de História: Fundamentos e Métodos. 2ª ed. São Paulo, 2008.

⁸⁶ CAIMI, Flávia Eloisa. **Fontes históricas na sala de aula: uma possibilidade de produção de conhecimento histórico escolar?** Anos 90, Porto Alegre, v. 15, n. 28, p. 129-150, dez. 2008.

nível intelectual e de ensino, mas que o uso de fontes históricas na sala de aula, no ensino dessa disciplina, favorece a aprendizagem está comprovado e recomendado na própria legislação educacional como diz o PCN (Parâmetros curriculares nacionais) da disciplina de história:

Ensinar procedimentos de pesquisa, consulta em fontes bibliográficas, organização das informações coletadas, como obter informações de documentos, como proceder em visitas e estudos do meio e como organizar resumos.⁸⁷

Finalmente a pergunta 14, **“você gostaria de participar da produção de um vídeo- documentário de 20 a 30 minutos sobre a base aérea da Segunda Guerra Igarapé-Açu?”**

10 responderam que “*não*” e os outros 25 responderam que sim, utilizando-se de palavras tais como “*gostaria sim, professor por que seria legal*”, “*sim, porque vamos estudar a história de Igarapé-Açu*” e a maioria desse grupo respondeu apenas com a palavra “*sim*”, porém, eu enquanto professor e coordenador da turma e da pesquisa, gostaria de registrar o grande entusiasmo demonstrado pela maioria da turma em relação à oportunidade de participar deste trabalho de produção do vídeo-documentário sobre a base aérea.

Lamentavelmente veio a pandemia de COVID-19, que se estendeu já por aproximadamente 02 anos, havendo a suspensão permanente das aulas pelo Governo do Estado e eu perdi por completo, o contato com esta e com todas as minhas turmas, havendo, incertezas quanto ao retorno das aulas presenciais, o que impossibilitou a continuação e o desenvolvimento de novas oficinas de história com estes alunos.

Porém, conseguimos fazer 03 dias de oficina com 90 minutos em cada dia, sendo esta a sequência cronológica das oficinas, dia 25\11\2019, foi o primeiro contato da turma com o tema da pesquisa e a proposta da realização do documentário sobre a base aérea com a aplicação do questionário de averiguação de conhecimentos prévios o qual analisamos acima.

Nos dias 02,04 e 09 de dezembro de 2019, fizemos em cada dia 90 minutos, duas aulas de oficina nas quais discutimos e esclarecemos com o suporte de textos impressos apostilados, aula dialogada em forma de círculo e texto manuscrito pelos alunos para o caderno, conceitos do referido questionário averiguador de

⁸⁷ BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: história, geografia** / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília :MEC/SEF, 1997. p. 77.

conhecimentos prévios e outros também relevantes para a pesquisa e no dia 11 de dezembro apliquei novo questionário averiguador de absorção de conhecimento referente às três oficinas anteriores, indagando novamente sobre os conceitos discutidos nas três oficinas até aquele momento para perceber até que ponto, estes alunos conseguiram absorver corretamente os conceitos histórico abordados.

Após a quarta avaliação veio o período de lançamento de notas, o período de entrega de resultados finais, o período de recuperação, o recesso nos professores, a semana pedagógica de início e planejamento do ano letivo de 2020 e só voltei a ter contato com estes alunos em 12 de fevereiro de 2020, primeiro dia de aula neste novo ano letivo, quando então pelo processo seriado progressivo, haviam se tornado o nono ano da manhã de 2020 e não pude fazer naquele momento novas oficinas preparatórios para pesquisa em razão de que precisei dar andamento no conteúdo programático obrigatório desta turma, após o que em 15 de março, as aulas foram suspensas pelo Governo do Estado devido o avanço da pandemia de COVID-19 e não mais tive contato com esta turma.

Não obstante, nos três dias de oficina que tivemos com duas aulas em cada dia, discutimos sobre conceito de patrimônio histórico, refletimos sobre os conceitos de história local, história oral, educação patrimonial e importância de estudarmos a história da base aérea de Igarapé-Açu.

Assim, planejei em três dias de oficinas discutirmos cinco conceitos históricos que considerei fundamentais os alunos dominarem nesta pesquisa que foram a compreensão do que são patrimônio histórico-cultural, patrimônio histórico fantasma, educação patrimonial história local e história oral, o que fora feito com base no seguinte material de apoio didático, além de aula dialogada em forma de círculo e resumos adicionais transcritos para o caderno pelos alunos com aplicação de novo questionário averiguador de conhecimentos absorvidos durante as oficinas.

Nos dias 02,07,09 de dezembro, refletimos sobre alguns conceitos históricos, muito importante a serem acionadas durante a pesquisa e produção do vídeo documentário sobre a base, usando os seguintes textos:⁸⁸:

⁸⁸ As apostilas foram colocadas em negrito para facilitar a qualidade das cópias na escola e foram usados textos didáticos e não técnicos para esclarecer os conceitos históricos abordados, levando-se em consideração a faixa etária, o nível intelectual e escolar dos alunos envolvidos. Também mantive as referências bibliográficas nos textos, coisa pouco usual nas apostilas feitas pelos professores nesta escola para que os alunos soubessem o que é bibliografia e sua importância.

TEXTO 01 - OS CONCEITOS DE PATRIMÔNIO HISTÓRICO-CULTURAL E PATRIMÔNIO HISTÓRICO FANTASMA – 1º DIA DE OFICINA - TURMA: 8º ANO - MANHÃ DA ESCOLA CÔNEGO CALADO DATA: 02/12/2020 – DURAÇÃO: 02 AULAS DE 45 MINUTOS

PROFESSOR: MANOEL MANITO

DISCIPLINA: HISTÓRIA

01- PATRIMÔNIO HISTÓRICO-CULTURAL: O QUE É?

Patrimônio é tudo o que criamos, valorizamos e queremos preservar: são os monumentos e obras de arte, e também as festas, músicas e danças, os folguedos e as comidas, os saberes, fazeres e falares. Tudo enfim que produzimos com as mãos, as ideias e a fantasia. Patrimônio cultural é tudo aquilo que possui importância histórica e cultural para um país ou uma pequena comunidade, como a arquitetura, festas, danças, música, manifestações populares, artes, culinária, entre outros.

Os patrimônios culturais oficiais de uma região são escolhidos pelo Estado. No entanto, uma comunidade pode ter um patrimônio cultural que não necessariamente passou pelo reconhecimento burocrático do Estado.

A palavra patrimônio vem de pater, que significa pai e tem origem no latim. Patrimônio é o que o pai deixa para o seu filho. Assim, a palavra patrimônio passou a ser usada quando nos referimos aos bens ou riquezas de uma pessoa, de uma família, de uma empresa. Essa ideia começou a adquirir o sentido de propriedade coletiva com a Revolução Francesa no século XVIII.

Segundo o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, o patrimônio cultural de um povo é formado pelo conjunto dos saberes, fazeres, expressões, práticas e seus produtos, que remetem à história, à memória e à identidade desse povo.

O patrimônio cultural de uma sociedade é também fruto de uma escolha, que, no caso das políticas públicas, tem a participação do Estado por meio de leis, instituições e políticas específicas. Essa escolha é feita a partir daquilo que as pessoas consideram ser mais importante, mais representativo da sua identidade, da sua história, da sua cultura, ou seja, são os valores, os significados atribuídos pelas pessoas a objetos, lugares ou práticas culturais que os tornam patrimônio de uma coletividade (ou patrimônio coletivo).

De acordo com o Art. 216 da Constituição Federal Brasileira

constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira.

São eles:

- As formas de expressão;
- Os modos de criar, fazer e viver;
- As criações científicas, artísticas e tecnológicas;
- As obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
- Os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

Patrimônio cultural consiste nos bens de interesse cultural e consequentemente suscetíveis da proteção e vigilância do Poder Público todos aqueles que, móveis ou imóveis, atuais ou futuros, existentes por seu valor histórico, artístico, arqueológico, etnográfico, paisagístico, folclórico ou bibliográfico, mereçam ser preservados de destruição ou de utilização inadequada.

O patrimônio cultural pode ser classificado quanto à sua natureza, que pode ser material ou imaterial.

O patrimônio material consiste, segundo o Decreto-Lei nº 25/1937, da Era Vargas, no “conjunto de bens culturais móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.

Já o patrimônio imaterial, por sua vez, é definido pela UNESCO como as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas – com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados - que as comunidades, os grupos e, em alguns casos os indivíduos, reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural.

02-PATRIMÔNIOS FANTASMAS:

A pesquisadora Marcia Motta denomina como patrimônio fantasma:

locais que, apesar do enorme valor histórico, não foram tombados pelo patrimônio público e correm o risco de ter sua história esquecida a definição de patrimônios fantasmas aqui utilizados foi criada para repensar a relação entre patrimônio, história e amnésia social. Por conseguinte, os patrimônios fantasmas são aqueles que foram destruídos ou abandonados pelos órgãos públicos, mas que ainda mantêm uma memória de sua existência pela comunidade e são referências fundamentais para uma identidade de grupo, ainda que difusa. Neste sentido, os patrimônios fantasmas podem representar o abandono ou a pouca presença do Estado na preservação de nossos patrimônios coletivos, mas eles também – mesmo que às avessas – constroem uma linha de continuidade com o passado que está presente na memória local, nas fotografias que são tiradas sobre aquele espaço, daquilo que muitas vezes se diz: “Não existe mais”. Eles são fantasmas também porque, ainda que alguns possam estar fisicamente inteiros, eles não receberam a denominação de patrimônio, no sentido em que é conferido oficialmente como um exemplo de bem coletivo. Eles podem ser apenas vistos pelo poder público como algo sem valor, ainda que a comunidade reconheça ali o seu lugar de integração e de pertencimento. Enquanto patrimônios fantasmas, eles podem representar também o poder de resistir à amnésia social sobre uma história local, sobre um espaço onde outrora existia, por exemplo, um patrimônio fantasma imemorial, como uma dança que não é identificada como bem coletivo.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA:

MOTTA, Márcia, Patrimônios Fantasmas - Rede Proprietaspatrimonios.proprietas.com.br > [patrimonios_fantasmas](http://www.cultura.al.gov.br/politicas-e-aco/es/patrimonio-cultural/principal/textos)
[http://www.cultura.al.gov.br/politicas-e-aco/es/patrimonio-](http://www.cultura.al.gov.br/politicas-e-aco/es/patrimonio-cultural/principal/textos)

BRASIL, Constituição Federal de 1988 artigo 216.

Patrimônio Cultural Brasileiro - Página - IPHAN - Instituto do portal.iphan.gov.br

**TEXTO 02 - CONCEITO DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL – 2º DIA DE OFICINA -
 TURMA: 8º ANO - MANHÃ DA ESCOLA CÔNEGO CALADO DATA: 07/12/2020 –
 DURAÇÃO: 02 AULAS DE 40 MINUTOS**

PROFESSOR: MANOEL MANITO

DISCIPLINA: HISTÓRIA

03- O QUE É EDUCAÇÃO PATRIMONIAL?

Todas as vezes que as pessoas se reúnem para construir e dividir conhecimentos, investigar para conhecer melhor, entender e transformar a

realidade que as cerca estão realizando uma ação educativa. Quando tudo isso é feito levando em conta algo relativo ao patrimônio cultural, então trata-se de Educação Patrimonial.

A Educação Patrimonial constitui-se de todos os processos educativos formais e não formais que têm como foco o patrimônio cultural, apropriado socialmente como recurso para a compreensão sócio-histórica das referências culturais em todas as suas manifestações, a fim de colaborar para seu reconhecimento, sua valorização e preservação. Considera-se, ainda, que os processos educativos devem primar pela construção coletiva e democrática do conhecimento, por meio da participação efetiva das comunidades detentoras e produtoras das referências culturais, onde convivem diversas noções de patrimônio cultural.

Trata-se de um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo. A partir da experiência e do contato direto com as evidências e manifestações da cultura, em todos os seus múltiplos aspectos, sentidos e significados, o trabalho de Educação Patrimonial busca levar as crianças e adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto destes bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural.

O conhecimento crítico e a apropriação consciente pelas comunidades do seu patrimônio são fatores indispensáveis no processo de preservação sustentável desses bens, assim como no fortalecimento dos sentimentos de identidade e cidadania.

A Educação Patrimonial é um instrumento de “alfabetização cultural” que possibilita ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, levando-o à compreensão do universo sócio-cultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido. Este processo leva ao reforço da auto-estima dos indivíduos e comunidades e à valorização da cultura brasileira, compreendida como múltipla e plural.

O diálogo permanente que está implícito neste processo educacional estimula e facilita a comunicação e a interação entre as comunidades e os

agentes responsáveis pela preservação e estudo dos bens culturais, possibilitando a troca de conhecimentos e a formação de parcerias para a proteção e valorização desses bens.

A metodologia específica da Educação Patrimonial pode ser aplicada a qualquer evidência material ou manifestação da cultura, seja um objeto ou conjunto de bens, um monumento ou um sítio histórico ou arqueológico, uma paisagem natural, um parque ou uma área de proteção ambiental, um centro histórico urbano ou uma comunidade da área rural, uma manifestação popular de caráter folclórico ou ritual, um processo de produção industrial ou artesanal, tecnologias e saberes populares, e qualquer outra expressão resultante da relação entre indivíduos e seu meio ambiente.”

04 – O que é fonte histórica?

Sabemos que a partir do surgimento da Escola dos Annales na França, na década de 1930, o entendimento e a compreensão das fontes históricas se desenvolveram bastante e tal escola passou a utilizar pinturas, fotografias, filmes, móveis, roupas, jornais, testamentos, músicas e tudo mais que pudesse nos revelar informações sobre o passado como fontes históricas. Anteriormente aos Annales, os historiadores utilizavam recorrentemente, em suas pesquisas, as fontes escritas, principalmente os documentos ditos ‘oficiais’ (documentos de governos, administrativos). Pós-Annales, a noção de documento escrito também se ampliou: passou-se a recorrer às cartas, diários íntimos, jornais, receitas culinárias, entre outros.

A inovação das fontes históricas proposta pela Escola dos Annales ampliou o universo das pesquisas históricas realizadas pelos historiadores. Consequentemente, aumentou as possibilidades de o professor trabalhar em sala de aula com variados temas, como, por exemplo: o estudo das doenças, epidemias, a história da alimentação, as festas típicas, Patrimônio Histórico entre outros.

Assim, para lidar com fontes históricas o aluno\ pesquisador deve pensar que o documento não é inócuo. É, antes de mais nada, o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo

silêncio. O documento é uma coisa que fica, que dura, e o testemunho, o ensinamento (para evocar a etimologia) que ele traz devem ser em primeiro lugar analisados, desmistificando lhe o seu significado aparente. O documento é monumento. (LE GOFF 2003. p. 538.)

Portanto, ao lidar com fontes históricas o aluno-pesquisador deve observar:

1ª) O que vem a ser o documento? O que é capaz de dizer? Como podemos recuperar o sentido do seu dizer? Por que tal documento existe? Quem o fez, em que circunstâncias e para que finalidade foi feito?

2ª) como e por quem foi produzido? Para que e para quem se fez essa produção? Qual é a relação do documento com o seu contexto histórico? Qual a finalidade e o que comanda a sua existência?

3ª) por quem fala tal documento? De que história particular participou? Que ação e pensamento estão contidos em seu significado? O que fez perdurar?

Desta forma, ao analisarmos os documentos, as fontes as entrevistas na pesquisa sobre a base aérea de Igarapé-Açu devemos aprender a fazer a crítica das fontes,

Bibliografia consultada:

Educação Patrimonial - Página - IPHAN - Instituto do portal.iphan.gov.br
<http://www.cultura.al.gov.br/politicas-e-acoes/patrimonio-cultural/o-que-e-afinal-educacao-patrimonial>

Guia básico de Educação Patrimonial / Maria de Lourdes, Evelina Grumberg, Adriane Monteiro - Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Museu Imperial, 1999)

LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: _ História e memória. Campinas: Unicamp, 1996. p. 535-553.

Dicionário do Patrimônio Cultural: Documentação - IPHAN. portal.iphan.gov.br
Uso de fontes históricas nas aulas de História - Brasil
Escolaeducador.brasilecola.uol.com.br

**TEXTO 03 - CONCEITO DE HISTÓRIA LOCAL – 3º DIA DE OFICINA
- TURMA: 8º ANO - MANHÃ DA ESCOLA CÔNEGO CALADO DATA:
09/12/2020 – DURAÇÃO: 02 AULAS DE 40 MINUTOS**

PROFESSOR: MANOEL MANITO

DISCIPLINA: HISTÓRIA

05 - O QUE É HISTÓRIA LOCAL?⁸⁹

A História Local é entendida como uma modalidade de estudos históricos que contribuiu para a construção dos processos interpretativos sobre as formas como os atores sociais se constituem historicamente em seus modos de viver, situados em espaços que são socialmente construídos e repensados pelo poder político e econômico na forma estrutural de “bairros e cidades”.

A História Local é a história que trata de assuntos referentes a uma determinada região, município, cidade, distrito. Apesar de estar relacionada a uma história global, a história local se caracteriza pela valorização dos particulares, das diversidades; ela é um ponto de partida para a formação de uma identidade regional.

Ela tem sido compreendida como “história do lugar”. Nesse aspecto, a localidade tem-se tornado objeto de investigação e ponto de partida para a produção de conhecimentos sobre o passado.

É a partir do local que o aluno começa a construir sua identidade e a se tornar membro ativo da sociedade civil, no sentido de que faz prevalecer seu direito de acesso aos bens culturais, sendo eles materiais ou não materiais.

A História Local geralmente se liga à História do Cotidiano ao fazer as pessoas comuns participantes de uma história aparentemente desprovida de importância e estabelecer relações entre os grupos sociais de condições diversas que participaram de entrecruzamentos de histórias, tanto no presente quanto no passado.

O local é o espaço primeiro da atuação do homem, por isso, o ensino de história local precisa configurar também essa proposição de

⁸⁹ Texto retirado de Ensino de história, memória e história local - Portal Educação/siteantigo.portaleducacao.com.br › artigos › educação

oportunizar a reflexão permanente acerca das ações do que ali vivem como sujeitos históricos e cidadãos.

Assim sendo, ensino de História Local pode configurar-se como um espaço que o local e o presente são referentes para o processo de construção de identidade.

Um cuidado que se deve ter com o estudo da história local é a identificação do conceito de espaço. É comum falar em História Local como a história do entorno, do mais próximo, do bairro ou da cidade. Cada lugar tem suas especificidades e precisa ser entendido por meio da série de elementos que o compõem e de suas funções.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental (1998), em suas séries iniciais valoriza o estudo da localidade:

A preocupação com os estudos de história local é a de que os alunos ampliem a capacidade de observar o seu entorno para compreensão de relações sociais e econômicas existentes no seu próprio tempo e reconheçam a presença de outros tempos no seu dia-a-dia.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, na área de história, recentemente divulgados (1997 e 1998), foram construídos a partir de uma ótica que devem ser tomados como referência para trabalhar a experiência e os contextos mais amplos o ensino e aprendizagem de História estão voltados, inicialmente, para atividades em que os alunos possam compreender as semelhanças e as diferenças, as permanências e as transformações do modo de vida social, cultural e econômico de sua localidade, no presente e no passado, mediante a leitura de diferentes obras humanas. (Brasil/MEC/SEF, pág.49)

De acordo com o PCN de história os estudos da história local conduzem aos estudos de diferentes modos de viver no presente em outros tempos, que existem ou que existiram no mesmo espaço. Nesse sentido, a proposta os estudos históricos é de favorecer o desenvolvimento das capacidades de diferenciação e identificação, com a intenção de expor as permanências de costumes e relações sociais, as mudanças, as diferenças e as semelhanças das vivências coletivas, sem julgar grupos sociais. Classificando-os como mais evoluídos ou atrasados. (Brasil/MEC/SEF, pág.52)

A História Local foi valorizada também como estudo do meio, ou seja, *“como recurso pedagógico privilegiado [...] que possibilita aos estudantes*

adquirirem, progressivamente, o olhar indagador sobre o mundo de que fazem parte”, segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais, (1998, pág. 9).

Estes parâmetros contribuem para o desenvolvimento de metodologias e estratégias para uma maior compreensão da História Local.

A História Local permite ao educando perceber-se como sendo parte integrante da história, não simples espectador do ensino desta, mas objeto e sujeito, construtor de fatos e acontecimentos que não lineares, mas permeados de discontinuidades próprias do processo histórico.

Enquanto estratégia de aprendizagem, a História Local, pode garantir o domínio do conhecimento histórico. Seu trabalho no ensino possibilita a construção de uma História mais plural, que não silencie a multiplicidade das realidades.

Para ensinar História a partir da experiência de vida do aluno, é necessária uma perspectiva teórico-metodológica que fale da vida das pessoas, das memórias e lembranças dos sujeitos de todos os segmentos sociais. É preciso dar voz á histórias desses sujeitos que sempre estiveram excluídos dos conteúdos ensinados.

O trabalho com a História Local no ensino da História facilita, também, a construção de problematização, a apresentação de várias histórias lidas com base em distintos sujeitos da história, bem como de histórias que foram silenciadas, isto é, que não foram institucionalizadas sob a forma de conhecimento histórico. Ademais, esse trabalho pode favorecer a recuperação de experiências individuais e coletivas do aluno, fazendo-o vê-las como constitutivas de uma realidade histórica mais ampla e produzindo um conhecimento que, ao ser analisado e retrabalhado, contribui para a construção de sua consciência histórica.

Como elemento constitutivo da transposição didática do saber histórico para o saber escolar, a História Local pode ser vista como estratégia pedagógica. Trata-se de uma forma de abordar a aprendizagem, a construção e a compreensão do conhecimento histórico com proposições que podem ser articuladas com os interesses

do aluno, suas aproximações cognitivas, suas experiências culturais e com a possibilidade de desenvolver atividades diretamente vinculadas à vida cotidiana.

De acordo com Neves (1997, pág.7), “[...] a construção do conhecimento a partir da vivência, portanto, do local e do presente, é a melhor forma de superar a falsa dicotomia entre a produção e a transmissão, entre pesquisa e o ensino/divulgação, enfim, entre o saber e o fazer”.

A partir destas novas perspectivas historiográficas encontram-se também as preocupações da utilização da História Local no ensino de História. Para Proença (1990, pág.139):

“Assiste-se presentemente ao desenvolvimento de uma História Local que visa tirar partido das novas metodologias e cujos temas poderão ter um aproveitamento didático motivador e estimulante”.

Segundo Giroux e Simon (1994, pág.99), são abordagens desse tipo que apresentam um ganho pedagógico para os estudantes ao tornar disponíveis “aquelas narrativas, histórias locais e memórias que foram excluídas e marginalizadas nas interpretações dominantes da história”.

O novo interesse da História Local volta-se para uma abordagem social que procura reconstruir as condições de vida dos diversos grupos sociais de uma determinada localidade. Como afirma Goubert (1998, pág.73.): “A volta à História Local origina-se de um novo interesse pela História Social – ou seja, a história da sociedade como um todo”.

Para Neves, Proença, Giroux, Simon e Goubert, é relevante que o ensino de História forneça estratégias teórico-metodológicas para o desenvolvimento em sala de aula que valorizem a história de vida de seus alunos.

É preciso destacar que a utilização da história local como estratégia pedagógica é uma maneira interessante e importante para articular os temas trabalhados em sala de aula. O papel do ensino de História na configuração identitária dos alunos é um dos aspectos relevantes para considerar ao proporem-se estudos da história local.

Para efetivar o estudo do local, a proposta fundamenta-se na história do cotidiano e apropria-se de seus métodos, como objetivo de inserir as ações de

peças comuns na constituição histórica e não exclusivamente as ações de políticos e das elites sociais.

A História Local no ensino não deve ser tratada apenas como um conteúdo a ser ensinado, mas constituir-se em uma estratégia pedagógica que trate metodologicamente os conteúdos a partir da realidade local. Ela deve ser escrita a partir das novas fontes: a identificação das edificações antigas, do traçado das ruas, da memória dos mais antigos, das mudanças do cotidiano urbano que só podem ser observadas pelos olhares mais atentos ou orientados.

Seu estudo constitui o ponto de partida da aprendizagem histórica, uma vez que permite a abordagem dos contextos mais próximos em que se inserem as relações sociais entre os professores, os estudantes e o meio. Nessa perspectiva, o ensino-aprendizagem da história local configura-se como um espaço-tempo de reflexão crítica acerca da realidade social e, sobretudo, referência para o processo de construção das identidades destes sujeitos e de seus grupos de pertença.

A história do “lugar” como objeto de estudo ganha, necessariamente, contornos temporais e espaciais. Não se trata, portanto, ao se proporem conteúdos escolares da história local, de entendê-los apenas na história do presente ou de determinado passado, mas de procurar identificar a dinâmica das transformações do espaço e articular esse processo às relações externas, a outros “lugares”.

Os autores citados reforçam a valorização dessas temáticas que favoreçam uma compreensão dialógica sobre o papel do ensino de História e sua reconstrução das identidades históricas coletivas e individuais.

Devemos valorizar a memória dos sujeitos históricos que constroem suas histórias diariamente, pois o ensino de História Local permite que possamos dar vozes àqueles autores que estiveram marginalizados pela História Oficial.

O ensino de História tem como principal pressuposto formar cidadãos que possam ser críticos com a realidade na qual estão inseridos, devido ao fato de que seus conceitos e conteúdos possam

fazer com que os alunos debatam sobre o que está acontecendo não somente sobre o passado, mas também sobre o presente.

É necessário que o ambiente escolar forneça condições para que os professores possam desenvolver novas metodologias para que incorporem os conteúdos de história local em seus componentes curriculares, pois poderão inserir seus alunos como cidadãos críticos no ambiente em que vivem.

Como educadores, temos a responsabilidade de ensinar uma História que faça parte do dia a dia do aluno, pois somente assim o ensino de História para eles terá outro significado e sua aprendizagem será reconhecida por todos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Ensino de história, memória e história local - Portal Educação siteantigo.portaleducacao.com.br › artigos › educacao

Neste segundo capítulo da dissertação, buscamos abordar os temas de ensino de história com educação patrimonial, onde advogamos a ideia de que esta pesquisa também é de educação patrimonial e que o ensino de história com a prática da educação patrimonial nas escolas de ensino fundamental e médio contribui para que os nossos discentes tenham maiores informações, mais conhecimento histórico sobre os bens culturais em sua comunidade e possam se apropriar deles, enquanto uma herança, memória e pertencimento, se esta for a sua vontade de memória e também mostramos como se deram as oficinas preparatórias da turma do então 8º ano para pesquisa que fizemos em 2020, quando então se tornaram 9º ano.

No capítulo seguinte deste trabalho, abordaremos, quais memórias e olhares no tempo presente, a população de Igarapé-Açu tem sobre a base aérea, bem como trataremos da parte prática da aplicação do produto desta pesquisa, um documentário sobre a base aérea de Igarapé-Açu nas aulas de história sobre 2ª no 9º ano do ensino fundamental.

CAPÍTULO 3: AS MEMÓRIAS SOBRE A BASE AÉREA: DO PRESERVACIONISMO DIFUSO A INVISIBILIDADE DO PATRIMÔNIO

Neste capítulo final discutiremos sobre as memórias e os olhares no tempo presente que a maioria da população de Igarapé-Açu tem com relação à base aérea, além de fazermos uma explanação sobre aplicação prática em sala de aula do produto desta pesquisa que é um vídeo documentário sobre a referida base, a ser exibido nas turmas de 9º ano, após uma sequência de seminários que discutem sobre a Segunda Guerra, desde o cenário geral na Europa até o Brasil, Pará e suas manifestações na cidade de Igarapé-Açu.

As entrevistas por meio de questionários escritos nos levam a entender que as memórias ou o desmemoramento que a maioria da população de Igarapé-Açu tem em relação à base aérea, se refletem em falas difusas que vão desde uma defesa de um preservacionismo dos restos históricos deste bem cultural, os quais advogam a preservação do local, o qual, segundo este grupo deveria ser transformado em “ponto turístico ou museu”, deveria ser conservada como uma pista de pouso de emergência em Igarapé-Açu e fazem críticas à situação atual de abandono e desgaste físico daquele lugar que são as falas de jovens estudantes, adultos ou idosos que sabem que aquela é uma base aérea remanescente da Segunda Guerra Mundial e lhe atribuem algum valor histórico, muito mais pelo aspecto temporal, pela longevidade do espaço e por está relacionado a um grande acontecimento histórico que foi a Segunda Guerra e menos por terem realmente alguma memória identitária, alguma forma de relacionamento com aquele lugar e por outro lado, há um segundo grupo de pessoas para quem aquele lugar é invisível, é mudo e que são a maioria do povo da cidade que defendem que aquele espaço que *“hoje, não tem mas função vire escola, posto de saúde, seja loteado para casas populares, vire fábrica de alguma coisa etc...”*

Nossas pesquisas nos levam a concluir que há décadas, a população de Igarapé-Açu perdeu o contato físico direto com a base aérea e mesmo as pessoas da cidade que têm algum grau de esclarecimento, defendem a preservação do lugar, sem terem realmente convivido com ele e mesmo estas pessoas não têm uma memória, identitária com a base, só defendem a sua preservação levando em

consideração as características de pedra, cal e datação do lugar que com o tempo tornou-se patrimônio histórico fantasma.

A maioria das pessoas que entrevistamos por meio dos questionários escritos, tem indiferença com relação a este bem cultural, para a maior parte da população este patrimônio foi invisibilizado com o passar das décadas, por conta de sua desativação e inatividade, isto por que a base deixou de ter qualquer forma de relação com a cidade, de fazer parte do cotidiano da maioria da população por estar afastada da cidade, descuidada e inativa, não constituindo memória realmente identitária para a maioria dos Igarapé-Açuenses, em especial as gerações dos últimos 30 anos.

Para se ter uma ideia da distância temporal entre as gerações mais recentes e o tempo em que a base aérea tinha alguma relação com a população de Igarapé-Açu, o entrevistado N° 01, de 74 anos (em anexo), morador de Igarapé-Açu desde o nascimento, nos disse que a última vez que visitou a base aérea foi quando era criança, aluno no desfile de 07 de setembro, já que a marcha de 07 de setembro ia de um extremo ao outro da cidade em uma linha reta, saindo da escola Ângelo Cesarino na entrada da cidade e se estendendo até a base aérea.

Neste mesmo contexto, o entrevistado número 13, de 47 anos, ao responder a pergunta número 06, **alguma vez você já visitou a base aérea de Igarapé-Açu, como foi a visita** no questionário aplicado aos cidadãos de Igarapé-Açu, respondeu *"já visitei como aluno do ensino fundamental, porém como faz muito tempo, não tenho muitas lembranças"*.

As memórias que parte da população de Igarapé-Açu tem relação à base foram construídas em quatro circunstâncias, a primeira quando a base aérea era ativa ainda no evento da Segunda Guerra Mundial, os quais são pouquíssimos porque tem uma idade avançada em torno de 90 e 100 anos, a segunda foi quando nos anos 60 a base aérea serviu também como uma escola de ensino primário das agrovillas do Primeiro Caripí e do Segundo Caripí em Igarapé-Açu, a terceira foi durante os desfiles de sete de setembro nos quais a base aérea era o ponto final da marcha de 07 de setembro e por último foi nos anos 80 e 90, quando aeronáutica usava aquele local para fazer treinamentos militares de paraquedismo e outras modalidades com seus soldados, o que era uma grande atração para a população da cidade que vinha assistir os saltos de paraquedas, olhar os aviões e fazer consultas médicas com os médicos da Aeronáutica, como nos informa o

entrevistado número 15, de 47 anos, morador a vida inteira de Igarapé-Açu que ao responder a mesma pergunta anterior disse *"já fui lá diversas vezes, quando criança então os meus pais sempre me levava lá para ver os aviões fazendo exercício militar (paraquedistas saltando de paraquedas)"* e nesta mesma linha, o entrevistado número 07, ao ser perguntado se já visitou a base aérea disse *"sim, já visitei, frequentávamos lá quando os aviões da aeronáutica vinham fazer instruções de paraquedas e aí íamos lá olhar era muito legal, olhávamos aqueles grandes aviões de pertinho"*

Há décadas, a aeronáutica não fez mais treinamentos militares na base aérea de Igarapé-Açu, segundo nos informou um antigo secretário de esportes do município.

Considerando-se estes elementos, concluímos que a base aérea de Igarapé-Açu, não se constitui para maioria da população como patrimônio histórico cultural, por que para ser um patrimônio cultural nas concepções atuais é preciso que um bem histórico seja mais que pedra e cal antigos é preciso que haja um significado e uma ressignificação histórica, identitária, alguma forma de relação que constitua uma memória entre a comunidade e o bem cultural a ser classificado como patrimônio histórico.

Quando nomeamos algum elemento como patrimônio cultural, precisamos responder uma pergunta central que é patrimônio histórico para quem? Visto que é a comunidade que deve dizer se determinado item é um patrimônio histórico seu, enquanto um ente que faz parte da sua memória, sua identidade e portanto de sua história e estes aspectos não estão presentes na forma com que a maioria da população de Igarapé-Açu falar sobre e se relaciona com a base aérea por que o olhar da maior parte da população da cidade sobre a base se caracteriza pela invisibilidade, desconhecimento, ausência de contato, de memória e indiferença.

Tudo isto foi causado por diversos fatores tais como a própria natureza do lugar como espaço militar federal, restrito e proibido para maioria, seguido do seu desativamento para as funções iniciais há 22 anos e depois por seu estado físico de abandono. Durante as pesquisas de campo, percebemos que a maioria dos entrevistados é indiferente ao que acontece com os restos da base aérea, o que se evidencia pelas respostas lacônicas dadas pela maioria dos moradores da cidade que receberam nosso questionário.

Quando indagados sobre se alguma vez visitaram a base aérea, o que foi a respondido monossilabicamente com *não* ou mesmo pela ausência de respostas e indiferença de muitos moradores que não quiseram participar da pesquisa, não aceitaram nosso questionário impresso, devolvendo-o em branco ou não aceitando falar com este pesquisador e mesmo os moradores de Igarapé-Açu que responderam nossos questionários sobre a base aérea, não demonstraram ter memórias significativas com relação a ela, isto se dá por que a menos que os bens culturais estejam ligados ao cotidiano das pessoas, se tornando um símbolo e tendo significados para elas, não se constituirão enquanto memória identitária e portanto também não chegarão a categoria de um patrimônio histórico da comunidade como nos diz Carlos Brandão:

Não se trata, portanto, de pretender imobilizar, em um tempo presente, um bem, um legado, uma tradição de nossa cultura, cujo suposto valor seja justamente a sua condição de ser anacrônico com o que se cria e o que se pensa e vive agora, ali onde aquilo está ou existe. Trata-se de buscar, na qualidade de uma sempre presente e diversa releitura daquilo que é tradicional, o feixe de relações que ele estabelece com a vida social e simbólica das pessoas de agora. O feixe de significados que a sua presença significativa provoca e desafia.⁹⁰

Hoje, para que um bem cultural seja reconhecido pela comunidade como um patrimônio histórico-cultural seu, é necessário que haja a construção de relações efetivas que venham a constitui-se como uma memória e não apenas como vagas lembranças e isto só seria possível se a base aérea atualmente se incorporasse as necessidades e expectativas da comunidade de Igarapé-Açu, tendo uma função na atualidade por que na configuração atual, ela aparece apenas como ruínas de algo que outrora fora significativo na cidade, mas que hoje, é apenas restos de uma construção antiga em meio ao matagal, algo mudo e invisibilizado que não dialoga e não tem significado para gerações mais recentes dos últimos 25 ou 30 anos.

A base aérea atualmente não se constitui como uma referência cultural, identitária para a maioria da população de Igarapé-Açu em especial, os jovens até 30 anos e como forma de estratégia para valorizar os diversos patrimônios históricos do município, existentes na sede ou nas agrovilas, a prefeitura da cidade baixou decreto, determinando o ensino de história local do município e de seu patrimônio histórico cultural, conforme será exposto nas páginas seguintes.

⁹⁰ (BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O difícil espelho: limites e possibilidades de uma experiência de cultura e educação**. Rio de Janeiro, Iphan, 1996.P.21. Disponível em : portal.iphan.gov.br)

As pesquisas nos levam a entender que os caminhos futuros da base aérea vão depender de como a maioria da comunidade de Igarapé-Açu vai vê-la, seja como uma herança sua ou apenas como pedra e cal sem maiores significados com suas vidas como diz Sônia Florêncio:

A preservação dos bens culturais é uma prática social, inserida nos contextos culturais, nos espaços da vida das pessoas. Ela não deve se utilizar de práticas que enaltecem e reificam coisas e objetos sem submetê-los a um universo de ressignificação dos bens culturais." [...] Dessa forma é possível a identificação e fortalecimento dos vínculos das comunidades com o seu patrimônio cultural, o que pode potencializar a valorização e proteção do patrimônio cultural. É preciso, portanto, identificar e promover ações que tenham como referência as expressões culturais locais e territoriais, contribuindo, dessa maneira, para a construção de mecanismos junto à sociedade com vistas a uma melhor compreensão das realidades locais.⁹¹

Se entendermos que a memória só se explica pelo presente, pode-se afirmar que é deste presente que ela recebe incentivos para se consagrar enquanto um conjunto de lembranças de determinado grupo, assim a base militar de Igarapé-Açu, não se constitui enquanto patrimônio cultural para a maioria da população da cidade, por não ter no tempo presente diálogo, trocas simbólicas e significados para a maior parte desta comunidade,

Tomando como referência as pessoas com quem falamos por meio de questionários impressos, as ligações com a base foram poucas e momentâneas mesmo porque sempre se tratou de um espaço militar, de entrada restrita e formal, ademais a ausência do ensino de história local e educação patrimonial nos currículos escolares da cidade, fez com que a base fosse mencionada apenas como uma curiosidade nas aulas de História e não abordada, até a resolução 002/2018 do Conselho Municipal de Educação (em anexo) de forma sistemática nesta disciplina nas escolas do município, o descuido físico, material com a parte histórica da base, somado as décadas de sua desativação, certamente contribuíram, para o emudecimento, a invisibilidade e o distanciamento identitário que hoje se tem, tanto das autoridades do município quanto da maior parte da população.

Ressalvamos que durante as pesquisas encontramos memórias diversificadas que são as de pessoas mais idosas que tiveram algum contato com a base aérea, as quais criticam o abandono, aparente deste espaço, até as pessoas na média de 30, 35 anos que não têm memórias guardadas com relação a este bem

⁹¹ FLORÊNCIO, Sônia Regina Rampim. **Educação Patrimonial: um processo de mediação.** pp.04,05

cultural e que não o veem como um lugar de memória, por não terem memória deste lugar, como diz Michael Pollak, *"há, na verdade, uma multiplicidade de memórias coletivas tão numerosas quanto as unidades que compõem a sociedade"*⁹²

Isto porque para o autor acima citado, um dos elementos constitutivo da memória individual e coletiva que redundam em uma identidade social e histórica, precisa de alguns elementos tais como os acontecimentos vividos pessoalmente, os personagens do passado e os lugares de memória, onde foram e são realizados os atos de rememoração.

Ao distribuímos um segundo questionários para 40 moradores de Igarapé-Açu em agosto de 2021 (em anexo), a fim de sabermos qual a memória atual, qual a representação, qual o olhar que a população moderna tem sobre a base, fomos levados a crer que a maioria das pessoas da cidade, não se ligam mais a este lugar, não o consideram um patrimônio e acham que hoje, como está, ele não tem mais função e deveria ser transformado em escola, loteado ou feito qualquer coisa útil para os nossos dias, já uma outra parcela menor das pessoas defendem a preservação da parte histórica feita durante a Segunda Guerra.

Não só as respostas escritas dos que preencheram nosso segundo questionário foi esclarecedor, mais também foram muito reveladoras as atitudes da maioria das pessoas com quem falamos na tentativa de que respondessem nossos questionários, já que muitos se recusavam a recebê-lo, outros os recebiam por aparente gentileza, mas os devolviam em branco e ainda outros se recusavam a conversar sobre o assunto da base, dizendo que não são daquela época e que eu deveria procurar pessoas idosas.

Notamos que ainda é muito enraizada na mente da população, a noção de que a história é somente coisas antigas, coisas do passado e percebemos que a nossa população não vê, não foi instruída a pensar o presente como história e novamente, houve até quem achasse que se tratava de algum tipo de golpe.

Durante o trabalho de campo, também pudemos perceber, o quanto as pessoas estão ocupadas e no corre-corre frenético do dia a dia, dizendo que não teriam tempo para preencher aquele questionário, não obstante, acredito que para além do frenesi destes tempos líquidos, o assunto da base não lhes despertava o interesse.

⁹² POLLACK, Michel. **Memória e identidade social**. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992. P.12.

As pesquisas nos levam a crer que a maioria da população de Igarapé-Açu não se vê representada neste espaço de memória, já que a própria noção de patrimônio envolve a construção de identidades coletivas como nos diz Lemos:

Em geral guardamos os objetos e as construções ricas da classe poderosa. Guardaram-se os artefatos de exceção e perderam-se para todo o sempre os bens culturais usuais e corriqueiros do povo. Esses bens diferenciados preservados sempre podem levar a uma visão distorcida da memória coletiva, pois justamente por serem excepcionais não têm representatividade.⁹³

Assim, para que algo, material ou imaterial, chegue à categoria de ser considerado patrimônio cultural, tem que ir além de uma edificação, ele também deve está ligado ao sentimento de pertencimento, às memórias individuais e coletivas dos sujeitos que usufruem do espaço no qual ele está inserido.

O patrimônio cultural deve ser pensado antes de qualquer coisa, como a valorização, a manutenção da memória coletiva, algo produzido por indivíduos, que passa para a geração futura como uma forma de herança, um elo entre o passado e o futuro, sendo que, as pesquisas nos indicam que esta ligação, este elo entre o passado, o presente que a base aérea poderia ser na memória da população de Igarapé-Açu, não existe, pois para a maioria da população da cidade, este elemento histórico não se constitui como memória, posto que o patrimônio histórico de uma comunidade não se põe somente pelo viés histórico, pela idade do objeto e sim como um agente ativo de formação de uma identidade local e o espaço da base não é visto como um campo de representações simbólicas carregado de significações e marcado pela vivência e afetividade pela maioria dos Igarapé-Açuenses hoje.

Somente se considerará patrimônio cultural elementos de natureza material ou imaterial que sejam vetores de significação, representação e identidade para comunidade onde se inserem e isto não vem sendo possível identificar na relação entre a localidade de Igarapé-Açu e a base aérea.

Isto porque, o patrimônio deve agir como elo entre o passado e o presente, exercendo a função simbólica de representar uma memória coletiva que pode ser analisado como forma de apropriação do espaço e a significação do lugar, o que resulta na identidade da sociedade que está ligada a este ou aquele bem como nos diz Rogério Haesbaert, *“a construção do imaginário de identidade envolve uma escolha, entre múltiplos eventos e lugares do passado, daqueles capazes de fazer*

⁹³ LEMOS, Carlos A. C. **O que é patrimônio histórico**. São Paulo: Editora Brasiliense S.A., 1981.P 22.

sentido na atualidade”.⁹⁴ Mas no presente a base aérea não faz sentido para maioria dos habitantes de Igarapé-Açu.

Para a quase totalidade da população local, a base no decorrer das últimas décadas tornou-se um não-Lugar, que para Ana Alessandri,

guarda em si e não fora dele o seu significado e as dimensões do movimento da vida, possível de ser apreendido pela memória, através dos sentidos e do corpo”. Isso nos faz pensar que o patrimônio de um dado lugar possui valor único, uma identidade que caracteriza aquele lugar, pois lugar e identidade são indissociáveis.⁹⁵

Neste sentido, Mauricio de Abreu menciona que *“o que faz com que surja uma memória grupal ou social, referida a um lugar, é o fato de que aquele grupo ou classe social estabeleceu aí relações sociais.*⁹⁶ Isto não ocorreu entre a maioria da população desta cidade e este espaço, a base, que apesar de histórico, não tem para a maioria deles, o status de patrimônio cultural.

3.1 - Por que um documentário sobre a base aérea de Igarapé–Açu?

A culminância desta pesquisa será a exibição de um vídeo documentário sobre a base aérea de Igarapé Açu (disponível no domínio dissertação de mestrado - Segunda Guerra Mundial - Base aérea de Igarapé-açu/PA Documentário) nas turmas do 9º ano da escola Cônego Calado, após uma sequência de seminários feitos pelas turmas dentro do assunto de Segunda Guerra Mundial e em páginas anteriores desta dissertação comentamos brevemente, o porquê de termos escolhido fazer um documentário sobre a base aérea de Igarapé-Açu como produto didático de ensino de história desta pesquisa e gostaríamos de reafirmar que entendemos os documentários como uma ferramenta muito útil no processo de ensino-aprendizagem de história quando, aliados a uso de textos, pesquisa e debates em sala de aula e não apenas pela exposição pura e simples de um vídeo documentário nas turmas.

⁹⁴ **Território, Cultural e Des-territorialização.** p.180). APUD Jocimara Patrícia Santos,in MEMÓRIA E PATRIMÔNIO CULTURAL DE VITÓRIA, ES: um estudo sobre as igrejas católicas do Centro da Cidade. P.32. <https://geo.ufes.br/sites/geografia.ufes.br/files/field/anexo/Jocimara.pdf>

⁹⁵ ALESSANDRI, Ana Fani. **O lugar no/do mundo.** São Paulo: FFLCH, 2007, 85p.APUD Jocimara Patrícia Santos,in MEMÓRIA E PATRIMÔNIO CULTURAL DE VITÓRIA, ES: um estudo sobre as igrejas católicas do Centro da Cidade. P.32. <https://geo.ufes.br/sites/geografia.ufes.br/files/field/anexo/Jocimara.pdf>

⁹⁶ ABREU. Mauricio A. Sobre a Memória das Cidades. Revista da faculdade de Letras – Geografia I série, Vol. XIV, Porto, 1998, pp. 77-9.

Assim, o gênero documentário para o ensino de história foi escolhido por nós neste projeto por considerarmos que embora exista uma larga produção de documentário no Brasil, estes são pouco usados em sala de aula, se pensarmos que a maioria dos estudantes brasileiros nunca assistiu a um documentário, embora já tenham visto na escola muitos filmes de caráter ficcional na disciplina de História, desta forma acreditamos que a exposição, pesquisa e comentários de um documentário de história em sala de aula é uma metodologia pouco usada neste município no processo de ensino-aprendizagem .

Com isto, entendemos que o uso de documentários em sala de aula pode trazer muitas contribuições para aprendizagem dos estudantes na medida em que for feito de forma planejada, em uma sequência didática, com pesquisa, mediação do professor e envolvimento dos alunos.

Nesta pesquisa o documentário é pensado conforme definido por Penafria, que definiu documentário *como “um registro dos fatos, o qual constitui-se também como fonte de informação”*.⁹⁷

Acreditamos que este vídeo documentário sobre a base aérea de Igarapé-Açu, poderá contribuir para que os estudantes e o público em geral que tenha acesso ao mesmo, passem a ver aquele espaço talvez com um outro olhar e possa ou não ressignificá-lo, se está for a sua vontade, posto que entre as virtudes proporcionadas pelo uso de documentários no ensino, está a possibilidade de que através do olhar, os estudantes sejam estimulados cognitivamente e seu processo de ensino e aprendizagem de história se torne mais atraente e desejável.

Como docente, desejo aproximar com este vídeo pedagógico, as vivências cotidianas dos alunos do 9º ano com o conteúdo de Segunda Guerra Mundial por meio da base aérea, remanescente daquele período e achamos que o documentário pode ajudar os estudantes a entender os conteúdos de história por que podem visualizar um elemento concreto do assunto estudado que é conteúdo do documentário, aliado a leitura, pesquisa e comentários do professor como nos indica Magalhães Júnior:

Lembramos que, diferente da ficção, o documentário deve estar vinculado ao que realmente ocorreu, sabendo que nunca estaremos frente a frente com o mesmo instante documentado e sim com o sentido que o produto concebeu, mas que a percepção transmitida pode fazer o espectador ver o

⁹⁷ MANUELA, Penafria. **Perspectivas de desenvolvimento para o documentarismo**. p.03. Disponível em <http://www.bocc.ubi.pt> > pag > penafria-perspectivas.

mundo de forma diferente, trata-se de um sentido que gera sentidos. Um filme é possibilidade da constituição de novos sentidos.⁹⁸

Os vídeos documentários são estimulantes e ajudam os estudantes a verem aquele tema estudado de outra perspectiva para além do livro didático e de outras fontes que pesquisarem, se tornando assim, uma interessante ferramenta didática e que possibilita ainda a sociabilidade e a interação dos alunos em sala de aula no círculo de debate do conteúdo apresentado no vídeo e nos seminários de apresentação das pesquisas feitas, prendendo ainda mais a atenção dos alunos.

Optamos pela confecção e uso de documentário com o produto desta pesquisa por considerar que este traria informações outras, não existentes nas versões oficiais sobre a Segunda Guerra em Igarapé Açu, o que poderá gerar um rico debate sobre a participação desta localidade em um dos maiores eventos da história humana, a Segunda Guerra e que certamente contribuirá para sair da rotina da aula expositiva, além do fato de que os alunos serão levados aprender a aprender mediante a pesquisa em preparação para exposição do documentário.

Este documentário sobre a base aérea de Igarapé-Açu foi realizado com a participação de cinco alunos do 9ºano/2019 da escola Cônego Calado em Igarapé-Açu e estes alunos, juntamente com toda a turma fizeram as oficinas preparatórias para a pesquisa, elaboração das perguntas e seleção das pessoas a serem entrevistadas, também estudaram os conceitos de fonte histórica, fontes orais e outras concepções importantes e necessárias a serem instrumentalizados durante as pesquisas, tudo isto sob supervisão deste professor-pesquisador.

Cabe mencionar que embora tenham entrevistado diversas pessoas nas filmagens deste documentário, estes cinco alunos não aparecem no vídeo por serem menores de idade.

Nesta cidade para fazer o documentário foi contratado por R\$ 2.200, um técnico que faz filmagens de eventos familiares, entrevistamos ao longo de 03 meses, 09 pessoas de variadas idades que de uma forma ou de outra conviveram com a base aérea de Igarapé-Açu ou tinham genitores que se relacionaram com este espaço enquanto ele ainda era ativo, filmamos o local e ao fim de horas de

⁹⁸ (MAGALHÃES Junior, 2010: p. 86. APUD **A utilização de vídeos e documentários como metodologia diversificada no ensino de História**. Suellen Jane dos Santos; Ana Enedi Prince Silva. IN XV Encontro Latino Americano de Iniciação Científica e XI Encontro Latino Americano de Pós-Graduação – Universidade do Vale do Paraíba disponível em: <http://www.inicepg.univap.br>

filmagens, editamos de 28 minutos de documentário, a partir das falas e imagens que julgamos mais relevantes.

Muito mais poderia ser dito sobre a importância do uso de vídeo documentário no ensino de história, mas fundamentalmente, o escolhemos como produto desta pesquisa pelo fato de que proporciona aos alunos uma visão mais apurada das repercussões da Segunda Guerra Mundial em sua localidade, permitindo que vejam que uma narrativa histórica local existe e que sua comunidade participou diretamente da história e os fará ver a importância da história oral na pesquisa e produção do conhecimento, além de possibilitar um instante de lugar de fala para os moradores desta comunidade, além do fato de termos feito também um registro audiovisual dos restos materiais da base aérea de Igarapé-Açu, a qual tem 80 anos e está literalmente desabando por não ter recebido nas últimas décadas nenhuma revitalização na sua parte histórica.

3.2 - Por que a metodologia de seminários neste projeto?

Para a execução do produto da pesquisa desta dissertação que é um documentário de 28 minutos sobre a base aérea de Igarapé-Açu, optamos pela metodologia de ensino de história usando-se uma sequência de seminários feitos pela turmas do 9º ano, divididos em grupos, entendendo o termo seminário no ensino fundamental, conforme apontado por Antônio Gil:

Costuma-se chamar de seminário qualquer apresentação feita por estudantes em classe, até mesmo de resumos de capítulos de livros. [...] Em função do uso indevido de seminários no ensino superior, muitos professores indagam acerca da maneira correta de conduzi-los. A rigor, não existe uma forma correta. O que mais importa é que o seminário possa ser caracterizado por pesquisa e discussão e não por exposição feita por estudantes⁹⁹

Optamos pela realização de seminários para o envolvimento das turmas do 9º ano, por considerar que a metodologia de ensino de seminários é uma forma de aprendizagem ativa, participativa e investigativa, a qual proporciona aos discentes uma aprendizagem mais significativa por envolvê-los de forma direta na construção de sua própria aprendizagem por meio da pesquisa de um tema histórico e pela

⁹⁹ GIL, Antônio Carlos. **Metodologia do Ensino Superior**. 03. ed. São Paulo: Atlas, 1997. 2008, pp. 171-172.

seleção, organização e apresentação de informações a respeito de um tema pesquisado.

Posicionei-me pelo uso de seminários como parte da aplicação e uso do produto desta pesquisa, por acreditarmos que este método de ensino, os seminários possibilitam aos alunos raciocinar e compreender a importância do estudo de história a partir de uma contextualização que é a Segunda Guerra e de uma problematização que é a participação de seu país, seu Estado e de sua localidade neste conflito.

Acreditamos que uso de seminários, dão ao aluno algum espaço de autonomia em relação às fontes de pesquisa, as anotações de relevância, o treino na comunicação, na argumentação e na organização de uma pesquisa, vindo a ser um processo de aprendizagem participativo, onde o estudante sai da passividade, da repetição e da memorização de informações dadas pelo professor para um aprendizado que tem como ferramentas a realização de tarefas de pesquisa, investigação e apresentação de informações históricas coerentes e comprovadas.

Acreditamos que estimular os alunos a fazerem seminários competentes pode levá-los a raciocinar com algum grau de profundidade sobre determinados assuntos de história que são objeto de sua pesquisa como nos indica Farias:

Uma das repercussões do seminário refere-se à “capacidade de pesquisa, análise, de interpretação e de síntese dos alunos, por meio tanto do exercício da oralidade quanto da sistematização escrita de sua reflexão [...] fortalece e amplia as formas de interação do aluno com o saber, com seus colegas e com o professor.”¹⁰⁰

Por ser uma forma de ensino-aprendizagem que exige o envolvimento e a participação dinâmica do aluno, acaba-se por proporcionar uma aprendizagem mais interativa, reflexiva e ativa para o discente baseada na descoberta, investigação e solução de uma problemática proposta em uma pesquisa ativa, tudo isto com o intuito de engajar o aluno no seu próprio processo de aprendizagem, fazendo com que o mesmo participe na construção do seu pensamento e do seu conhecimento.

Isto certamente irá aprimorar sua capacidade cognitiva e interpessoal por meio da busca de informações e tomadas de decisões que vão por vezes, exigir a defesa de suas próprias ideias e opiniões, além de aprimorar sua oratória e sua postura, frente uma apresentação que terá de fazer na sua turma de estudos,

¹⁰⁰ FARIAS, Isabel Maria Sabino de [et al.] **Didática e docência: aprendendo a profissão**. Brasília: Livro, 2009.) p.140

habilidades estas, que estão de acordo com os Parâmetros Curriculares da Disciplina de História, quando rezam que:

Cabe à escola ensinar o aluno a utilizar a linguagem oral no planejamento e realização de apresentações públicas: realização de entrevistas, debates, seminários, apresentações teatrais etc... Trata-se de propor situações didáticas:

Nas quais essas atividades façam sentido de fato, pois é descabido treinar um nível mais formal da fala, tomando como mais apropriado para todas as situações. A aprendizagem de procedimentos apropriados de fala e de escuta, em contextos públicos, dificilmente ocorrerá se a escola não tomar para si a tarefa de promovê-la.¹⁰¹

Os seminários possibilitam múltiplas aprendizagens porque o aluno tem que fazer a preparação da pesquisa, o planejamento da apresentação e a execução do trabalho como um todo, o que faz com que o discente tenha aprendizagem desde o momento da coleta de informações até sua organização e exposição, sendo o papel do professor de orientador, cuidando para que seu aluno não se distancie dos objetivos propostos na pesquisa.

Com isto o aluno terá desenvolvido ao longo da Educação Básica novos conhecimentos, habilidades e competências que lhe serviram na sua vida pessoal e profissional. Como nos diz Maria Carbonesi:

Neste contexto pode-se abordar o uso da técnica de seminário como procedimento avaliativo que possibilita ao aluno desenvolver competências e habilidades no que se refere à pesquisa, à autonomia na busca de conhecimento, ao trabalho em grupo, à comunicação e o posicionamento crítico/reflexivo verbalizado do educando no decorrer do processo de organização e resultado do trabalho proposto.¹⁰²

Adotamos o uso de seminário como metodologia neste projeto com alunos, por que entendemos que por meio da aprendizagem pela pesquisa, os estudantes aprendem a lidar com um leque de informações e fontes de informações e entendem na prática da pesquisa que a escola e o professor, não são as únicas fontes de informações e ao fazer isto, a própria escola estará dando uma formação cidadã à sua clientela.

Como nos dizem Thier e Daviss:

Na educação, discursos e livros-texto não dão mais conta de ir ao encontro das necessidades de todos os estudantes. Novas definições estão emergindo em relação ao significado de educar e ser educado, medindo as aprendizagens não pelo que os estudantes são capazes de relatar ou os livros que a eles foram designados, mas pelo que eles são capazes de

¹⁰¹ BRASIL, Parâmetros Curriculares nacionais: ensino médio. Brasília: MEC/SEMT, 1999. p.25. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br>

¹⁰² CARBONESI, Maria Anastácia Ribeiro. O Uso do Seminário como Procedimento Avaliativo no Ensino Superior Privado. Maria Anastácia Ribeiro Maia Carbonesi. P.25 Disponível em: <https://www.google.com.br>

fazer. Isso significa que aprender não pode mais ser definido como participar de cursos e passar em testes, mas somente como o domínio de um assunto ou aptidão demonstrada pela habilidade de aplicar conceitos e processos flexivelmente e corretamente fora da sala de aula.¹⁰³

Por meio da pesquisa de uma situação-problema, de um roteiro e da supervisão do professor, acreditamos, que o seminário, enquanto metodologia de ensino de história, seja uma ferramenta muito útil na aprendizagem de nossos alunos e por isso o adotamos neste trabalho, considerando que os alunos do 9º ano ao ser preparados em seus grupos de seminários, irão aprender de forma mais dinâmica, terão aprendizagem de novos conhecimentos, terão aprendizagem por meio da pesquisa conforme envolvimento de cada um e haverá ainda maior integração e interação social entre eles.

Por fim, poderíamos discorrer longamente sobre as muitas virtudes do uso de seminários, enquanto estratégia de ensino, mas basicamente o escolhemos e o aplicamos neste trabalho por ser uma metodologia de ensino que tira o aluno da passividade na sua aprendizagem, levando-o a aprender a aprender pela pesquisa, produz maior interatividade e socialização na sala de aula e acredito, maior satisfação no processo de ensino-aprendizagem, tanto para o docente quanto para os discentes.

O produto pedagógico de ensino de história dessa pesquisa é um documentário audiovisual de 28 minutos sobre a base aérea de Igarapé-Açu, produzido a partir de entrevistas com moradores antigos da cidade, entrevistas com professores-pesquisadores do município que fizeram trabalhos correlatos ao tema da base aérea, bem como imagens da própria base em seu estado atual de deterioração, sendo que o documentário deverá ser assistido e comentado na turma do 9º ano nas aulas de História como culminância de um trabalho de pesquisa e seminário feitos pelos alunos da turma, sob a orientação deste professor-pesquisador, divididos em equipes sobre a Segunda Guerra Mundial.

A primeira equipe fará um seminário intitulado, **Aspectos Gerais da Segunda Guerra Mundial**, usando uma apostila (em anexo) confeccionada por mim mesmo, contemplando os aspectos centrais, as habilidades e competências que o

¹⁰³ THIER; DAVISS, 2001, p. 7, THIER, H. D.; DAVISS, B. **Developing Inquiry-Based Science Materials: A guide for educators. California: Teachers College Press**, 2001. P.07 APUD Seminário no Ensino Médio: Possibilidades de Construção de Conhecimentos Através da Pesquisa Gracieli Dall Ostro Persich. Disponível em <https://educere.bruc.com.br>.

aluno do 9º ano deve aprender, segundo a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) ao estudar o tema da Segunda Guerra Mundial.

A segunda equipe, antes da exposição do documentário, fará um seminário intitulado, **o Brasil na Segunda Guerra**, (em anexo) também usando uma apostila elaborada por mim mesmo, contendo os principais aspectos referentes à participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial.

A terceira equipe se debruçará sobre o tema, **a participação do Pará na Segunda Guerra Mundial**, (em anexo) também se utilizando de um texto-base de leitura fornecida por este professor.

A quarta equipe falará sobre **Igarapé-Açu na Segunda Guerra Mundial**, (em anexo) se utilizando à semelhança das outras equipes, de material de leitura inicial fornecido pelo professor.

A quinta equipe participou comigo diretamente na produção do documentário, entrevistando pessoas que conviveram diretamente com a base e filmando o local.

Nos anexos desta dissertação estão os textos-base apostilados feitos por este professor-pesquisador para dar suporte inicial aos alunos do 9º ano na realização dos seminários relacionados à história da Segunda Guerra Mundial, onde partimos dos acontecimentos globais até chegarmos as ações locais dos sujeitos históricos em Igarapé-Açu, a fim de que nossos alunos percebam que a história se faz com a participação de todos os homens e que a sua localidade também participa diretamente no processo histórico, não atuando de forma passiva e a rebote dos grandes centros de poder.

A elaboração dos textos-base de leitura inicial fornecidos por este professor aos alunos, a realização dos seminários e a exposição do documentário como culminância da pesquisa, foi feito dentro de um planejamento, de um plano de aula, onde buscamos atingir os objetivos, as competências e as habilidades que os estudantes devem desenvolver na disciplina de História ao tratar dos temas relacionados à Segunda Grande Guerra, conforme exposto no quadro abaixo:

PLANO DE AULA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

- **TURMA:** 9º ano
- **TEMA:** Segunda Guerra Mundial

HABILIDADE:(BNCC-EF09HI13) Descrever e contextualizar os processos da emergência do fascismo e do nazismo, a consolidação dos estados totalitários e as práticas de extermínio (como o holocausto).

• **OBJETIVOS:**

- Identificar e analisar este conflito mundial.
- Analisar participação do Brasil deste conflito
- Analisar a participação do Estado do Pará neste conflito
- Analisar a participação local de Igarapé-Açu na Segunda Guerra
- Identificar a Segunda Guerra como um fator decisivo para a História Contemporânea.
- Compreender o evento, a partir de varias perspectivas, tanto sociais quanto políticas, ideológicas e econômicas.

• **CONTEÚDOS:**

- O caminho para a guerra: Como se iniciou e por quê?
- as formas de participação do Brasil na segunda guerra
- as formas de participação do Estado do Pará na Segunda Guerra
- as formas de participação de Igarapé-Açu na Segunda Guerra

• **DURAÇÃO:**

- 08 horas/aula (45 min.)

• **METODOLOGIA:**

- Apresentação de seminários
- Exposição e análise dialogada de um documentário sobre a base aérea de Igarapé-Açu, intitulado **“Ensino de História em sons e Imagens: Patrimônio Histórico, memórias e olhares do presente na produção de um documentário sobre a base aérea de Igarapé-Açu.”**

• **RECURSOS DIDÁTICOS:**

- Textos apostilados prévios fornecidos pelo professor
- textos avulsos pesquisados pelas equipes na preparação dos seminários
- data show etc...
- Exposição e análise dialogada documentário sobre a base aérea de Igarapé-

Açu

- **AVALIAÇÃO:**

- Resoluções de questões objetivas referentes a Segunda Guerra Mundial
- Resoluções de questões subjetivas referente a Segunda Guerra Mundial
- Construção de textos subjetivos sobre os temas abordados

- **BIBLIOGRAFIA CONSULTADA:**

Base Nacional Comum Curricular (BNCC) Ministério da Educação do Brasil.
p.397

Depois de postos os motivos e a importância de termos optado pela adoção da metodologia de documentário e seminários na aplicação prática deste trabalho, passaremos a expor os resultados da aprendizagem que foram apontados pelos alunos do 9º ano da manhã de 2022 da escola Cônego Calado, após os seminários e a exposição do documentário sobre a base aérea de Igarapé- Açú.

3.3 O documentário em ação: Aplicação do produto na turma do 9º ano:

No dia 23 de novembro de 2021, às 10 da manhã, apliquei o produto desta dissertação, o documentário sobre a base aérea de Igarapé Açú na turma do 9º ano matutino de 2021 da Escola Cônego Calado, após uma sequência de seminários sobre a Segunda Guerra Mundial, nos quais analisamos as características gerais da Segunda Guerra Mundial, a partir do texto- base 01(em anexo), discutimos sobre o Brasil na Segunda Guerra Mundial a partir do texto base 02, o Pará na Segunda Guerra Mundial e Igarapé-Açú na Segunda Guerra Mundial, a partir dos textos bases 03 e 04, também em anexo nesta dissertação, sendo este material apostilado complementado pela tutoria deste professor e por pesquisa complementar dos subgrupos de apresentação em que foi dividida a turma do 9º ano para realização desta sequência de seminários.

Ressalto que aplicação do produto da pesquisa desta dissertação na turma do 9º ano se deu de forma acelerada por conta de que houve um retorno presencial completo dos alunos da Escola Cônego Calado, somente no dia 26 de outubro de 2021, ainda em um contexto pandêmico e já nos aproximávamos do limite temporal para depósito desta dissertação e de seu produto para a defesa limite até dezembro de 2021, não obstante conseguimos fazer os seminários sobre a Segunda Guerra,

preparatórios para a exposição e comentário com a turma do referido documentário e após a sequência didática de seminários na turma do 9º ano e a consecutiva exposição documentário, aplicamos um novo questionário exposto abaixo e obtivemos as seguintes respostas destes alunos sobre o vídeo:

Questionário de exposição documentário sobre a base aérea de Igarapé-Açu na turma do 9º ano da manhã da escola Cônego calado em 23 de novembro de 2021:

01) O que você entendeu deste vídeo documentário?

02) O que você achou deste documentário sobre a base aérea de Igarapé-açu?

03) Este documentário ajudou você ou não, a entender melhor a história?

04) Quais dificuldades você ou sua equipe tiveram para fazer o seminário sobre a Segunda Guerra?

Neste dia da exposição do documentário, 25 dos 34 alunos da turma estavam presentes e nos deram respostas tais como a do depoente do questionário nº01, que disse em resposta a primeira pergunta, **o que você entendeu deste documentário?** *"Bom antes não sabia sobre a importância de um documentário mas agora com esse em que assistir me fez refletir em como a nossa cidade é importante para a segunda guerra e também a importância de cuidar de um patrimônio histórico"*¹⁰⁴

No questionário 02 lemos: *"Eu aprendi que Igarapé-Açu participou da guerra, se preparou para guerra e tive conhecimento de coisas que eu não sabia sobre a base aérea"* o aluno 03 respondeu, *"entendi que a base aérea de Igarapé-açu faz parte da nossa história e não deveria se esquecer."*

Outro aluno disse: *"Eu entendi que a história de Igarapé-açu foi muito importante para quem mora em Igarapé-açu mas tá sendo muito esquecida que precisa ser lembrada e é uma história muito bonita "*

Outro aluno disse: *"Entendi que Igarapé-Açu e a base aérea foi muito importante na Segunda Guerra Mundial, pois foi lá onde os soldados americanos*

¹⁰⁴ As respostas foram transcritas *ipsis litteris* conforme emitidas pelos entrevistados.

ficavam para conseguir vigiar os pontos onde os alemães iam atacar " e ainda outro "entendi como Igarapé-Açu lidou com a Segunda Guerra sobre como acontecia de como eles se 'protejam' e se preparavam caso a guerra chegasse ao nosso município "

Outra resposta foi *"achei muito interessante tudo por que o Pará também tem uma história para ser contada, aprendi que Igarapé-Açu também tem sua história" e mais "eu entendi que foi um grande marco histórico para nosso estado, também aprendi que nós participamos da guerra mesmo muitas pessoas hoje em dia não conhecendo muito".* Disseram também *"entendi que eu estou fazendo parte dessa história",* outra fala foi *"eu entendi que a cidade de Igarapé-Açu foi muito importante para guerra contra os aliados",* também nos disseram *"eu entendi que Igarapé-Açu tem muita história que hoje em dia muita gente não conhece".*

Outras respostas a esta pergunta, número 01 deste questionário após aplicação do produto foram *"eu entendi que a história da base aérea de Igarapé-açu pode ensinar muita coisa".* E outro disse *"eu aprendi que foi um marco histórico em Igarapé-açu é muito interessante".* Também houve falas no sentido de reconhecer a importância do documentário, *"entendi que a base aérea fez parte da segunda guerra mundial e que esse documentário é muito importante para o povo de Igarapé-açu.*

Podemos depreender a partir das falas destes discentes que os objetivos propostos para o produto desta dissertação foram alcançados porque em muitas falas dos alunos dessa desta turma, podemos perceber uma aprendizagem com aspectos de decolonialidade, a percepção por grande parte desses deles de que existe uma história local, notamos também o despertar de um outro olhar sobre a parte histórica da base aérea e uma valorização deste espaço de memória, a ser amadurecida com o desenrolar de práticas de educação patrimonial, também notamos em muitas falas destes estudantes indícios de orgulho da história de sua cidade.

Ao analisar o conjunto das respostas dadas por esta turma a este questionário, sentir satisfação profissional ao perceber que os maiores objetivos deste trabalho de pesquisa com alunos foram alcançados, os quais eram justamente produzir um recurso didático que levasse nossos estudantes a entenderem mais facilmente o processo histórico, a verem a si mesmos e a sua comunidade como sujeitos históricos e a ter a percepção de uma história local, bem como atrair o seu

olhar para o conjunto do patrimônio histórico-cultural de sua cidade, tendo como foco a base aérea da Segunda Guerra Mundial em sua cidade.

Esta percepção de que as finalidades do trabalho foram alcançadas, fica ainda mais próxima quando se considera o conjunto das respostas dadas à pergunta 02, **o que você achou deste documentário sobre a base aérea de Igarapé-Açu?** no questionário acima exposto, as quais apontam para um sentimento de orgulho da história local e que variaram em torno de marcadores tais como:

"Achei bem específico e interessante porque vi coisas que nem sabia que existia aqui", "achei bom por que a pessoa passa entender melhor a nossa história a história de Igarapé-Açu", "muito interessante saber as coisas que aconteceram há anos atrás em nossa cidade", "muito interessante porque pude saber muito sobre a Segunda Guerra em Igarapé-Açu", "achei bom porque consegui entender como Igarapé-Açu foi essencial para segunda guerra".

Seguindo na análise, o conjunto das respostas à pergunta 03 do questionário, após aplicação do produto, também veem reforçar a percepção que temos de que os alunos se surpreendem e gostam de descobrir que sua cidade, sua localidade faz parte de acontecimentos históricos famosos como os eventos nacionais ou internacionais, como podemos notar nas falas referentes à terceira indagação que era, **este documentário ajudou você ou não, a entender melhor a história?** As respostas foram em geral assim:

"gostei o jeito dele se explicar é bom e vai servir para a próxima geração foi muito interessante saber que onde eu moro participou da guerra", "serve para ensinar muitas coisas que aconteceram em Igarapé-Açu", "ele serve para falar como Igarapé-Açu participou da segunda guerra mundial mesmo não tendo invasão e nem um tiro aqui", "porque além de contar um pouco da nossa história ele conta um pouco da importância de Igarapé-Açu na segunda guerra", "ele serve para aprender mais sobre o nosso passado" e "ele serve como explicação porque é uma história muito boa de estudar porque além de ensinar a história e conta um pouco sobre nós."

Quanto à quarta pergunta do questionário, **quais dificuldades você ou sua equipe tiveram para fazer o seminário sobre a Segunda Guerra**, aplicado imediatamente após a exposição do produto da pesquisa, obtivemos respostas tais como:

“tenho dificuldade porque não consigo explicar”, “mais ou menos porque eu fico nervosa”, “eu sou muito ruim falar de história”, “eu tenho dificuldade em lidar com pessoas”, “eu fico nervosa e com vergonha”, “tenho dificuldade nas relações sociais e não consigo fazer bem o trabalho”, “eu tenho dificuldade em explicar a interagir com pessoas”, “eu me sinto bastante desconfortável, não gosto muito porque tenho vergonha”, “não gosto é muito trabalhoso”, “eu gosto de fazer porque eu aprendo mais as coisas sobre a cidade que eu moro”.

Acredito que também no aspecto de apresentação e preparação dos seminários por parte dos alunos, obtivemos resultados satisfatórios, posto que as apresentações das equipes em sala de aula transcorreram de forma descontraída, como é muito próprio dos adolescentes e com poucas situações de muito nervosismo, percebi que a maioria dos alunos da turma fez pesquisa adicional para a complementação dos textos-base e as dificuldades apontadas por eles na realização dos seminários serão objetos de reflexão por parte deste professor para ajudá-los a superar gradativamente as dificuldades apontadas tanto na aprendizagem de história quanto na realização de pesquisa e seminários nesta disciplina.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa, feita com a participação direta de alunos do 9º ano do período matutino da escola Cônego Calado, entendemos que patrimônio histórico-cultural vão para muito além de pedra e cal, sendo elementos da cultura material ou imaterial que carreguem uma carga de significados para a população onde estão inseridos.

Vimos também que o patrimônio histórico pode e deve ser usado para o ensino de história global, mas com um enfoque local, onde se permita às comunidades terem lugar de na fala na narrativa histórica dos eventos e advogamos que os bens culturais das comunidades deve ser conhecido por meio do ensino de história, mesmo que não sejam tidos como patrimônios culturais pela maioria das pessoas das localidades onde se inserem como é o caso do nosso objeto de pesquisa, a base aérea de Igarapé-Açu, a qual não chega ao patamar de ser considerado patrimônio histórico-cultural para a maioria da população local.

Percebemos que o uso do patrimônio cultural local no ensino de história e de educação patrimonial, possibilita um ensino-aprendizagem decolonial, onde o discente vê e toca elementos do passado histórico e percebe de uma maneira concreta e direta que a sua comunidade também participou do processo histórico e que, o que se chama história não é feito apenas por pessoas ricas, poderosas e influentes da nação e do mundo.

Evidenciamos que a educação patrimonial é uma rica metodologia processual de ensino de história que possibilita ao discente compreender e valorizar os bens culturais históricos de sua comunidade.

As pesquisas nos levaram a concluir que devido a diversos fatores tais como a própria natureza militar, reclusa, fechada da base aérea de Igarapé-Açu, este espaço histórico teve seu acesso negado para a maioria da população da cidade, combinado a sua desativação por décadas e ao seu estado físico de abandono e descuido, com o tempo perdeu o elo com a maioria da população da cidade, tornando-se para estes um lugar mudo e invisibilizado que outrora, teve alguma importância, mas que hoje não tem mais função, devendo ser reelaborado, transformado em outras coisas que atendam as necessidades do tempo presente.

Notamos como o uso de documentários no ensino de história pode ser interessante e frutífero, quando combinados com a participação direta dos

estudantes, a realização de pesquisas e seminários que levem os estudantes a aprender, aprender a fazer e a conviver.

Finalmente acreditamos ter atingido os objetivos pedagógicos propostos para esta pesquisa, considerando que após a aplicação do produto, a exposição documentário nas turmas de 9º ano da escola Cônego Calado, obtivemos respostas que indicam um despertar dos alunos para uma valorização da história local, um outro olhar sobre o seu conjunto patrimonial histórico-cultural e um ensino-aprendizagem mais alegre, participativo e frutífero.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU. Mauricio A. **Sobre a Memória das Cidades**. Revista da faculdade de Letras – Geografia I série, Vol. XIV, Porto, 1998, pp. 77-9.

ALESSANDRI, Ana Fani. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: FFLCH, 2007, 85p. APUD Jocimara Patrícia Santos, in **MEMÓRIA E PATRIMÔNIO CULTURAL DE VITÓRIA, ES: um estudo sobre as igrejas católicas do Centro da Cidade**. P.32. Disponível em: <https://geo.ufes.br/sites/geografia.ufes.br/files/field/anexo/Jocimara.pdf>. Consultado em 05/08 2020, às 11:20

AMARAL, João Paulo Pereira do. **Da colonialidade do patrimônio ao patrimônio decolonial** / João Paulo o do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2015. p,06. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br>. Consultado em 01/08 2020, às 11:50

ALVES, Flávia Lima. **Patrimônio imaterial : disposições constitucionais : normas correlatas : bens imateriais registrados** / Organização: Flávia Lima e Alves. – Brasília : Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2012.P. 25

APARECIDA, Leopoldino Tursi Toledo, Maria. IN: **História local, historiografia e ensino: sobre as relações entre teoria e metodologia no ensino de história**. p.752.

BARCA, Isabel. **Aula Oficina: do Projeto à Avaliação**. In. Para uma educação de qualidade: Atas da Quarta Jornada de Educação Histórica. Braga, Centro de Investigação em Educação (CIED)/ Instituto de Educação e Psicologia, Universidade do Minho, 2004, p. 138. Disponível em: http://sefarditas.net.br/ava/aula_oficina/isabel_barca. Consultado às 18:54min.

BALLESTRIN, Luciana IN : **América Latina e o giro decolonial Rev. Bras. Ciênc. Polít. no.11 Brasília May/Aug. 2013**. Disponível em: <https://doi.org>. Consultado em 02/08/2020, às 11:31

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Usos Didáticos de Documentos**. IN: Ensino de História: Fundamentos e Métodos. 2ª ed. São Paulo, 2008.

BOURDIEU, Pierre. 1930. **Razões práticas: Sobre a teoria da ação** - Campinas, SP: Papyrus. 1996. p.50.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O difícil espelho: limites e possibilidades de uma experiência de cultura e educação**. Rio de Janeiro, Iphan, 1996.P.21. Disponível em [ttp://portal.iphan.gov.br](http://portal.iphan.gov.br)

BRASIL, **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA** 5 de outubro de 1988.Art.216

_____. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais : história, geografia. / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília :MEC/SEF, 1997.p. 31.

_____. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais: história, geografia**. Caracterização da área de Geografia. Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1997. P.166. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br> Acesso em: 28 mar. 2021.

BURKE, Peter. **Conceitos Centrais**.IN: História e teoria social São Paulo: Editora da UNESP, 2002 pp 67-144

CAIMI, Flávia Eloisa. **Fontes históricas na sala de aula: uma possibilidade de produção de conhecimento histórico escolar?** Anos 90, Porto Alegre, v. 15, n. 28, p. 129-150, dez.2008.

_____. **História escolar e memória coletiva: como se ensina? Como se aprende?** In: ROCHA, Helenice Aparecida Bastos; MAGALHÃES, Marcelo de Souza; GONTIJO, Rebeca (Orgs.) **A escrita da história escolar: memória e historiografia**. Rio de Janeiro: FGV, 2009, p. 66.

_____ **Por que os alunos (não) aprendem História? Reflexões sobre ensino, aprendizagem e formação de professores de História.** Tempo, vol. 11, núm. 21, julho, 2006, pp. 17-32 Universidade Federal Fluminense Brasil. p.20

CALLAI e ZARTH. **Ensino de geografia: o estudo do município nos anos iniciais** 1988, p.83). . Disponível em: <https://online.unisc.br> Acesso em: 18 mar. 2021.

CARBONESI, Maria Anastácia Ribeiro. **O Uso do Seminário como Procedimento Avaliativo no Ensino Superior Privado.** Maria Anastácia Ribeiro Maia Carbonesi. P.25 Disponível em: <https://www.google.com.br>

Comunicação Oral A Materialidade do Patrimônio Intangível. p. 16. Disponível em: <http://www.ufpb.br>.visitado em 29\07\20, às 12:58.

CHAGAS, Mário. **O pai de Macunaíma e o patrimônio espiritual.** In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Orgs.). Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 97 IN O Patrimônio como processo: uma ideia que supera a oposição material-imaterial Willian Eduardo Righini de Souza, Giulia Crippa Em Questão, Porto Alegre, v. 17, n. 2, p. 237-251, jul./dez. 2011 p.246.

DECRETO-LEI Nº 25, de 30 de novembro em 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. em: <[portal.iphan.gov.br/uploads/.../Decretono 25 de 30 de novembrode1937](portal.iphan.gov.br/uploads/.../Decretono_25_de_30_de_novembrode1937). Acesso 10/02/2020 às 11;34

Educação patrimonial: orientações ao professor. 2 imp. – João Pessoa: Superintendência do Iphan na Paraíba, 2011.(Caderno temático p.11. visitado em 15 de maio de 2020 , às 18:01. Disponível em: portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/EduPat_EducPatrimonial

EDUARDO, Righin, Willian XVI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (XVI ENANCIB) GT 9 – **Museu, Patrimônio e Informação**

Comunicação Oral A Materialidade do Patrimônio Intangível. p. 16. Disponível em: <http://www.ufpb.br>. visitado em 29\07\20, às 12:58.

EDUARDO, Righin, Willian XVI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (XVI ENANCIB) GT 9 – **Museu, Patrimônio e Informação.**

ELIAS, Elenice. **Uso de documento histórico na sala de aula.** In: Simpósio Nacional de História, 2005, Londrina. Anais do XXIII Simpósio Nacional de História: História: Guerra e Paz. [CD-ROM]. Londrina: Editorial Mídia, 2005.

ESTEVES, Carlos Leandro da Silva IN:"**Eu vou falar um pouco sobre o que eu entendo de história dos índios " : apontamentos para uma discussão sobre cognição em história e história indígena a partir de narrativas produzidas por alunos do ensino fundamental em uma escola de Abaetetuba-Pa .** p.03 APUD BARCA, I. "Educação Histórica: uma nova área de investigação?" In: ARIAS NETO, J.M.(Org.). Dez anos de pesquisas em ensino de História. VI Encontro Nacional de Pesquisadores de Ensino de História. Londrina: AtritoArt, 2005. pp. 15-25.

FARIAS, Isabel Maria Sabino de [et al.] **Didática e docência: aprendendo a profissão.** Brasília: Livro, 2009.) p.140

FEITOSA, Fabio et al . **Suporte social, nível socioeconômico e o ajustamento social e escolar de adolescentes portugueses. Temas psicol.,** Ribeirão Preto , v. 13, n. 2, p. 129-138, dez. 2005 . p. 04. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?> Acessos em 25 fev. 2020,às 21:17

FIGUEIRA, Cristina Aparecida Reis; GIOIA, LÍlian de Cássia Miranda. **Educação patrimonial no ensino de história nos anos finais do ensino fundamental: conceitos e práticas.** São Paulo: Edições SM, 2012. P.08

FONSECA, Maria Cecília Londres. **Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural.** In: ABREU, R; CHAGAS, M. (Orgs.). Memória e patrimônio. Ensaio contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. P.61

_____ **Referências Culturais: Base para novas políticas de patrimônio In: POLÍTICAS SOCIAIS: acompanhamento e análise** p.118. Disponível em: 20\08\20 <https://pdfs.semanticscholar.org>. Consultado em 20\08\20, às 21:45min.

FONSECA, selva Guimarães. **Caminhos da história ensinada**. 9º ed. Campinas, São Paulo: papyrus, 1993. **Coleção Magistério formação e trabalho pedagógico**. p.72.

_____ **Didática e prática de ensino de história: Experiências, reflexões e aprendizagens**. Campinas, SP: Papyrus, 2013. P. 244.

FONTES, Edilza Joana Oliveira. **O Pão Nosso de Cada Dia (Um estudo sobre Padeiros e Forneiros em Belém – Pará nos anos de 1940 e 1954)**. Dissertação de Mestrado apresentado ao Curso de Mestrado em Historia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Campinas – S.P., 1993, p.223. APUD Lima, Antônio. Monografia apresentada ao Curso de graduação em História da universidade Federal do Pará para obtenção de grau de Bacharel e licenciado em História. Guerra e Memória: O Cotidiano em Igarapé-Açu durante o período de 1943 a 1945. p.34.

FREITAS, Aluízio Moraes de. **Memória de Igarapé-Açu**. Belém: Supercores, 2005, p. 75

FUNARI, Pedro Paulo e PELEGRINI, Sandra C.A. **Patrimônio Histórico e Cultural**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006. Col. Ciências Sociais Passo a Passo. pp.31-32

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS(FGV) **Você no mercado de trabalho- segunda etapa da pesquisa educação e trabalho dos jovens no Brasil**-coordenação Marcelo cortes Neri Rio de Janeiro: FGV - IBRE, CPS, 2008,p.36.Disponível em : <http://www.institutovotorantim.org.br>. Visitado em 8/8/2020, às 11:11

FLORENCIO, Sônia Regina Rampim. **Educação Patrimonial: um processo de mediação**. pp.04,05

GIL, Antônio Carlos. **Metodologia do Ensino Superior**. 03. ed. São Paulo: Atlas, 1997. 2008, pp. 171-172.

HAESBAERT, Rogério. **Território, Cultural e Des-territorialização**. p.180). APUD Jocimara Patrícia Santos, in MEMÓRIA E PATRIMÔNIO CULTURAL DE VITÓRIA, ES: um estudo sobre as igrejas católicas do Centro da Cidade. P.32. <https://geo.ufes.br/sites/geografia.ufes.br/files/field/anexo/Jocimara.pdf>

HOBBSBAMW ERIC e Terence Ranger IN Eric Hobsbawm & Terence Ranger (orgs.). **A invenção das tradições**. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

HOBBSBAMW, Eric J. **Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991**. Tradução de Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. P.11. disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/mod/resource>. visitado 14 de Maio de 2020 as 23 horas e 41 min.

HORTA, Maria de Lourdes Parreira; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia de educação patrimonial**. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Museu Imperial, 1999.P.06.Disponível em: http://www.historia.seed.pr.gov.br/arquivos/guia_educacao_patrimonial. Visitado em 13/05/2020, às 18:01.

HORÁCIO, Chivuanga Bembe, Júlio. **Ensino de História e o patrimônio histórico-cultural numa relação teoria-prática**. P.110. Disponível em: [ttps://Ensino-de-Historia-e-patrimonio](https://Ensino-de-Historia-e-patrimonio). Visitado em 28/06/2020, às 20:56.

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, **Inventário nacional de referências culturais : manual de aplicação**. Apresentação de Célia Maria Corsino. Introdução de Antônio Augusto Arantes Neto. – Brasília : Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2000.PP. 13-14.Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Manual_do_INRC. Visitado em 19/05/2020, às 22:35

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - **Patrimônio Cultural Imaterial: para saber mais** / Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional;

texto e revisão de, Natália Guerra Brayner. 3ª ed. Brasília, DF: Iphan, 2012. pp.12-14. Disponível: portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/cartilha/parasabermais. Acesso em: 24/02/2020 às 10:38min

IVR- Instituto Vidas Raras. **QUAL É A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO?** Disponível em: <http://www.vidasraras.org.br> s/p. Visitado em 8/8/2020, às 10:15

JOHN, Nara Marlei. **Identificação, Valorização e Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural.** Disponível em <http://www.eeh2012.anpuh-rs.org.br/resources/anais>. Encontro Estadual de História. Visitado em 12/9/2021, às 22:51

LEMOS, A. C. **O que é Patrimônio Histórico** São Paulo: Brasiliense, 2006, p.21. disponível em: <https://docero.com.br/doc/ssc8ss>. visitado em 22/02/20. Às 23:46 minutos.

JOUTARD, Philippe. **Desafios à história oral do século XXI.** In: FERREIRA, Marieta de Moraes; FERNANDES, Tânia Maria; ALBERTI, Verena (orgs.). **História Oral: desafios para o século XXI.** Rio de Janeiro: FGV, 2000, p.31. IN: Educação, memória e histórias de vida: usos da história oral. P.97

LE GOFF, Jacques. **História e Memória.** 4.ed. Campinas: Unicamp, 1996. p.02. Disponível em: <http://ahr.upf.br/download/TextoJacquesLeGoff>

LOPEZ, Immaculada. **Memória social: uma metodologia que conta histórias de vida e o desenvolvimento local/** Immaculada Lopez. -- 1. ed. -- São Paulo: Museu da Pessoa: Senac São Paulo, 2008. Disponível em: <https://docplayer.com.br/Memoria-social-uma-metodologia-que-conta-historias-de-vida-e-o-desenvolvimento-local.html> Consultado às 12:36 em 15/07/2020.

MAGALHÃES Junior, 2010: p. 86. APUD **A utilização de vídeos e documentários como metodologia diversificada no ensino de História.** Suellen Jane dos Santos; Ana Eneidi Prince Silva. IN XV Encontro Latino Americano de Iniciação Científica e

XI Encontro Latino Americano de Pós-Graduação – Universidade do Vale do Paraíba disponível em: <http://www.inicepg.univap.br>

MOREIRA, Felipe Ferreira, IN: **A CONFIGURAÇÃO ESPAÇO-TEMPORAL DA BASE AÉREA DE IGARAPÉ-AÇU (PA): A IMPORTANCIA GEOPOLÍTICA E SEU REFLEXO LOCAL, NACIONAL E MUNDIAL.** Revista de Geopolítica, v. 7, nº 2, p. 38 - 53, jul./dez. 2016. Disponível em: <http://www.revistageopolitica.com.br> visitado às 20:30 em 13/07/21.

MOTTA, Márcia, **Patrimônios Fantasma** - Rede Proprietaspatrimonios.proprietas.com.br > [patrimonios_fantasma](http://www.cultura.al.gov.br/politicas-e-aco-es/patrimonio-cultural/principal/textos)
<http://www.cultura.al.gov.br/politicas-e-aco-es/patrimonio-cultural/principal/textos>.
 Visto em 28/11/19 às 08: 24min.

NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares.** Projeto História. São Paulo: PUC-SP. Nº 10, p. 12. 1993. Disponível em: WWW.revistas.pucsp.br. Consultado às 20:14 em 23/07/2020

OLIVEIRA, Regina Soares de; ALMEIDA, Vanusia Lopes de; FONSECA, Vitória Azevedo de. **Coleção A Reflexão e a prática de ensino: História.** Márcio Rogério de Oliveira Cano, (Coord.). v. 6. São Paulo: Blucher, 2012. P.92.

OLIVEN, Ruben George, **Patrimônio intangível: considerações iniciais.** In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Orgs.). Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. P. 79 Disponível em: Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos - Regina Abreu www.reginaabreu.com

PINTO, Helena. **A interculturalidade em Educação Patrimonial: desafios e contributos para o ensino de História.** Educ. rev. [online]. 2017, n.63, pp.205-220. ISSN 0104-4060. <http://dx.doi.org/10.1590/0104-4060.48650>
 Plataforma QEDU disponíveis em <https://www.qedu.org.br/cidade/igarapeacu/aprendizado>. Acessos em 20 de julho de 2020, às 20:00h

POLLAK, Michael. . **Memória e Identidade Social**. 1992, p.02. Disponível em: www.pgdef.ufpr.br. Consultado às 15:22 em 11/07/2020.

POULOT, Dominique. **Um Ecossistema do Patrimônio**. In. CARVALHO, Claudia S. Rodrigues. GRANATO, Marcus. BEZERRA, Rafael Zamorano e BENCHETRIT, Sara Fassa (orgs.) Um Olhar Contemporâneo Sobre a Preservação do Patrimônio Cultural Material. Rio de Janeiro. Museu Histórico Nacional, 2008. P.30.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** (com ênfase no capítulo II). Belo Horizonte (MG): Letramento; Justificando, 2017. Frente à invisibilidade.

ROCHA, Guido. **Cartilha do patrimônio histórico e artístico de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura, 1989. 1 v. (sem paginação). APUD Educação e Patrimônio: O papel da Escola na preservação e valorização do Patrimônio Cultural. Camila Rodrigues Maltêz. Pedagogia em ação, v.2, n.2, p. 1-117, nov. 2010 - Semestral. Disponível em: www4.pucminas.br . visitado em 02/07/2020, às 23:39.

RIEGL, A. **A relação dos valores de memória com o culto dos monumentos**. In: O Culto Moderno dos Monumentos: a sua essência e a sua origem. São Paulo: Perspectiva, 2014. pp. 49-64. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/310814789O>. Consultado às 20:14 em 12/02/2020 .

RODRIGUES, Luiz Antonio. **O AFUNDAMENTO DE NAVIOS E OS PROTESTOS DE RUA NO BRASIL DURANTE A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL: ESTRANGEIROS NA MIRA DA IMPRENSA**. Universidade Federal de Juiz de Fora. ANPUH – Brasil - 30º simpósio nacional de história - Recife,2019. Disponível em: <https://www.snh2019.anpuh.org> visitado em 20/07/2021 às 17:30.

ROGERS, Carl APUD Organização do Trabalho Pedagógico - Pensadores da Educação. s\p Disponível em: <http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br>. Consultado às 19:05min.

RÜSEN, Jörn. **Didática – funções do saber histórico**. In: **História viva: teoria da história: formas e funções do conhecimento histórico**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2007, p. 94

SAMUEL, Raphael. IN: **Documentação, História Local e História Oral**. Rev. Bras. de Hist. S. Paulo V 9 n°19. pp. 219-24 3 et.89/fev.90

SANTOS, M. Célia Teixeira Moura. **O papel dos museus na construção da “Identidade Nacional”**. Anais do Museu Histórico Nacional. Rio de Janeiro, v. 28, 1996. P.21. Disponível em: http://www.reginaabreu.-museu-historico-nacional_vol28.pdf. Visitado em 30/05/2020, às 20:58.

SCHMIDT, M. A. Concepções de aprendizagem histórica presentes em propostas curriculares brasileiras. História Revista, v. 14, n. 1, p. 210, 2009. APUD Saddi, Rafael. IN **O parafuso da didática da história: o objeto de pesquisa e o campo de investigação de uma didática da história ampliada**. Maringá, v. 34, n. 2, p. 213. July-Dec., 2012. Disponível em : <http://periodicos.uem.br/ojs/index>. Consultado às 11:00h em 21/06/2020.

SOARES, André Luis Ramos (Org.). **Educação patrimonial: relatos e experiências**. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2003. P.46

SYMANSK, Maria. IN **FALTA DE DESEJO DE APRENDER: Causas e Consequências** APUD KUPFER, Maria Cristina. Freud e a Educação – O mestre do impossível. São Paulo: Scipione, 1995. p.03. Extraído de: www.diaadiaeducacao.pr.gov.br › Em 29 /01/2019, 02:44min.

THIER; DAVISS, 2001, p. 7, THIER, H. D.; DAVISS, B. **Developing Inquiry-Based Science Materials: A guide for educators**. California: Teachers College Press, 2001. P.07 APUD Seminário no Ensino Médio: Possibilidades de Construção de Conhecimentos Através da Pesquisa Gracieli Dall Ostro Persich. Disponível em <https://educere.bruc.com.br>.

TOLENTINO, Átila. **Educação, memórias e identidades**. In: TOLENTINO, Átila Bezerra (org.). Educação patrimonial: educação, memórias e identidades / Instituto

do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). Superintendência do Iphan na Paraíba. João Pessoa: Iphan, 2013. p. 08. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/caderno_tematico_de_educacao_patrimonial_nr_03. Visitado em 14 de Maio de 2020, às 16:49min

ANEXOS:

ANEXOS- 01:

Texto-base N° 01 (apostilado): ASPECTOS GERAIS DA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL (1939-1945)

Pouco mais de 20 anos após o término da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), a Europa entra em um novo conflito, ainda mais brutal do que o anterior e que mais uma vez ultrapassa as fronteiras do continente europeu.

Em 1939 tinha início a Segunda Guerra Mundial, o maior conflito militar da história humana. Até seu término, em 1945, fez uma grande quantidade de vítimas e deixou um legado de atrocidades até então inéditos. A Segunda Guerra Mundial começou em setembro de 1939, quando Alemanha, invadiu a Polônia, sendo considerada a maior tragédia provocada pelo homem. Causou a morte de 60 milhões de pessoas, envolveu diversos países e todos os continentes.

Um dos principais motivos para o conflito foi a crise econômica que abateu os países depois da crise de 1929. Isso levou ao crescimento de medidas protecionistas e ao desemprego de milhões de pessoas nos EUA e na Europa. Além disso, a miséria atingiu diversos países por causa da ligação econômica que havia entre eles. Outra situação que influenciou o início da guerra foi Hitler ter assumido o poder na Alemanha em 1933, iniciando uma política de agressividade e invasão aos países vizinhos.

Para entender as causas do novo conflito, é necessário voltarmos para a Primeira Guerra Mundial.

A situação da Europa no pós-guerra e a imposição do Tratado de Versalhes à Alemanha acentuaram a crise econômica pela qual o país passava. As condições de vida se tornaram ainda piores após a crise de 1929 - que começou nos Estados Unidos, mas atingiu todos os países do mundo capitalista, inclusive Alemanha.

Esse cenário de crise econômica, associado aos conflitos não resolvidos na Primeira Guerra Mundial, alimentou o sentimento de revanche e a ação de grupos nacionalistas no continente europeu.

Desse modo, o período entreguerras, que dura de 1918 a 1939, é marcado pela ascensão dos regimes totalitários na Europa. Em especial, destacamos o nazismo, na Alemanha, e o fascismo, na Itália.

Estes regimes concentraram o poder do Estado em torno de alguns líderes, acabaram com as oposições e elegeram inimigos, internos e externos, como formas de unificar a nação.

No caso alemão, Adolf Hitler chegou ao poder com promessas de restaurar a “grande Alemanha” através do Terceiro Reich (Terceiro Império Alemão), o que incluía expandir o território alemão e recuperar o que haviam perdido na Primeira Guerra, e solucionar no desemprego, a carestia e a pobreza em que o povo vivia por meio de um governo forte, ditatorial e intolerante, o povo alemão acreditou e apoiou o governo de Hitler, sendo no fim pior para Alemanha

Por outro lado, as democracias liberais da Europa, em especial França e Inglaterra, não reagiram à ascensão de Hitler, ao descumprimento de cláusulas do Tratado de Versalhes e as invasões iniciais de outros países que Hitler fez.

Temendo uma nova guerra, ainda sem se recuperar plenamente do primeiro conflito e reconhecendo a dureza imposta pelo acordo de paz, britânicos e franceses optaram por uma política de apaziguamento.

Esta política foi conduzida em especial pelo primeiro-ministro inglês no período de 1937 a 1940, Neville Chamberlain. A forte oposição que o führer alemão fazia ao comunismo também contribuiu para que França e Inglaterra preferissem não entrar em conflito com a Alemanha.

Desse modo, a política de apaziguamento se baseava na ideia de que, se algumas de suas reivindicações fossem atendidas, a Alemanha ficaria satisfeita e não criaria grandes problemas.

Hitler desejava levar a Alemanha ao status de potência novamente, mas precisava derrubar o Tratado de Versalhes, que impedia o crescimento militar alemão. Ele pretendia isolar a União Soviética para posteriormente atacá-la. Por outro lado, o Japão estava expandindo seus domínios para regiões chinesas e isso incomodava os norte-americanos.

Antes de chegar ao poder, Hitler já havia advogado os preceitos do nazismo em seu livro *Mein Kampf*. Dentre eles, destacamos a crença na superioridade da raça ariana e a defesa de um espaço vital para o desenvolvimento do povo alemão.

O espaço vital seria o espaço necessário para a expansão territorial de um povo, no caso, o povo alemão. Não apenas a restauração das fronteiras de 1914, mas também a conquista da Europa, espaço onde as necessidades, relativas à dominação territorial e recursos minerais desse povo seriam supridas. Quem

também fazia parte, como se fosse um "trato", era a Itália, que por ficar do outro lado do "espaço vital" era de grande interesse alemão.

Adolf Hitler considerava que a "raça ariana", alemã superior e o alemão deveria possuir um território maior. Esse território era onde o povo germânico morava, porém foi dividido. Era chamado de "Espaço Vital Alemão". Tal argumento foi amplamente discutido em seu livro *Mein Kampf*, e utilizado como discurso de justificativa da marcha alemã sobre a Europa a começar pela anexação da Áustria, que antes pertencia à Confederação Germânica e antes disso ao Sacro Império Romano-Germânico.

Também podemos recordar da sonhada anexação dos Sudetos, que compunham a região mais industrializada da Tchecoslováquia. Hitler queria invadi-los como já foi dito, mas havia um problema: as potências França e Inglaterra tinham assinado um acordo com a Tchecoslováquia que prometia protegê-la em caso de ataque estrangeiro.

Com isso, além de subjugar povos não-germânicos que viviam na Alemanha, como os judeus e os ciganos, a questão do espaço vital previa a expansão da Alemanha e criação de um grande estado para os povos germânicos.

Na prática, o expansionismo alemão se iniciou pela anexação da Áustria, em 1938, sob a justificativa de que lá vivia uma maioria de alemães. A ação do führer foi legitimada por um plebiscito, e não houve grandes protestos por partes das potências europeias.

Fonte:
<https://pt.wikipedia.org>



Região montanhosa dos Sudetos que a Alemanha tomou da Tchecoslováquia, caminhando para Segunda Guerra.

Logo em seguida, Hitler passou a reivindicar o território dos Sudetos, então parte da Tchecoslováquia, sob a mesma justificativa. Novamente não houve uma resistência efetiva por parte das grandes potências e a Alemanha passou a avançar por áreas da Tchecoslováquia que iam além dos Sudetos que eram uma região de 45 km de largura e 320 km de comprimento entre a Alemanha a Polônia e a

Tchecoslováquia e que Hitler tomou para si.

Temendo ser a próxima a ser invadida, a Polônia celebra um acordo de proteção com a Inglaterra. A Alemanha, por sua vez, fez um acordo com a Itália fascista de Mussolini, e assim começaram a se desenhar as alianças militares, os dois lados da Segunda Guerra, os países do eixo Alemanha, Itália e Japão contra os

países aliados França, Inglaterra e vários outros liderados pelos Estados Unidos que entrariam em confronto em pouco tempo.



Mas, estudos históricos indicam que a guerra foi causada pelas consequências geradas das imposições do Tratado de Versalhes, que limitou diversos direitos comerciais e militares da Alemanha. Além disso, o país possuía uma extensa dívida com os países aliados e essa série de sanções foi causando um sentimento de rancor e amargura nos alemães. A defesa da nação

passou então a ser explorada pelos partidos de extrema-direita.

Antecedentes da Segunda Guerra:

Guerra Civil Espanhola: Em 1936, a Frente Popular venceu as eleições no país, mas a frente conservadora, liderada pelo General Mola e Francisco Franco, deu início a uma Guerra Civil que durou quase três anos. Os nacionalistas receberam apoio de Hitler e os republicanos foram derrotados em 1939 porque não conseguiram ser ajudados pela URSS.

Pacto Germano Soviético: Nome dado ao acordo de não-agressão entre a União Soviética e a Alemanha Nazista em 1939. O pacto estipulava que não haveria conflitos entre as partes e estipulada uma neutralidade caso alguns países europeus fossem anexados aos mesmos. O pacto foi uma forma encontrada pelos alemães para não terem a URSS como inimiga.

Podemos dividir a Segunda Guerra Mundial em duas fases: a guerra na Europa, durante 1939 e 1940 e quando o conflito se torna de fato mundial, de 1941 até seu encerramento em 1945.

A guerra na Europa:

No dia 1º de setembro de 1939, a Alemanha invade a Polônia, e dois dias depois França e Inglaterra declaram guerra à Alemanha. Assim se inicia a Segunda Guerra Mundial.

Os primeiros dois anos de conflito foram marcados pela superioridade militar alemã. Através da estratégia da blitzkrieg (guerra relâmpago), que foi uma tática de

guerra, uma estratégia genial, pensada pelo alto comando alemão, nunca feita antes na história que foi atacar o alvo a ser conquistado pela terra, céu e mar ao mesmo tempo e assim no começo nenhum país resistiu a ao trator militar que era Alemanha e os aviões, a marinha de guerra e o exército alemães bombardeavam os alvos adversários em ações surpresa e rapidamente o exército alemão ocupava os territórios atingidos.

Assim, em menos de um ano, os alemães já haviam invadido Polônia, Dinamarca, Noruega, Bélgica e Holanda, quando, em junho de 1940, completam a invasão da França e tomam Paris, incrível um só país fazer isso com vários

O único país que ainda resistia aos ataques nazistas era a Inglaterra, que passou a abrigar parte dos refugiados que permaneceu na resistência contra a Alemanha.

1º Fase da Segunda Guerra: A guerra na Europa:

No dia 1º de setembro de 1939, a Alemanha invade a Polônia, e dois dias depois França e Inglaterra declaram guerra à Alemanha. Assim se inicia a Segunda Guerra Mundial.

Os primeiros dois anos de conflito foram marcados pela superioridade militar alemã. Através da estratégia da blitzkrieg (guerra relâmpago), os aviões alemães bombardeavam os alvos adversários em ações surpresa e rapidamente o exército ocupava os territórios atingidos.

Assim, em menos de um ano, os alemães já haviam invadido Polônia, Dinamarca, Noruega, Bélgica e Holanda, quando, em junho de 1940, completam a invasão da França e tomam Paris.

O único país que ainda resistia aos ataques nazistas era a Inglaterra, que passou a abrigar parte dos refugiados que permaneceu na resistência contra a Alemanha.

Em setembro de 1939, os alemães entraram na Polônia e partiram em direção a capital, Varsóvia. Foi a primeira cidade a receber bombardeio aéreo e foram usadas técnicas de guerra-relâmpago (estratégia blitzkrieg). Para Hitler, os povos eslavos eram de uma raça inferior, ou seja, o ditador queria transformá-los em trabalhadores baratos e as cidades do leste europeu teriam suas indústrias destruídas para serem ruralizadas. Posteriormente, a França e Inglaterra deram um

ultimato para que os alemães se retirassem do território polonês e como não foram atendidos declararam guerra ao país germânico.

Os ingleses e franceses demoraram para atacar a Alemanha, fazendo com que a nova estratégia de guerra alemã levasse a ocupação rápida de grande parte da Polônia. As forças alemãs conseguiram ocupar a Dinamarca e a Noruega em 1940. Naquele mesmo ano os Países Baixos foram atacados: Holanda e Bélgica também foram ocupados.

Antes de atacar a França, a Alemanha havia conquistado apenas países menores e acreditava-se que os franceses seriam resistentes em uma investida. Eles tinham uma quantidade equivalente de soldados e melhores condições bélicas como aviões e tanques. A França protegeu a fronteira com a Bélgica, pois foi por ali que os alemães haviam entrado durante a primeira guerra, mas dessa vez eles vieram pela região das Ardenas.

A Expansão da Alemanha na Segunda

Fonte:

www.google.com.br/Diário+de+Notícias+Brasil+vai+à+guerra



Guerra:

Enquanto Hitler se armava e iniciava tratados que visavam a expansão (como o Pacto de Aço, criando o eixo Roma-Berlim), as grandes nações europeias (Inglaterra e França) nada faziam. Historiadores acreditam que estes países esperavam uma guerra entre os fascistas e os comunistas ao leste. França e Inglaterra na verdade realizavam a política do apaziguamento esperando que Hitler esmagasse o grande inimigo do sistema capitalista na época: o comunismo soviético.

Assim, Hitler foi incorporando territórios ao longo dos anos 30, tais como:

1936 – Militarização da Renânia (fronteira com a França);

1938 – Anexação da Áustria, formando a união dos povos germânicos, a Anschluss;

1938 – Sudetos, região da Tchecoslováquia;

1939 – Invasão da Polônia (marca o início da Guerra).

Em outra frente, a Itália, aliada da Alemanha e do Japão, atacava os países árabes em 1940 e suas tropas chegaram na Líbia e ao Egito, mas logo foram repelidas pelos soldados britânicos. Porém, o exército inglês sofreu algumas

derrotas e precisou recuar. O conflito ainda atingiu a região dos balcãs com a ocupação total da Grécia e Iugoslávia em 1941.

Enquanto isso, a Inglaterra permanecia isolada, sendo protegida pela sua esquadra naval. Mesmo assim, o país inglês sofreu com duros ataques até a Alemanha começar a se interessar pela invasão URSS. Em menos de dois anos, a Alemanha já havia conquistado oito países, tinha poder sobre recursos agrícolas e industriais e havia destituído o poder da França. Os militares alemães eram considerados uma máquina de guerra.

II Fase da Segunda Guerra: A guerra mundial:

Depois do domínio quase total do território continental da Europa, Hitler expande as frentes de batalha para a África, ainda sob o estigma da disputa colonial, e prepara também a invasão da União Soviética.

Rompendo um acordo de não agressão que havia sido firmado com Stalin dois anos antes (Pacto Molotov–Ribbentrop), em junho de 1941 as tropas alemãs iniciam a invasão do território soviético.

Apesar de conquistar vitórias iniciais e impor uma série de perdas aos soviéticos, a estratégia de resistência do Exército Vermelho se mostrou eficaz, e os nazistas acabaram por consumir grandes esforços na frente soviética, mas sem conquistar seu objetivo final.

Por sua vez, os Estados Unidos permaneciam isolados do conflito, apesar dos esforços da Inglaterra para que o país entrasse na guerra contra os alemães.

No entanto, a principal preocupação americana era com o expansionismo do Japão, aliado da Alemanha, na região do Pacífico, ameaçando zonas de influência dos Estados Unidos como a China.

Em dezembro de 1941, os japoneses atacam Pearl Harbor, principal base naval americana localizada no Havaí. O ataque provocou grandes perdas humanas e virou a opinião pública nos Estados Unidos, que passou a apoiar a entrada na guerra.

Desse modo, se configurou a divisão em dois grandes blocos que disputaram a Segunda Guerra Mundial: os Aliados, formados principalmente por Inglaterra, Estados Unidos, União Soviética e França (antes de cair para os nazistas); e o Eixo, liderado por Alemanha, Itália e Japão.

O desenvolvimento do conflito se dá entre avanços e retrocessos de cada um dos lados, mas a partir de 1942 vai se desenhando uma vitória das forças aliadas.

Essa fase é marcada pela invasão da URSS realizada através da seguinte regra: ataque o inimigo antes de ser atacado. Stalin havia sido alertado por outros países e por seus espíões de que a invasão alemã estava eminente, mas ele não acreditava e pensava que eram boatos tentando colocá-lo de frente com o poder militar da Alemanha. Com mais de 03 milhões de soldados, os alemães surpreenderam o líder soviético com um dos maiores exércitos de todos os tempos. O que os invasores não se atentaram era a dificuldade em invadir um país de dimensões continentais e a capacidade de resistência dos russos. Além disso, o inverno daquele ano chegou mais cedo e foi arrebatador.

Hitler mandou que os soldados aguardassem em suas posições esperando o início da primavera de 1942 para se deslocar. Foi quando eles receberam um contra-ataque russo que os afastou de Moscou e levou pânico entre os comandantes do exército alemão.

Os nazistas eram extremamente preconceituosos e racistas. Fizeram uso de medidas cruéis contra a população que vivia no Leste Europeu, pois os consideravam inferiores. Universidades e escolas foram fechadas, permitindo que apenas algumas pessoas tivessem a escolarização mínima. Havia grupos de extermínio responsáveis pela eliminação de marxistas, professores, sindicalistas, judeus, democratas-burgueses e comissários políticos.

Foram criados diversos campos de concentração que aprisionavam milhares de pessoas que eram obrigadas a realizar trabalho escravo nas piores condições. Um dos campos de concentração mais conhecido foi Auschwitz, que era capaz de matar 02 mil pessoas de uma vez na câmara de gás. Além das condições com que os prisioneiros eram tratados, os médicos alemães realizavam experiências médicas terríveis.

O médico mais conhecido por essas atrocidades foi Josef Mengele, responsável por diversas experiências com gêmeos, na tentativa de mudança da cor dos olhos em crianças, colagem de membros em pessoas amputadas e realização de cirurgias estranhas. Ele fazia experiências nos judeus, em pessoas com doenças hereditárias e nos ciganos.

Batalha de Stalingrado:

A região em que ficava Stalingrado era um importante centro fluvial e ferroviário que ligava a região do Cáucaso e Moscou. Foi por essa cidade que Hitler decidiu lançar sua ofensiva para abalar os russos. Hitler acreditava que rapidamente ocuparia a cidade, mas os dias passavam e a cidade não era ocupada pelos alemães. Os dois exércitos iam perdendo militares e o inverno ficava cada vez mais rigoroso.

A invasão da URSS fracassa e, depois da batalha de Stalingrado, o Exército Vermelho passa a avançar em direção a Berlim. No norte da África, tropas inglesas e americanas impõem nova derrota às forças do Eixo e passam a ter controle da região.

Em 1943, a Itália é invadida e Mussolini é deposto e preso. Em 06 de junho de 1944, forças aliadas desembarcam na França, no que ficou conhecido como Dia D, e fazem recuar as tropas nazistas que dominavam a região.

Finalmente, em abril de 1945, o Exército Vermelho chega a Berlim. Hitler, que estava escondido em um bunker, comete suicídio, o que culmina com a rendição alemã em 08 de maio.

Mesmo com o quadro cada vez pior, Hitler insistia que os soldados deveriam manter as posições e apelou para o caráter emocional da situação para dar ânimo aos militares. Muitos deles morreram com o frio e pela falta de comida. Essa batalha foi responsável pela rendição de uma boa parte dos soldados alemães, uma mudança drástica nos rumos da guerra e o início da queda do Nazismo.

Japão e Estados Unidos:

Até o fim de 1941 a guerra se concentrava apenas nos países europeus, mas no ano seguinte os conflitos se estenderam para países asiáticos como a China e o Japão. O Japão conseguiu conquistar alguns territórios chineses e começou a ser visto com receio por parte dos Estados Unidos. O presidente Roosevelt finalizou acordos comerciais mantidos com os japoneses, congelou créditos financeiros e embargou fornecimento de matérias-primas e petróleo.

O Japão, que já estava em Guerra contra a China desde 1937, aproximou-se da Alemanha e ocupou a Indochina. Preocupados com o avanço nipônico, os EUA

suspenderam o comércio com o Japão. Em 1941, o Japão atacaria a base naval de Pearl Harbor (EUA), forçando os EUA a entrarem na Guerra (apesar de os Estados Unidos terem assinados a Carta do Atlântico com os aliados meses antes, evitando entrar no conflito).

A opinião pública não queria que os EUA se envolvessem, mas a situação ficava cada vez mais complicada. No dia 07 de dezembro de 1941 o Japão atacou a base naval de Pearl Harbor e o país entrou de vez na guerra. O ataque causou a morte de mais de 2000 soldados e a destruição de navios e aviões da Marinha americana. Os japoneses também avançavam sobre as colônias inglesas e americanas visando enfraquecer esses países.

As bombas atômicas:

Apesar do fim da guerra na Europa, a frente de batalha do Pacífico continuou por mais alguns meses.

Para encerrar o conflito e mostrar seu poder para a União Soviética, nova superpotência que emergia com o final da guerra, os Estados Unidos lançam duas bombas atômicas no Japão, nas cidades de Hiroshima e Nagasaki, em 6 e 9 de agosto, respectivamente.

O potencial destrutivo das bombas nucleares superava todos os armamentos que haviam sido utilizados até então na história da humanidade, causando a destruição total das cidades atingidas. Até hoje, foram as únicas armas atômicas utilizadas fora de testes. Dias depois, em 15 de agosto de 1945, o Japão se rende e encerra definitivamente a Segunda Guerra Mundial.

A Itália e Alemanha também declararam guerra aos EUA, enquanto os americanos tentavam aumentar seu poder bélico e treinar seu exército. A ofensiva americana começou em 1942 e o Japão se rendeu apenas em setembro de 1945. Esse conflito foi marcado pela artilharia pesada das unidades navais e aéreas.

Dia D – Invasão da Normandia:

A conhecida Batalha da Normandia foi um conflito ocasionado pela invasão em 1944 feita pelos aliados na França (que naquele período era ocupada pelos nazistas). Em 6 de junho daquele ano o ataque ocorreu e ficou conhecido como o

Dia D. Recebeu esse nome pelo tamanho da operação que mudou os rumos da guerra. Estima-se que mais de 3 milhões de soldados chegaram pelo mar da Normandia naquele dia. Essa batalha enfraqueceu o ataque alemão, que migrou seus esforços para esse conflito e reduziu a defesa contra a União Soviética.

Paris foi dominada em setembro de 1944 e a Alemanha começou a ser invadida no fim daquele ano pelas forças aliadas. Em abril de 1945 Mussolini foi capturado e dois dias depois Hitler cometeu suicídio. Em agosto daquele ano, após o Japão se recusar a cumprir o acordo de Potsdam, os Estados Unidos atacaram as cidades de Hiroshima e Nagasaki com bombas atômicas. Dia 15 de agosto de 1945 o Japão finalmente se rendeu colocando fim a guerra.

Tratados do fim da Guerra:

Conferência de Yalta (1945) – discussão sobre a criação da ONU; divisão geopolítica do globo entre os aliados.

Conferência de Potsdam (1945) – Criação do tribunal de Nuremberg para julgamento dos nazistas; divisão da Alemanha em quatro zonas de ocupação: Inglesa, francesa, americana (mais tarde República Federal da Alemanha) e soviética (posteriormente República Democrática Alemã).

Conferência de São Francisco – Fundação da ONU, com os seguintes objetivos: Manutenção da paz e segurança internacional e busca da cooperação entre os povos.

Resultados da 2ª Guerra Mundial:

A Segunda Guerra Mundial, de uma maneira ainda mais intensa do que sua antecessora, remodelou o mundo. O terror do holocausto nos campos de concentração nazistas e das bombas atômicas marcaria o mundo dali em diante.

Instituições multilaterais, como a Organização das Nações Unidas, inspirada na Liga das Nações, surgem para mediar os conflitos internacionais e defender os direitos humanos;

A independência das últimas colônias na África e na Ásia ganha um impulso definitivo.

O mundo caminha para uma nova polarização, desta vez entre um bloco capitalista, liderado pelos Estados Unidos, e um bloco comunista, liderado pela União Soviética, dando início à Guerra Fria.

Filmes sobre a Segunda Guerra: A Lista de Schindler (1993), O Resgate do Soldado Ryan (1998), Operação Valquíria (2008), O Grande Ditador (1940).

Bibliografia consultada:

2ª Guerra Mundial - MundoEdu <https://mundoedu.com.br>

Segunda Guerra Mundial. <https://pt.wikipedia.org/wiki/Lebensraum>

Segunda Guerra Mundial <https://brasilecola.uol.com.br>

2ª Guerra Mundial: 1939 a 1945. <https://enem.com.br>

Texto-base Nº 02 (apostilado): ASPECTOS GERAIS DA PARTICIPAÇÃO DO BRASIL NA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL (1941-1945)

Derrotada na Primeira Guerra Mundial, a Alemanha foi obrigada a restituir a Alsácia e a Lorena à França, ceder as minas de carvão, suas colônias, submarinos e navios mercantes. Além disso, deveria pagar aos vencedores uma indenização em dinheiro, ficando proibida de possuir Força Aérea e de fabricar alguns tipos de armas. Era proibido também possuir um Exército superior a 100 mil homens.

Estas medidas do Tratado de Versalhes atingiram duramente a economia alemã, afligindo seu povo, que passou a nutrir um sentimento de aversão às principais potências da época. Estavam constituídos os elementos que os nazistas necessitavam para alcançar o poder. Muitas dessas restrições, sob o comando de Hitler, começaram a ser ignoradas. A Alemanha crescia e por isso necessitava de mercado para os seus produtos e de colônias onde pudesse adquirir matérias-primas.

Por outro lado, também dispostos a destruírem a ordem colonial vigente, Japão e Itália adotaram, na década de 1930, uma política expansionista contra a qual a Liga das Nações mostrou-se impotente. Cobiçando as matérias-primas e os

vastos mercados da Ásia, o Japão reiniciou sua investida imperialista em 1931, conquistando a Manchúria, região rica em minérios que pertencia à China.

Em outubro de 1935, a Itália de Mussolini invadiu a Etiópia. Em 1936, a Alemanha nazista começou a mostrar seus intencões ocupando a Renânia (região situada entre a França e a Alemanha), indo juntar-se à Itália fascista e intervir na Guerra Civil Espanhola a favor do General Franco. Neste ano de 1936, Itália, Alemanha e Japão assinaram um acordo para combater o comunismo internacional (Pacto Anti-Comintern), formalizando o Eixo Roma-Berlim-Tóquio.

Em agosto de 1939, a Alemanha e a União Soviética firmaram entre si um Pacto de Não Agressão, que estabelecia, secretamente, a partilha do território polonês entre as duas nações. Hitler se sentiu à vontade para agir, invadindo a Polônia e dando início à Segunda Guerra Mundial, que se alastrou por toda a Europa.

A crise econômica que abalou os países capitalistas após o primeiro conflito mundial revelou uma crise da democracia e auxiliou à ascensão dos regimes autoritários em muitos países da Europa. Esta crise econômica levou os países europeus a fecharem suas economias dentro de seus próprios limites, gerando um nacionalismo econômico que beneficiou os nacionalismos políticos e militares.

Os regimes autoritários encontraram respaldo na ambição coletiva, na vontade de hegemonia, principalmente na Alemanha, que iniciou a construção do regime nazista em 30 de janeiro de 1933, com a ascensão de Hitler ao poder, nomeado chanceler pelo presidente Hindemburgo. Como é percebido, Hitler chegou ao poder pelas vias legais, não havendo golpe de força, assim como Mussolini na Itália.

A marcha para a Segunda Guerra Mundial, iniciada com instalação do regime autoritário na Alemanha, seguiu as medidas políticas sociais e econômicas tomadas por Hitler, que modificaram a situação interna e externa da Alemanha. Dentre estas medidas estavam: a dissolução dos partidos; dos sindicatos; supressão das liberdades; geração de empregos; precipitação do rearmamento, contrariando o Tratado de Versalhes e a retirada da Alemanha da Conferência do Desarmamento, o que marcou uma etapa decisiva no agravamento da situação internacional.

Em março de 1935, Hitler anunciou a reconstituição da aviação militar da Alemanha e restabeleceu o serviço militar obrigatório, dispondo de material bélico mais moderno. Essa máquina de guerra está a serviço de uma política de conquistas

e de aumento territorial, que provocará uma série de crises, que culminam em 1939 com a entrada das tropas alemãs na Polônia.

As crises internacionais desencadeadas pela ação alemã sobre a Europa com as invasões aos países vizinhos iniciaram-se com a simples reassociação ao Reich das minorias de mesma língua e mesma raça, saídas da Alemanha e espalhadas por estados vizinhos, que compreendiam minorias de língua ou raça germânica: a Áustria, a Tchecoslováquia, a Polônia e a própria França, por causa da Alsácia.

Em 1935, formou-se o eixo Roma-Berlim, com a aproximação entre a Itália e a Alemanha. Neste mesmo ano, Mussolini realizou sua investida contra a Etiópia, Estado também pertencente à Sociedade das Nações. Esta agressão contra um membro da Sociedade das Nações foi reprovada pela Inglaterra, porém a França mostrou-se dividida e apesar das sanções empregadas contra a Itália, esta dominou o território da Etiópia e aproximou-se ainda mais da Alemanha. Com esta maior aproximação, a Alemanha sentiu-se encorajada a agir, tendo em vista a impotência demonstrada pelos outros países, frente ao caso da Etiópia.

Hitler já não demonstrava temor frente às democracias ocidentais e desconsiderou o Tratado de Versalhes quando atravessou o rio Reno e instalou-se nas cidades de Palatinado e da Renânia. É um acontecimento grave, que coloca o governo francês diante de um sério dilema: aceitar ou reagir.

Como a França mostrou-se confusa, perdeu a confiança e o prestígio diante de Estados aliados como a Polônia e a Bélgica que se viram sem a proteção da França, e sozinhos tentaram contornar a situação: a Polônia empenhou-se numa política de acordo com a Alemanha e a Bélgica adotou uma postura de neutralidade.

Os avanços da Alemanha sobre a Europa foram respondidos pela Inglaterra e França com a política de apaziguamento, caracterizada pela omissão diante da agressão. Aparentemente, o objetivo de tal política era o de evitar o confronto direto com o nazifascismo, mas o recrudescimento do militarismo alemão tornou inevitável o conflito.

Com a Guerra Civil Espanhola, que leva ao poder um regime autoritário, a França se viu cercada por três regimes autoritários Espanha, Itália e Alemanha, unidos por laços de solidariedade e gratidão. A guerra espanhola, que serviu de ensaio para a Segunda Guerra, contribuiu para que o bloco totalitário saísse reforçado da mesma e as democracias enfraquecidas e desacreditadas.

Enquanto se processava a Guerra Civil Espanhola, Hitler retomou as ofensivas e contou com o apoio italiano. Neste momento, o rearmamento alemão fez grandes progressos e o isolacionismo americano asseguravam a Hitler o êxito em suas conquistas.

Esta política isolacionista praticada pelos Estados Unidos no início da Segunda Guerra Mundial foi assegurada em 1937 pelo Congresso americano ao votar leis de neutralidade, segundo as quais suspenderiam relações comerciais com os países beligerantes.

Em fevereiro de 1938 a Áustria foi novamente atacada e, através de uma manobra política, Hitler conseguiu anexá-la à Alemanha um mês depois. Para contento de Hitler e desespero dos Estados europeus, nada foi feito para impedi-lo.

Ainda dentro de seus planos de agregar todas as minorias germânicas espalhadas pela Europa, Hitler voltou-se para a Tchecoslováquia, onde moravam 03 milhões de alemães nas montanhas dos Sudetos, anexando a Tchecoslováquia ao que seria o império alemão em 1938.

A França e a Grã-Bretanha continuaram indecisas e divididas, assim como a opinião pública ocidental em relação às intenções de Hitler. Muitos acreditavam no discurso de que ele não deseja outra coisa, senão a volta à mãe-pátria dos irmãos de raça e julga-o sincero, quando assegura que não terá mais nenhuma reivindicação para fazer. Neste ponto questionou-se se valeria a pena arriscar a paz e optar pela guerra.

A Conferência de Munique, proposta por Mussolini, realizou-se nos dias 29 e 30 de setembro de 1938 reuniu os chefes de governo dos quatro Estados: Alemanha, Itália, França e Grã-Bretanha. A União Soviética foi mantida fora da conferência, o que gerou um descontentamento por parte desta em relação aos países ocidentais. Nesta conferência Hitler conseguiu praticamente tudo que exigiu, a França e a Inglaterra mostraram-se fracas e incapazes de entender-se, o que desanimou seus aliados.

Em 15 de março de 1939, contrariando os compromissos firmados durante a Conferência de Munique, Hitler fez da Eslováquia um satélite da grande Alemanha, que reunia agora a Alemanha, a Áustria e a Boêmia. Mussolini também deu continuidade à sua política de expansão, invadindo a Albânia.

Para concluir seu domínio sobre a Europa Central, Hitler concentrou-se na



Fonte: www.google.com.br
Diário+de+Notícias+Brasil+vai+à+g

Polônia, que estava decidida a defender-se mesmo sozinha, mas encontrou o apoio da França e da Grã-Bretanha, que, conscientes das verdadeiras intenções de Hitler, ofereceram garantias à Polônia, Romênia e Grécia. Para garantir este apoio prometido, as democracias

ocidentais precisavam do apoio da União Soviética, para que esta lutasse na frente oriental.

Enviaram uma missão militar para acertar o acordo, porém o governo soviético fizera, paralelamente, negociações com a Alemanha, que culminaram na assinatura de um pacto germânico-soviético de não-agressão. Tal acordo previa que a União Soviética receberia sua parte da Polônia dividida, aproveitando em seguida para anexar os Estados Bálticos, reconquistar a Bessarábia e declarar guerra à Finlândia.

Em setembro de 1939, a Alemanha invadiu a Polônia. Dois dias depois a França e a Grã-Bretanha, cumprido sua palavra, entraram na guerra. Começava a Segunda Guerra Mundial, que durou quase seis anos, até abril de 1945.

Política externa e a entrada do Brasil no conflito:

No início da década de 1930 ocorreu, no Brasil, a revolução que elevou ao poder Getúlio Dorneles Vargas. A princípio, seu governo provisório teve por objetivo garantir a segurança nacional e consolidá-lo no poder. Com a crescente oposição comunista, que culminou na insurreição de novembro de 1935, Getúlio percebeu a oportunidade de manter-se indefinidamente no poder. Ocorreu em 1937 o golpe do Estado

Novo com o pretexto de livrar o Brasil da ameaça comunista. O Estado Novo era um regime ditatorial, que contava com o apoio do povo e sustentação das Forças Armadas. Em sua política externa, o Brasil desfrutava de um bom relacionamento diplomático com vários países.

Em seu quadro geral o Brasil, na década de 1930, apresentava uma economia agrária, possuindo uma pecuária inexpressiva e grande importador dos mais variados produtos, principalmente os manufaturados.

Nas forças armadas, o Brasil possuía uma Marinha de Guerra que limitava-se, quase exclusivamente "aos velhos e obsoletos encouraçados 'Minas' e 'São Paulo' e a Aeronáutica, ainda vinculada às forças de terra e mar, mal começava a nascer.

Ao iniciar-se a Segunda Guerra Mundial, o Brasil adotou uma frágil política de neutralidade, na qual o governo brasileiro não demonstrava intenções de definir um posicionamento firme no jogo da balança que chegou a pender para o lado germânico.

O próprio Chefe de Estado, Vargas era tido como simpatizante da Alemanha, existindo inúmeras análises que relacionam o governo Vargas com o regime nazifascista europeu, principalmente após o Golpe do Estado Novo. As relações entre estes regimes, baseiam-se no caráter anticomunista, antissemita e antidemocrático do governo Vargas.

Além destas características, a aproximação do governo Vargas com o Führer alemão e com o Duce italiano tem acirrado as discussões sobre a entrada do Brasil na Guerra ao lado dos chamados Aliados, que além de ostentarem regimes politicamente distantes do varguísmo, aliaram-se aos clássicos inimigos do governo brasileiro, os comunistas, na figura da URSS.

Desde 1933 a diplomacia americana adotou uma postura de substituição da antiga doutrina de Monroe pela cooperação, nos mesmos propósitos de defesa e auxílio recíproco das Repúblicas do continente.

Apesar dos inúmeros acordos assinados entre o Brasil e as nações americanas, por ocasião de conferências, esta posição de neutralidade começou a mudar após o ataque à base norte-americana de Pearl Harbor, no Pacífico, em 7 de dezembro de 1941, quando forças japonesas atacaram os americanos e no dia seguinte o governo brasileiro manifestou seu repúdio a tal ataque, solidarizando-se com os Estados Unidos.

O ataque a Pearl Harbor provocou a Terceira Reunião de Consultas dos Ministros das Relações Exteriores das nações americanas em 15 de janeiro de 1942, presidindo-a o chanceler Oswaldo Aranha. Em decorrência das conclusões desta reunião e atendendo às recomendações do chanceler Oswaldo Aranha, em 28

de janeiro, o Brasil rompeu relações diplomáticas com o Japão e conseqüentemente com a Alemanha e a Itália, os países do chamado Eixo do mal.

Esta atitude de apoiar as nações aliadas rendeu ao Brasil manifestações de retaliação por parte do Eixo. O Oceano Atlântico tornou-se área de fácil penetração



Fonte: www.google.com.br
DiáriodeNotíciasBrasilvaiàguerra

pelos submarinos alemães e italianos, que iniciaram uma série de ataques aos navios da Marinha Mercante Brasileira.

Em 22 de agosto de 1942, o Brasil declarou guerra ao Eixo, após alguns dias de intensos protestos da população com o afundamento, em cinco dias, de seis navios na costa brasileira por submarinos de guerra alemães, matando mais de seiscentas pessoas.

Durante período da guerra 35 navios brasileiros foram afundados, causando a morte de 1081 pessoas.¹⁰⁵

Os primeiros ataques à nossa Marinha Mercante ocorreram quando o Brasil ainda se mantinha neutro no conflito europeu. Em 22 de março de 1941, no Mar Mediterrâneo, o Navio Mercante (NM) Taubaté foi metralhado pela Força Aérea alemã, tendo sido avariado apesar da pintura em seu costado da Bandeira Brasileira. Com a entrada dos Estados Unidos da América naquele conflito, os submarinos alemães passaram a operar no Atlântico ocidental, ameaçando os navios de bandeiras neutras que tentassem adentrar portos norte-americanos.

A primeira perda brasileira foi o NM Cabedelo, que deixou o porto de Filadélfia, nos Estados Unidos, com carga de carvão, em 14 de fevereiro de 1942. Naquele momento ainda não existia o sistema de comboios nas Antilhas. O navio desapareceu rapidamente sem dar sinais, podendo ter sido torpedeado por um submarino alemão ou italiano. Ele foi considerado perdido por ação do inimigo, uma vez que o tempo reinante era bom e claro.

Os ataques à frota mercante mobilizaram a população brasileira que saiu às ruas, exigindo providências por parte do governo.

¹⁰⁵ RODRIGUES, Luiz Antonio. **O AFUNDAMENTO DE NAVIOS E OS PROTESTOS DE RUA NO BRASIL DURANTE A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL: ESTRANGEIROS NA MIRA DA IMPRENSA.** Universidade Federal de Juiz de Fora. ANPUH – Brasil - 30º simpósio nacional de história - Recife, 2019. Disponível em: <https://www.snh2019.anpuh.org> visitado em 20/07/2021 às 17:30.

Em agosto de 1942, sob o pretexto do afundamento de navios, o Brasil declarou guerra ao Eixo, episódio este que levaria à montagem da Campanha da Itália da Força Expedicionária Brasileira (FEB), que enviou à Europa 25.334 soldados. O Brasil não foi o único país, na América Latina, a demorar em suas decisões a favor dos Aliados – o México em maio de 1942, o Chile em janeiro de 1943 e a Argentina, janeiro de 1944. Este atraso na decisão de alguns países latinos é atribuído às expectativas que os mesmos, sob a égide de regimes autoritários, alimentavam neste momento pela confirmação das transformações internacionais no que abrange os laços de dependência que os ligavam a outras nações.

Neste sentido podemos afirmar que devido às pressões norte-americanas os países latino-americanos romperam as relações com o Eixo. Para os Estados Unidos, o posicionamento de neutralidade era impensável num país de importância estratégica como o Brasil.

A realização da conferência no Rio de Janeiro, em 1942, que reuniu representantes de 21 repúblicas americanas, pôs fim às preocupações norte-americanas em relação ao Brasil. Esta conferência recomendou a ruptura diplomática com a Alemanha, Itália e Japão, reconheceu unanimemente que a agressão cometida contra os Estados Unidos constituía um ato de agressão contra todas as demais repúblicas americanas, recomendou ruptura de todas as relações comerciais e financeiras, diretas ou indiretas, enquanto durasse a guerra, além de rígido controle nos meios de comunicação e fiscalização das atividades dos nativos do Eixo, o que fora feito, por que alemães italianos e japoneses que moravam no Brasil sofreram ataques e prisões, inclusive no Estado do Pará.

Desde a realização da Conferência do Rio de Janeiro até o envio de efetivos militares brasileiros para guerra na Europa passaram-se quase dois anos. Além disto, exceto o México e o Brasil, os demais países da América Latina não enviaram efetivos para as frentes de guerra. Na realidade existiram, em relação às nações americanas, formas diferenciadas de participação na guerra.

A primeira forma de participação foram os trabalhos de expansão das bases aéreas e navais em vários pontos estratégicos, como na região do Canal do Panamá e no nordeste e norte brasileiro, temendo-se uma invasão por parte do Eixo. No caso do Brasil, foi construídas pelos Estados Unidos quatro bases em Natal, Recife, no Amapá e no Pará, no caso aqui em Igarapé-Açu.

Em reunião, realizada em 28 de janeiro de 1943, em Natal, o governo brasileiro decidiu enviar tropas para o exterior, onde, ao lado dos países aliados, participariam diretamente do conflito combatendo contra as forças do Eixo.

Ainda nesta forma de participação criou-se uma campanha submarina no Atlântico Sul. Além de outros países, o Paraguai participou enviando um grupo de oficiais aviadores da Arma Aérea Paraguay para conjuntamente com a FAB (Força Aérea Brasileira) patrulharem as águas do Atlântico Sul, através de patrulhas aéreas e navais.

Uma segunda maneira de envolvimento do Brasil na guerra ocorreu através do fornecimento de recursos naturais destinados a suprir as necessidades bélicas aliadas. As nações americanas vieram em auxílio dos aliados. Foram realizados acordos para a produção de borracha, fibras, metais, quinina, inseticidas, estanho, cristais de rocha, mica, petróleo entre outros.

A terceira forma de participação do Brasil foi a defesa interamericana, eliminando os interesses do Eixo nas linhas de aviação comercial sul-americana; controlando a propriedade dos súditos na região, com medidas para cercar as operações comerciais e financeiras das firmas pertencentes aos nativos de países do Eixo.

Fonte: <https://www.google.com/search?q=Brasil>



Soldado pracinha brasileiro na Segunda Guerra Mundial.

A quarta forma de participação se deu através da cooperação com obras de assistência econômica e humanitária para amparar vítimas dos muitos anos de guerra. A quinta forma de cooperação do Brasil 2ª Guerra e que é mais conhecida foi o envio de forças combatentes. As participações efetivas foram as do Brasil e do México. Outras nações contribuíram com o envio de participantes para se alistarem em forças combatentes dos EUA.

Mesmo antes da declaração oficial de guerra do Brasil ao Eixo, foram tomadas algumas medidas, A FAB (Força Aérea Brasileira), ainda em fase de organização, começou a atacar submarinos alemães que vinham torpedeando navios brasileiros; foi instalada uma base militar em Natal e foram estabelecidas ligações militares com os EUA: a marinha brasileira, a partir de setembro de 1942, passou a ser comandada pelo almirante norte-americano Jonas Ingran.

Fonte: <https://www.google.com/search?q=Brasil>



Uma cobra fumando, símbolo dos soldados brasileiros na Segunda Guerra Mundial.

A Força Expedicionária Brasileira (FEB) foi organizada nos meses de janeiro a maio de 1944. Seu lema, bem como o seu símbolo era: "A cobra está fumando". Em julho de 1944, a FEB partiu para a Europa, com um efetivo de 25.334 homens comandados pelo general João Batista Mascarenhas de Moraes. O Brasil serviu ao lado do V Exército norte-

americano, sob o comando do general Mark W. Clark.

Ao contrário do México que atuou no Pacífico, a FEB combateu na Itália, onde participou de algumas vitórias aliadas como, por exemplo, Monte Castelo, Castelnuovo e Collechio. A área de atuação da FEB envolvia, além das já citadas, as localidades de Montese, Zocca, Monte Prano, Camaiore (locais de batalha) e Pisa, Pistóia, Florença (locais de preparo e passagem). Em consequência da guerra, 454 soldados brasileiros morreram e foram enterrados no cemitério da cidade italiana de Pistóia. Os combatentes voltaram ao Brasil após o término da guerra na Europa em maio de 1945.

Texto-base N° 03 (apostilado): ASPECTOS GERAIS DA PARTICIPAÇÃO DO PARÁ NA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL (1941-1945)

No Estado do Pará, a Segunda Guerra foi percebida de maneira direta, apesar de estar geograficamente longe do conflito, de diversas maneiras, tais como:

- O Desabastecimento e a Carestia dos Preços dos Alimentos:

A carestia dos preços e a falta de alimentos básicos durante a Segunda Guerra na cidade de Belém e no Pará como um todo, em maior ou menor grau, foi sentida pela população de todas as classes e níveis desde os mais abastados até os mais pobres e acreditamos que isto tenha se manifestado de forma mais intensa ou menos intensa nas dezenas e dezenas de cidades do Estado do Pará.

Quando falamos de Estado do Pará na Segunda Guerra Mundial, nossas informações veem principalmente das coisas ocorridas neste período na capital, Belém, posto que a cidade de Belém, embora distante dos campos de batalha, foi afetada no seu cotidiano pelos efeitos da Segunda Guerra Mundial.

Os primeiros problemas foram sentidos com relação ao desabastecimento e a carestia dos preços dos produtos básicos de alimentação e pela dificuldade de transporte marítimo e aéreo dos quais dependiam a importação de alimentos de outros estados e países para o Pará, que foram interrompidos ou se tornaram intermitentes em razão da guerra e dos riscos de ataques alemães ao Brasil, assim como ficou mais difícil a entrada de alimentos no Pará, houve carestia e desabastecimento como relatam muitos moradores antigos de Belém e de outras cidades deste Estado para pesquisadores da Segunda Guerra no Pará.

Os moradores de Belém abraçaram os esforços de guerra, como o racionamento de combustíveis, tecidos, metais e, principalmente, de gêneros alimentícios. Pão, carne, sal e açúcar, por exemplo, só poderiam ser comprados com cupons.

O governo confiscava comida para alimentar as tropas, os moradores só podiam ir para as mercearias com uma caderneta. Cada item comprado era marcado. Quando ela era preenchida, o consumidor não poderia mais levar qualquer produto.

A energia elétrica da cidade era desligada à noite, para a realização de treinamentos. Os paraenses também aprenderam táticas de sobrevivência, como ações recomendáveis em caso de ataques aéreos nazistas.

Houve até campanhas de arrecadação de cigarros para os soldados que lutariam na Itália. Os relatos dos moradores antigos de Belém e de outras cidades, que são remanescentes da Segunda Guerra Mundial, dizem que havia imensas filas para comprar leite, carne, açúcar, pão, feijão... Faltava de tudo, a guerra provocou uma situação de carência, até mesmo para as famílias que tinha recursos. Quem podia mandava trazer rapadura do interior para adoçar o café, por exemplo.

Os idosos da época da Segunda Guerra no Pará, relatam que os comerciantes preferiam vender o pouco que chegava para os americanos que estavam em Belém e em outros lugares, porque eles pagavam mais caro, também compravam os soldados do exército brasileiro e por último é que era liberado para a população comprar em Belém os produtos que chegavam e não havia o suficiente

para todo mundo. As pessoas tinham que ficar a noite toda ou pelo menos desde a madrugada na frente dos estabelecimentos para conseguir comprar um pouco de carne e açúcar.

Faltavam os produtos básicos para população em razão da guerra, da dificuldade dos transportes marítimo e aéreo devido os riscos de ataque inimigo e também faltaram alimentos por que milhares de trabalhadores agrícolas deixaram de produzir em seus lotes familiares para ingressar entre os Soldados da Borracha.

O Japão, havia ocupado as regiões do Ceilão e da Malásia que antes produziam látex que abastecia os Estados Unidos e a Europa com matéria-prima para produção de produtos de plástico e borracha e agora a Amazônia, incluindo o Pará, deveriam fornecer látex para os países aliados dentro de um grande esforço de guerra e isto certamente contribuiu para diminuição da produção de alimentos na agricultura familiar paraense.

Viviam-se assim, tempos de carestia, provocados pela falta de alimentos, pois 2/3 dos gêneros alimentícios eram importados do sul e sudeste. A produção pecuária e agrícola encontrava-se nas mãos de poucos, devido à carência de mão de obra, pois os trabalhadores embrenhavam-se pelos seringais, a fim de produzir o látex necessário aos esforços de guerra.

Os gêneros alimentícios logo se esgotavam. Comerciantes escondiam feijão manteiga, café e açúcar para majorar os preços.

Em Belém foram criados cartões de racionamento que foram então distribuídos aos chefes das famílias recenseadas com cupons para a aquisição de carne verde, de porco ou vísceras, duas vezes por semana.

Chegava a haver brigas e constantes tumultos em açougues e supermercados entre as pessoas para conseguir adquirir alimentos. Para se ter uma ideia de como Belém sofreu desabastecimento na Segunda Guerra mundial, houve um período no qual, durante três meses nenhum navio encostou trazendo mercadorias

Além da questão dos alimentos, a população em Belém e no Pará sentiu os efeitos da guerra pelo toque de recolher e no caso de Belém, havia também os treinamentos, as simulações do que a população deveria fazer em caso de ataque aéreo dos países inimigos, Alemanha Itália ou Japão.

Os ensaios eram assim, tão logo as sirenes apitavam, dando o alarme, as casas, o comércio, as escolas fechavam e todos tinham que ficar alertas.

As autoridades brasileiras tratavam de preparar a população para os ataques, cabendo à Defesa Civil simular as investidas inimigas à cidade de Belém, mobilizando o povo para possíveis investidas dos inimigos de guerra. As sirenes soavam, as lojas fechavam, carros apitavam, as pessoas procuravam locais mais seguros para se abrigarem e os aviões americanos vindos das Antilhas faziam vôos rasantes sobre a cidade, dando uma pálida ideia do que seria um ataque aéreo alemão.

Havia também simulação de ataque inimigo a noite. Havia ronda das patrulhas noturnas para descobrir informantes alemães, japoneses e italianos em transmissões clandestinas de rádio que denunciassem a movimentação das tropas da FEB em Belém. O policiamento da cidade era realizado pela polícia local e estrangeira. Ao toque de recolher, mendigos, bêbados, loucos, prostitutas, marginais e menores eram recolhidos para manter a ordem e o controle do espaço urbano.

As manifestações antialemãs, anti-italiano e antinipônica eram constantes. Proliferaram as manifestações contra os estabelecimentos comerciais e residências de pessoas de origem japonesa, alemã e italiana, que viviam na cidade. Faziam uma terrível pressão emocional sobre o povo, colocando a Itália e Alemanha como bárbaros e criou-se na mentalidade popular um ódio ao alemão, ao italiano e ao japonês.

Os soldados da Borracha foi outra maneira do Estado do Pará sentir a Segunda Guerra.

- Os soldados da Borracha:

A deflagração da segunda guerra mundial e a conseqüente ocupação dos seringais asiáticos pelo Japão, abrem novas possibilidades para a exploração do látex, componente básico da indústria bélica.

Os Estados da Amazônia incluindo, o Pará, deveriam produzir látex para os países aliados, neste sentido como trabalhadores braçais, milhares de nordestinos transformavam-se na Amazônia em soldados da borracha, sob o slogan *“para ganhar a guerra é preciso ganhar a batalha da borracha”*, são celebrados os Acordos de Washington em 1942, entre órgãos federais brasileiros e norte-americanos para financiar a produção de borracha na Amazônia, produzindo-se, em 1944, 30.000 toneladas de borracha.

Estima-se em 25.000, o número de trabalhadores encaminhados para a Amazônia e até hoje, muitos destes combatentes da selva reivindicam tratamento igual aos ex- combatentes da FEB.

- As prisões de alemães italianos e japoneses no Pará:

Outra maneira da Segunda Guerra Mundial se manifestar no Pará, foram as prisões dos chamados cidadãos do eixo, que eram alemães, japoneses e italianos que foram presos no Brasil e em Belém, suspeitos e muitas vezes diretamente acusados de serem quinta colunistas, ou seja, espiões infiltrados no Pará, nas cidades, no meio da população para dar informações aos inimigos e as medidas tomadas no Pará contra japoneses, italianos e alemães foram duras tais como prisões, confisco dos bens e cassação dos direitos.

Por exemplo, no ano de 1942, o governo baixou o Decreto-Lei nº 4.701, que proibia a venda de rádio ou peças de rádio, ou qualquer instrumento de comunicação aos cidadãos do Eixo.

Alemães, italianos e japoneses podiam ser presos só por falar em sua língua em público ou nas escolas e além de presos teriam seus bens confiscados, havia os rumores e o medo de Belém ser invadida, diziam que era uma degeneração dos paraenses se misturarem com japoneses, diziam que os japoneses estavam disfarçados entre os paraenses como colonos, agricultores, que alemães e italianos também se disfarçavam de mendigos, de moradores de rua, engraxates, agricultores, comerciantes e horteiros ambulantes no Pará para espionar e mandar informações para o inimigo.

Havia uma política do medo criada pelo governo paraense através da Rádio Clube e dos jornais a Folha do Norte, o Estado do Pará, a Vanguarda, a Folha da Tarde e outros meios de comunicação contra alemães, italianos e japoneses. No horário das 21 horas e 30 minutos eram reservados às notícias de guerra.

A regra era que em todos os dias da semana, de segunda à sexta-feira, as pessoas poderiam ouvir as notícias referentes aos últimos acontecimentos da guerra na Rádio Clube de Belém.

O governo paraense criou um campo de confinamento, um campo de concentração na cidade de Tomé-Açu para prender os cidadãos do eixo.

No cinema, nos jornais impressos, no rádio, teatro, na música e na literatura de cordel, a população era o tempo todo bombardeada com informações e sentimento ante nazifascistas.

Em meio à Segunda Guerra Mundial, uma área policiada enclausura dezenas de famílias estrangeiras. Falar seus idiomas nativos é garantia de punição. Reuniões são proibidas; as correspondências, censuradas. Toques de recolher e racionamento de energia regem o cotidiano de supostos colaboradores dos países inimigos. O endereço deste campo de concentração é a Vila de Tomé-Açu, no Pará.

Em 17 de abril de 1942, os japoneses perderam o direito aos seus bens, por meio de uma declaração de caducidade e a vila de Tomé-Açu, às margens do rio Acará foi isolada. Nascia o Campo de Concentração de Tomé-Açu. As detenções ocorriam ao mesmo tempo em que a Força Aérea dos EUA instalou bases aeronavais em Belém, Igarapé-Açu, Pernambuco e Amapá, de onde os aliados partiam para Europa, Ásia e África. Segundo o jornal “O Estado do Pará”, a colônia de Tomé-Açu servia como campo de concentração dos cidadãos do Eixo, supostamente nocivos à segurança nacional.

Boa parte das 49 famílias que viviam na região de Tomé-Açu, à época, eram de agricultores e tinham pouco conhecimento sobre os combates que ocorriam em sua terra natal. Mesmo assim, foram considerados prisioneiros de guerra, termo geralmente usado para militares apreendidos em combate, mas que, naquele momento, também foi usado para civis. Os números são imprecisos, porém estima-se que, durante os seus três anos de existência do campo, cerca de 480 famílias de japoneses, 32 de alemães e alguns italianos foram parar ali.

A viagem de Belém até a vila, que ficava na Ilha de Aracá, era feita de barco a vapor e durava de 15 a 18 horas, o campo de concentração de Tomé-Açu funcionou entre 1943 e 1945.

Em todo o Brasil foram feitos 11 campos de confinamento ou como alguns denominam campos de concentração, mais que não passavam nem perto dos horrores dos campos de concentração da Europa e como era o campo de confinamento de Tomé-Açu?

Ao longo da história, campos de concentração assumiram diversas formas. No caso de Tomé-Açu, a própria comunidade de japoneses foi cercada e transformada em campo de confinamento, não foi construída uma prisão para onde foram mandados os japoneses, a própria comunidade virou prisão e passou a

receber japoneses de outras cidades e até de outros estados que ficaram nas casas de outros japoneses dentro da vila confinada, a colônia de imigrantes foi isolada dentro do perímetro do campo. As casas, o hospital e outras construções comunitárias foram, do dia para noite, subordinados ao poder do Estado.

Como era um vilarejo praticamente perdido na Amazônia, cujo único acesso era feito por barco, no momento em que o Estado controlou a embarcação, a comunidade acabou ficando isolada. Muitos dos imigrantes forçados a se deslocar não eram obrigados a ficar reclusos em celas, porém também não tinham onde se alojar ou se alimentar, sendo hospedados por outros nipônicos já que eram moradores de Belém e outras cidades e não tinham casa na vila, na colônia japonesa de Tomé-Açu.

Assim, o campo se estruturou como uma verdadeira cidade. A vigilância e a segurança eram garantidas por um destacamento militar, sob a administração do capitão João Evangelista.

A rotina no campo de Tomé-Açu era de privações, apesar de não se comparar à dos campos de extermínio da Alemanha nazista, houve o confisco de bens dos imigrantes. Livros, aparelhos de rádio, armas e embarcações foram levados por autoridades brasileiras, que, por vezes, usufruíam desses bens em benefício próprio.

Cortar a comunicação dos imigrantes do Eixo com o mundo exterior era uma prioridade do governo brasileiro. Correspondências eram censuradas nas agências de correio de Belém e, se havia denúncia de que alguém estava ouvindo a rádio do Japão, por exemplo, certamente a polícia bateria na porta daquelas pessoas e elas teriam sérios problemas.

Tampouco era permitido se reunir com os outros habitantes do campo. “Se três de nós estivéssemos juntos, já vinha alguém para repreender”, dizem japoneses idosos da época. As pessoas eram vigiadas diariamente pelas forças policiais locais para não se comunicarem umas com as outras.

Caso fossem pegadas com tal prática, seriam penalizadas”, explica Elton Sousa, professor e pesquisador da Universidade Federal do Pará (UFPA) e coautor do livro e documentário *por terra, céu e mar: histórias e memórias da Segunda Guerra Mundial na Amazônia*.

O dia a dia no campo de Tomé-Açu era de restrições de locomoção e de comunicação, os imigrantes se dedicavam à subsistência do campo, de acordo com

normas de trabalhos braçais estipuladas pelo governo, tinha quem trabalhasse na marcenaria, na carpintaria, na agricultura etc... O campo também sofria com o racionamento de energia e às 21: 00 horas, soava o toque de recolher.

A clausura durou até 1945, quando os campos foram extintos após a decretação do fim da guerra. Mas as consequências do período de perseguição perduraram por décadas, estigmatizados e empobrecidos, muitos imigrantes tiveram dificuldade para conseguir empregos ou tocar negócios próprios.

Depois que acabou a guerra, o governo liberou essas pessoas como se não tivesse tido responsabilidade nenhuma pela desmontagem da vida delas, elas não voltaram para seus países de origem, porque já eram imigrantes estabelecidos no Brasil ou não tiveram condição de retorno para o Japão.

Combatalida pelo período de reclusão, a Tomé-Açu do pós-guerra oferecia poucas perspectivas para os colonos, razão pela qual, muitos deles deixaram a região e foram para Belém, São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná.

Alguns anos mais tarde, entretanto, a cidade decolou economicamente com o boom da pimenta-do-reino, chegando a ser a maior produtora mundial da commodity com muitos japoneses ficando ricos.

Bibliografia consultada:

A história do Campo de Concentração na Amazônia criado durante a Segunda Guerra Mundial. Disponível em: <https://portalamazonia.com/amazonia>

ANPUH – XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – São Leopoldo, 2007.

Campo de concentração na Amazônia durante 2ª Guerra. Disponível em: www.org.br › anais › category-ite

MIRANDA, Antônio Batista de. **Guerra...Memórias...Destino.** Belém: Gráfica Sagrada Família, 1998.

REPRODUÇÃO DO LIVRO POR TERRA, CÉU E MAR: HISTÓRIA. Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/campo-de-concentracao-na-amazonia>

RODRIGUES, Vernize. **Memórias de Guerra em Belém Antiga.** Associação Nacional de História – ANPUH XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – 2007

Texto-base N° 04 (apostilado): IGARAPÉ-AÇU NA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

O texto a seguir, discorre sobre as manifestações da Segunda Guerra no município de Igarapé-Açu, tendo como foco a base aéreo-militar norte-americana construída nesta cidade durante aquele conflito, bem como a interação da população da cidade com os soldados norte-americanos.

A população de Igarapé-Açu na década de 40, sentiu as manifestações da Segunda Guerra Mundial em sua localidade, não pelos conflitos armados diretos, mas por outros dois elementos:

01) O AUMENTO DOS PREÇOS E FALTA DE PRODUTOS BÁSICOS:

Em razão dos vários anos que já durava a Segunda Guerra, houve a diminuição na oferta de alguns alimentos básicos necessários à população como açúcar, trigo, café e carne e outros. Exemplo disso é que as pessoas tinham que adoçar o café com caldo de cana ou rapadura e muita gente teve que trocar o café por chá de erva doce na cidade. Em razão do conflito mundial, faltou o trigo e o pão ficou muito caro por isso as pessoas trocaram o pão no café da manhã por cuscuz e batata doce.

Na própria capital, havia um cartão de controle, dizendo a cota que as pessoas podiam comprar dos produtos alimentícios em falta devido à guerra. Em Belém as pessoas ficavam na fila do açougue das 05 até 09 horas da manhã para conseguir comprar bucho de boi, então tudo isto se refletia também em desabastecimento aqui em Igarapé-Açu, além do alto custo das coisas que chegavam. Não apenas em Igarapé-Açu, mais todo o Estado do Pará passava por um sério problema de abastecimento de alimentos em virtude da guerra.

Isto ficou evidenciado, por exemplo, no relatório do Interventor Magalhães Cardoso Barata à Presidência da República, sobre os “Problemas Fundamentais” do Estado do Pará no ano de 1944, no qual é perceptível a preocupação do governo do Estado com o desabastecimento em razão do conflito mundial, dizia o governador:

(...) O problema do abastecimento deste Estado tem sua solução condicionada à regularidade dos transportes da cabotagem nacional. O bloqueio das nossas costas veio criar para nós, na intermitência dos

carregamentos e na insuficiência das toneladas disponíveis, uma situação de carência alimentar sem precedente na nossa história.

Tudo tivemos de fazer para neutralizar os efeitos dessa crise de transporte e de falta de suprimentos necessários, ao enfrentarmos condições inelutáveis que impossibilitavam qualquer esforço pela enorme desproporção entre as nossas necessidades reais e aquilo que podíamos produzir para nos abastecer. (...) ¹⁰⁶

Como se observar, o problema do abastecimento já preocupava o governo de Magalhães Barata, pois muitos produtos necessários à população já não eram encontrados em todo o Estado do Pará e em Igarapé-Açu, por exemplo, fazia-se fila para se comprar a carne bovina e a carestia assolava a população mais carente, problema que não estava presente só no interior do Estado mais, também na capital. Nesse sentido, a professora e pesquisadora da UFPA (Universidade Federal do Pará), Edilza Fontes enfatiza no livro *O Pão Nosso de Cada Dia* que:

A prática da população pobre de Belém também apresentava suas estratégias de sobrevivência expressas nas formas de convívio dos bairros periféricos que permitiam que grupos de senhoras saíssem de madrugada para pernoitar na porta dos mercados, ou até mesmo dormir, passar a noite, com o objetivo de garantir a alimentação. ¹⁰⁷

Em Igarapé-Açu ainda existia outro agravante, naquele período havia muita gente pobre e que por isso sentia muito mais o desabastecimento e a carestia dos alimentos em razão da Segunda Guerra, sendo comum para os moradores do entorno da área da base, reaproveitarem coisas jogadas pelos soldados norte-americanos no lixão da base, tais como restos de madeira, cama, lona, caixa de papelão, armários velhos etc... Chegando esta prática, a ser tão comum que recebera o nome de “fazer o xeem” pelos moradores do bairro da base.

Esta foi a primeira maneira da população de Igarapé Açu sentir os efeitos da Segunda Guerra Mundial em nossa cidade por meio da carestia dos preços e da falta de alimentos básicos em razão da guerra e a segunda maneira foi pela presença dos americanos e de uma base aérea que se instalou nesta localidade.

¹⁰⁶Relatório ao Senhor Presidente da República pelo Coronel Joaquim de Magalhães Cardoso Barata (Interventor Federa: Problemas Fundamentais – Ideias do Governo – Administração, prestação de contas) Pará – 1944. APUD LIMA, Antônio. Monografia apresentada ao Curso de graduação em História da universidade Federal do Pará para obtenção de grau de Bacharel e licenciado em História. Guerra e Memória: O cotidiano em Igarapé-Açu durante o período de 1943 a 1945. p.33.

¹⁰⁷ FONTES, Edilza Joana Oliveira. **O Pão Nosso de Cada Dia (Um estudo sobre Padeiros e Forneiros em Belém – Pará nos anos de 1940 e 1954)**. Dissertação de Mestrado apresentado ao Curso de Mestrado em Historia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Campinas – S.P., 1993, p.223. APUD Lima, Antônio. Monografia apresentada ao Curso de graduação em História da universidade Federal do Pará para obtenção de grau de Bacharel e licenciado em História, Guerra e Memória: O Cotidiano em Igarapé-Açu durante o período de 1943 a 1945. p.34.

02) A BASE AÉREA, A PRESENÇA DOS AMERICANOS E OS ZEPPELINS:

A segunda maneira de a população de Igarapé-Açu, sentir os efeitos da Segunda Guerra Mundial, localmente foi a construção da base aérea, os sobrevoos diários do dirigível zeppelin, fazendo o patrulhamento da costa marítima brasileira ali por Maracanã e Salinas para detectar a presença de inimigos alemães e italianos ou japoneses que pudessem atacar o norte do Brasil por mar e a presença de aproximadamente 200 soldados da marinha de guerra americana que estiveram na

Primeiro pavilhão da base aérea de Igarapé-Açu.



Fonte
a configuração espaço-temporal da base aérea de Igarapé <http://www.revistageopolitica.com.br>

cidade por quatro anos entre 1942 e 1945.

A base militar de Igarapé-Açu tinha por finalidade o patrulhamento e vigilância do Atlântico Sul. Em 1942, efetivamente se dá a vinda e instalação dos norte-americanos na base militar de Igarapé-Açu e um dos motivos para se ter escolhido Igarapé-Açu para a construção de uma base naval aéreo-militar, foi que por aqui passava a ferrovia Belém-Bragança, por onde se fazia todo abastecimento de Igarapé-Açu e da própria base

aérea, possibilitando a circulação de pessoas, mercadorias e informações, além do transporte de alimentos, materiais bélicos, oficiais de comando e soldados dos EUA.

Segundo relatos de moradores antigos de Igarapé-Açu, havia o medo da guerra realmente chegar até suas casas, a tensão e o temor ficaram explicitados a partir do momento em que os militares estadunidenses começaram suas atividades de patrulhamento partindo em direção ao litoral (Salinas) com o dirigível Zeppelin e também por que a população lia sobre a guerra no jornal Folha do Norte e ouvia notícias do conflito pelo rádio.

Mas e por que instalar uma base aérea americana aqui em Igarapé-Açu na Segunda Guerra?

O motivo maior foi que o Brasil entrou na Segunda Guerra Mundial, do lado dos aliados liderados pelos Estados Unidos, após Alemanha afundar cinco navios brasileiros, matando 600 pessoas, o que começou a ocorrer há apenas um mês

após o rompimento diplomático do Brasil com as potências do eixo em 28 de janeiro de 1942.

A Alemanha, afundava navios da marinha brasileira, tanto em águas internacionais como dentro do próprio Brasil, portanto havia a necessidade de maior vigilância pela Força Aérea Brasileira contra a presença de inimigos em mares brasileiros, mas aqui no norte e Nordeste do Brasil só havia duas bases aéreas, uma em Belém e outra em Fortaleza, sendo necessária a construção de novas bases aéreas.

Neste sentido, foram feitas mais três bases, uma em Igarapé Açu, outra do Amapá e outra em Pernambuco para impedir que os alemães nos atacassem ou invadissem o Brasil por essas regiões.

Cabe mencionar que foi só na Segunda Guerra que Brasil passou a ter uma força aérea, chamada de FAB. A FAB (Força Aérea Brasileira) criada no período deste conflito bélico mundial, assumiu, um ano e meio após sua formação, a difícil missão de patrulhar a costa brasileira, tarefa que teria que desempenhar com segurança e perícia, apesar de ser uma instituição jovem e sem equipamentos aéreos adequados para combate.

Outros motivos para haver uma base aérea em Igarapé-Açu na Segunda Guerra é que segundo Aluízio de Freitas, memorialista de Igarapé-Açu:

A opção feita por Igarapé-Açu deu-se em função de apresentar boas condições geográficas e meteorológicas, e principalmente, por se tratar de uma cidade com 50 metros de altitude, sendo esta a altitude máxima da microrregião Bragantina (...). O governo brasileiro, juntamente com o governo norte-americano, preocupados com os nazistas em pôr a pique (naufragar) navios brasileiros, decidiram elaborar um plano que pudesse dar maior segurança ao continente americano. Entre as medidas adotadas, uma era a construção de três estações (bases) de operação de blimps ou zepelins, uma no estado do Amapá, outra no estado de Pernambuco e a terceira no estado do Pará, sendo esta em Igarapé- Açu, localizado na zona bragantina, aproximadamente 113 Km de Belém.¹⁰⁸

As “boas condições” as quais se refere Aluízio de Moraes, do município de Igarapé-Açu, estão relacionadas com alguns fatores favoráveis que a localidade apresentava para a instalação desta base militar que eram, a altitude do município e a ferrovia Belém – Bragança utilizada para o envio e recebimento de mantimentos, munições, soldados e oficiais, militares de toda ordem que desembarcavam no

¹⁰⁸ FREITAS, Aluízio Moraes de. **Memória de Igarapé-Açu**. Belém: Supercores, 2005, p. 75

aeroporto de Val-de-Cães, em Belém, e destinavam-se a base militar norte-americana localizada em nosso município.

Pista retilínea de pouso e decolagem da base aérea de Igarapé-Açu, tendo 800 metros de comprimento.



Fonte: a configuração espaço-temporal da base aérea de Igarapé <http://www.revistageopolitica.com.br>

Além do que, o próprio governo brasileiro, já pensava a Amazônia como um ponto fraco de defesa e suscetível a ataques inimigos, sendo necessário fortalecer as defesas aqui, o que seria feito com a construção desta base militar em parceria com os Estados Unidos. Também, havia o receio por parte dos EUA, de que os alemães, a partir da África Ocidental, pudessem usar a região nordeste do Brasil, via Guianas, atingir a América do Norte.

Com os ataques nazistas a nossa marinha e o alinhamento com os Estados Unidos, o Brasil entra na guerra e permite a instalação de três bases de dirigíveis no Amapá, Pará e Pernambuco, em versão bélica, no período de 1943 a 1945. Neste cenário belicista, a Base Aérea de Igarapé-Açu foi essencial para ajudar no patrulhamento não só do litoral norte-nordeste brasileiro, mas também por monitorar através de dirigíveis conhecidos como “zeppelins” e/ou “blimps”, a foz do rio Amazonas e o Atlântico Sul brasileiro.

O Brasil também tinha seus interesses na parceria com os Estados Unidos que eram o aparelhamento do exército nacional, bem como o financiamento para a construção da Companhia Siderúrgica Nacional em Volta Redonda no Rio de Janeiro, “isto junto com a pressão estadunidense, foram determinantes para que o Brasil permitisse a instalação de bases americanas ao longo do litoral norte-nordeste brasileiro”.¹⁰⁹

No caso específico de Igarapé-Açu, em termos de estrutura, a base aérea tinha 2000 metros de comprimento por 1000 metros de largura e contava com uma casa central que, através de balões coloridos sinalizavam e monitoravam o pouso e a decolagem dos dirigíveis zeppelins. Havia três pistas, com destaque para a de forma reta que servia para pouso e decolagem de aviões feita em piçarra (ainda

¹⁰⁹ MOREIRA, Felipe Ferreira, IN: **A CONFIGURAÇÃO ESPAÇO-TEMPORAL DA BASE AÉREA DE IGARAPÉ-AÇU (PA): A IMPORTÂNCIA GEOPOLÍTICA E SEU REFLEXO LOCAL, NACIONAL E MUNDIAL**. Revista de Geopolítica, v. 7, nº 2, p. 38 - 53, jul./dez. 2016. Disponível em: <http://www.revistageopolitica.com.br> visitado às 20h em 13/07/21.

Este abastecimento era feito por tubulações subterrâneas de uma das torres que ficava no centro de uma das pistas à casa de manutenção. Foram construídos cinco prédios para alojamentos dos militares, restaurante, serviços burocráticos, cassinos e uma casa de manutenção, além de guaritas e paióis para armazenar materiais bélicos.

A presença estadunidense no município de Igarapé-Açu e a construção da base, foram significativos, pois modificaram não apenas a sua paisagem, mas trouxeram consigo, toda uma reconfiguração espacial no seu entorno.

Após o fim da Segunda Guerra Mundial em 1945, a base foi desativada para suas funções militares e passou a pertencer a Aeronáutica Brasileira, sendo usada como campo de treinamento da aeronáutica nos anos 50 e 60.

Nos anos 70 foi usada como uma escola municipal das séries iniciais, os anos 80 e 90 foi usada esporadicamente para treinamento militar da aeronáutica, onde duas vezes por ano vinham soldados treinar tiro ao alvo, salto de paraquedas etc...

Estes momentos de visita da aeronáutica eram apreciados pela população

Uma das duas pista de pouso e decolagem dos zepilins na base aérea de Igarapé-Açu



Fonte: a configuração espaço-temporal da base aérea de Igarapé <http://www.revistageopolitica.com.br>

local por que neles os médicos clínicos gerais e odontólogos, faziam atendimento gratuito à população de Igarapé-Açu com consultas e distribuição de remédios e a população também gostava de ver os aviões e os saltos de paraquedas na base, após sua desativação a área territorial da base ficou aos cuidados da prefeitura que no ano 1998, passou a tutela deste espaço para a UFRA.

Hoje, a base aérea e toda a sua área territorial são administradas e utilizadas pela Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA), como Fazenda Escola de Igarapé-Açu (FEIGA) /UFRA), desde 1998 através de convênio com a Aeronáutica. No entanto, não se tem informação da validade desse acordo (verbal). Existe um trâmite para que de fato a área possa ser desapropriada e anexada à UFRA, que no momento dispõe apenas de uma tutela informal da base.

Ao longo do tempo esta área da base, após a desativação, vem sendo ocupada por agricultores, onde os mesmos cultivam os produtos de subsistência e também a horticultura.

Atualmente (2021), mora na base o senhor Nara e seu filho Aloísio que residem a muitos anos no local e trabalham com horticultura no espaço atual da Base.

Além da existência da base população de Igarapé-Açu, também percebeu a guerra pela chegada dos soldados americana na cidade.

OS AMERICANOS:

Na memória de muitos moradores, o período da Segunda Guerra Mundial em Igarapé-Açu é lembrado por ter abrigado tropas estrangeiras que pela sua estética físicas, vestuários, costumes e idioma, despertaram a curiosidade dos moradores da cidade entre os anos de 1942 a 45 por meio do contato direto que havia entre o povo e os marinheiros estadunidense.

Outro elemento que chamava atenção, o medo, a curiosidade, a desconfiança e os lembrava de que estávamos em guerra eram os Zeppelin que constantemente sobrevoava a região e que, por vezes, causava aglomeração de muitos curiosos na frente da base aérea de Igarapé-Açu para assistir as decolagens e os pousos daqueles dirigíveis.

Também, não se pode negar que a pequena cidade ganhara um outro dinamismo tanto por todo o alvoroço causado pela presença dos marujos dos EUA pelas ruas da cidade aqui e ali comprando alguma coisa, bebendo em bares nas folgas como também, pela chegada de pessoas, através da Estrada de ferro de Belém-Bragança, provenientes da capital do Estado que, principalmente, ao longo dos três últimos anos de duração da guerra contribuíram para o aquecimento da economia local no que se refere aos restaurantes e hotéis da cidade.

Foram ressaltadas nas entrevistas concedidas pelos moradores antigos de Igarapé-Açu a outros pesquisadores, que a função dos americanos aqui era proteger a região, patrulhar o Oceano Atlântico, ali por Salinas e Maracanã, mas também relataram que havia muito contato dos americanos com os donos de bares, prostitutas, feirantes, amantes, vendedores, açougueiros de carne e frango e outros moradores.

Contudo, os relatos dos moradores de Igarapé-Açu, a cerca da presença dos militares dos Estados Unidos, não se restringem apenas em narrar as suas atividades militares no período da Segunda Guerra Mundial, mas, particularmente falam das relações de cordialidade recíproca que ocorreram na cidade e que,

consequentemente, possibilitaram a assimilação de ambas as partes de costumes, palavras, hábitos, etc...Assim, a guerra em Igarapé-Açu tinha uma conotação bem diferente da que se constituiu nas regiões de conflito.

Moradores antigos da cidade, relataram que viam os soldados americanos nas folgas atrás de namoradas, meretrizes que alugavam quartos e atendiam clientes, relataram que às vezes, no fim da tarde, após o retorno da patrulha pelo litoral de Salinas, ao voltarem para Igarapé-Açu, eles sobrevoavam os Igarapés para ver as moças tomando banho e lavando roupa. Dizem que na época, não era considerado decente para as moças de boa família e mulheres casadas estarem passeando, passando pela base, falando com homem ou mesmo saindo de casa sem necessidade ou desacompanhadas.

Outros moradores relatam que os americanos bebiam e fumavam muito, chegando o senhor Júlio prego de ouro, que trabalhou na base com os americanos quando tinha 19 anos, a colecionar e vender 29 mil garrafas de cervejas e Coca-Cola que os marujos beberam.

O senhor Júlio prego de ouro, já falecido era a maior fonte oral de informações sobre a base aérea de Igarapé-Açu, por ter trabalhado lá, quando tinha 19 anos como copeiro para os americanos.

Diferentes idosos, relatam que entre os soldados americanos havia católicos e evangélicos, brancos e negros, porém os brancos e negros eram separados, os brancos dormiam nos alojamentos de alvenaria e os negros em barracas de lona, dizem também que no Natal os soldados faziam uma ceia davam um baile e brinquedos para as crianças.

O DIRIGÍVEL ZEPPELIN:

Dirigível "Blimp" Classe K 9 de patrulha. Foi este modelo que atuou na base de Igarapé-Açu



Fonte: Conheça a história de Igarapé-Açu na Segunda Grande Guerra
<https://g1.globo.com/e-do-para>

em versão militar.

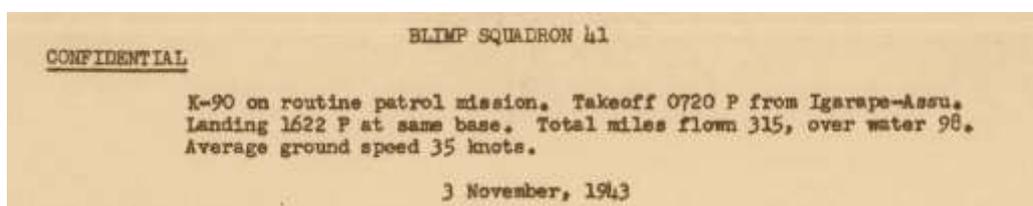
Outro elemento fundamental que era a lembrança constante do estado de guerra para os igarapeaçueses era o dirigível Zeppelin. Preocupados com o afundamento de navios brasileiros pelos nazistas, os governos do Brasil e dos Estados Unidos decidiram cooperar e entre as medidas adotadas, foi a instalação no Norte de três estações de operação de "blimps" ou "zeppelins" no Amapá, Pará e Pernambuco,

Igarapé-Açu, na zona bragantina, a 110 quilômetros de Belém, foi escolhida por apresentar condições geográficas e meteorológicas consideradas ideais para pouso e decolagem de dirigíveis, além de já estar ligada à capital por estrada de ferro e rodovia.

O senhor Júlio Vaz de Souza em entrevista à pesquisadores da história da base em Igarapé-Açu relatou o que:

Às seis horas da manhã a marujada preparava um ou dois balões que seriam utilizados naquele dia; ajeitavam aquele bichão de mais ou menos 80 metros de comprimento, soltavam os cabos como quem larga um navio, e o balão subia. Virava os dois motores traseiros e lá ia ele, vencendo os 70 quilômetros entre Igarapé-Açu e a praia, perto de Salinas. Quando a situação estava calma (sem alemães por perto) e o tempo ajudava, eles estavam de volta no fim da tarde e começo da noite. A marujada americana tinha passado mais um dia dentro da gôndola (compartimento dos passageiros) do dirigível.¹¹⁰

Havia pelo menos 02 dirigíveis na base de Igarapé-Açu, se moviam a 60 km por hora e na sua gôndola cabia de um até dez homens entre atiradores, mecânicos, piloto e outros. Eram dotados de canhões e metralhadoras, os dirigíveis eram, basicamente, empregados no patrulhamento com vistas à localização de submarinos do Eixo, que vinham pondo a pique navios da Marinha Mercante do Brasil ao longo da costa e diariamente ao voltarem do patrulhamento faziam um relatório confidencial das atividades do dia como este:



Fonte: a configuração espaço-temporal da base aérea de Igarapé
<http://www.revistageopolitica.com.br>

Onde se lê:

“ESQUADRÃO DIRIGÍVEL 41.

CONFIDENCIAL

k - 90 emissão de patrulha de rotina. decolagem 7:20 de Igarapé-Açu.

¹¹⁰ FREITAS, Aluizio Moraes de. **Memória de Igarapé-Açu**. Belém: Supercores, 2005, p. 76

Portanto, estes são os aspectos centrais referente às manifestações da Segunda Guerra em Igarapé-Açu e como a sua população na época sentiu a existência do conflito.

• **BIBLIOGRAFIA CONSULTADA:**

Base Nacional Comum Curricular (BNCC) Ministério da Educação do Brasil. p.397.

FONTES, Edilza Joana Oliveira. **O Pão Nosso de Cada Dia (Um estudo sobre Padeiros e Foneiros em Belém – Pará nos anos de 1940 e 1954).**

FREITAS, Aluizio Moraes de. **Memória de Igarapé-Açu.** Belém: Supercores, 2005, p. 75.

LIMA, Antônio. **Monografia apresentada ao Curso de graduação em História da universidade Federal do Pará para obtenção de grau de Bacharel e licenciado em História. Guerra e Memória: O cotidiano em Igarapé-Açu durante o período de 1943 a 1945.** p.33.

MOREIRA, Felipe Ferreira, IN: **A CONFIGURAÇÃO ESPAÇO-TEMPORAL DA BASE AÉREA DE IGARAPÉ-AÇU (PA): A IMPORTANCIA GEOPOLÍTICA E SEU REFLEXO LOCAL, NACIONAL E MUNDIAL.** Revista de Geopolítica, v. 7, nº 2, p. 38 - 53, jul./dez. 2016. Disponível em: <http://www.revistageopolitica.com.br> visitado às 20:30 em 13/07/21.

ANEXOS

02:

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E SOM

Eu, Raimundo Sombra da Silva
portador da identidade nº 62.888.347, inscrito no CPF sob nº
75631910282, residente na cidade de Igarapé-Açu - PA, AUTORIZO
o uso de minha imagem e som sem finalidade comercial e apenas de
pesquisa e ensino para ser utilizada na dissertação O ENSINO DE HISTÓRIA
EM SONS E IMAGENS: PATRIMÔNIO HISTÓRICO, MEMÓRIA E OLHARES
DO PRESENTE EM UM DOCUMENTÁRIO SOBRE A BASE AÉREA DE
IGARAPÉ-AÇU e seu produto de pesquisa consecutivo que é um vídeo
documentário de mesmo título do Programa de Mestrado Profissional da
Universidade Federal do Estado do Pará.

A presente autorização é concedida a título gratuito, abrangendo o uso da
imagem acima mencionada em todo território nacional e no exterior, em todas
as suas modalidades e em destaque, das seguintes formas: (I) home page, (II)
cartazes; (III) divulgação em geral. Por esta ser a expressão da minha vontade
declaro que autorizo o uso acima descrito sem que nada haja a ser reclamado
a título de direitos conexos à minha imagem ou a qualquer outro.

Igarapé-Açu - PA, ____ de _____ de 2021.

Raimundo Sombra da Silva
Assinatura

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E SOM

Eu, ANTONIO JOSÉ DE SOUSA LIMA,
portador da identidade nº 3345882, inscrito no CPF sob nº
256.406.742-53, residente na cidade de Igarapé-Açu - PA, AUTORIZO
o uso de minha imagem e som sem finalidade comercial e apenas de
pesquisa e ensino para ser utilizada na dissertação O ENSINO DE HISTÓRIA
EM SONS E IMAGENS: PATRIMÔNIO HISTÓRICO, MEMÓRIA E OLHARES
DO PRESENTE EM UM DOCUMENTÁRIO SOBRE A BASE AÉREA DE
IGARAPÉ-AÇU e seu produto de pesquisa consecutivo que é um vídeo
documentário de mesmo título do Programa de Mestrado Profissional da
Universidade Federal do Estado do Pará.

A presente autorização é concedida a título gratuito, abrangendo o uso da
imagem acima mencionada em todo território nacional e no exterior, em todas
as suas modalidades e em destaque, das seguintes formas: (I) home page; (II)
cartazes; (III) divulgação em geral. Por esta ser a expressão da minha vontade
declaro que autorizo o uso acima descrito sem que nada haja a ser reclamado
a título de direitos conexos à minha imagem ou a qualquer outro.

Igarapé-Açu - PA, ____ de _____ de 2021.

Antonio José de Sousa Lima
Assinatura

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E SOM

Eu Marcilene do Socorro A. de Souza
portador da Identidade nº 1950477, inscrito no CPF sob nº
256 410 782-00, residente na cidade de Igarapé-Açu - PA, AUTORIZO
o uso de minha imagem e som sem finalidade comercial e apenas de
pesquisa e ensino para ser utilizada na dissertação O ENSINO DE HISTÓRIA
EM SONS E IMAGENS: PATRIMÔNIO HISTÓRICO, MEMÓRIA E OLHARES
DO PRESENTE EM UM DOCUMENTÁRIO SOBRE A BASE AÉREA DE
IGARAPÉ-AÇU e seu produto de pesquisa consecutivo que é um vídeo
documentário de mesmo título do Programa de Mestrado Profissional da
Universidade Federal do Estado do Pará.

A presente autorização é concedida a título gratuito, abrangendo o uso da
imagem acima mencionada em todo território nacional e no exterior, em todas
as suas modalidades e em destaque, das seguintes formas: (I) home page; (II)
cartazes; (III) divulgação em geral. Por esta ser a expressão da minha vontade
declaro que autorizo o uso acima descrito sem que nada haja a ser reclamado
a título de direitos conexos à minha imagem ou a qualquer outro.

Igarapé-Açu - PA, 26 de novembro de 2021.

Marcilene Souza
Assinatura

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E SOM

Eu, Quendo Brasil Albuquerque
portador da identidade nº 4303454, inscrito no CPF sob nº
014336608-53, residente na cidade de Igarapé-Açu - PA, AUTORIZO
o uso de minha imagem e som sem finalidade comercial e apenas de
pesquisa e ensino para ser utilizada na dissertação O ENSINO DE HISTÓRIA
EM SONS E IMAGENS: PATRIMÔNIO HISTÓRICO, MEMÓRIA E OLHARES
DO PRESENTE EM UM DOCUMENTÁRIO SOBRE A BASE AÉREA DE
IGARAPÉ-AÇU e seu produto de pesquisa consecutivo que é um vídeo
documentário de mesmo título do Programa de Mestrado Profissional da
Universidade Federal do Estado do Pará.

A presente autorização é concedida a título gratuito, abrangendo o uso da
imagem acima mencionada em todo território nacional e no exterior, em todas
as suas modalidades e em destaque, das seguintes formas: (I) home page; (II)
cartazes; (III) divulgação em geral. Por esta ser a expressão da minha vontade
declaro que autorizo o uso acima descrito sem que nada haja a ser reclamado
a título de direitos conexos à minha imagem ou a qualquer outro.

Igarapé-Açu - PA, 26 de novembro de 2021.

Quendo Brasil Albuquerque
Assinatura

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E SOM

Eu, GEORGE FERNANDA MENDES TUNIA
portador da Identidade nº 276271 SERPA inscrito no CPF sob nº
642993252-49, residente na cidade de Igarapé-Açu - PA, AUTORIZO
o uso de minha imagem e som sem finalidade comercial e apenas de
pesquisa e ensino para ser utilizada na dissertação O ENSINO DE HISTÓRIA
EM SONS E IMAGENS: PATRIMÔNIO HISTÓRICO, MEMÓRIA E OLHARES
DO PRESENTE EM UM DOCUMENTÁRIO SOBRE A BASE AÉREA DE
IGARAPÉ-AÇU e seu produto de pesquisa consecutivo que é um vídeo
documentário de mesmo título do Programa de Mestrado Profissional da
Universidade Federal do Estado do Pará.

A presente autorização é concedida a título gratuito, abrangendo o uso da
imagem acima mencionada em todo território nacional e no exterior, em todas
as suas modalidades e em destaque, das seguintes formas: (I) home page; (II)
cartazes; (III) divulgação em geral. Por esta ser a expressão da minha vontade
declaro que autorizo o uso acima descrito sem que nada haja a ser reclamado
a título de direitos conexos à minha imagem ou a qualquer outro.

Igarapé-Açu - PA, 26 de IGARAPÉ-AÇU de 2021.

George Fernanda Mendes Tunia
Assinatura

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E SOM

Eu, ALMIR DE SOUZA TRINDADE,
portador da identidade nº 2265613, inscrito no CPF sob nº
398.069.362-72 residente na cidade de Igarapé-Açu - PA, AUTORIZO
o uso de minha imagem e som sem finalidade comercial e apenas de
pesquisa e ensino para ser utilizada na dissertação O ENSINO DE HISTÓRIA
EM SONS E IMAGENS: PATRIMÔNIO HISTÓRICO, MEMÓRIA E OLHARES
DO PRESENTE EM UM DOCUMENTÁRIO SOBRE A BASE AÉREA DE
IGARAPÉ-AÇU e seu produto de pesquisa consecutivo que é um vídeo
documentário de mesmo título do Programa de Mestrado Profissional da
Universidade Federal do Estado do Pará.

A presente autorização é concedida a título gratuito, abrangendo o uso da
imagem acima mencionada em todo território nacional e no exterior, em todas
as suas modalidades e em destaque, das seguintes formas: (I) home page; (II)
cartazes; (III) divulgação em geral. Por esta ser a expressão da minha vontade
declaro que autorizo o uso acima descrito sem que nada haja a ser reclamado
a título de direitos conexos à minha imagem ou a qualquer outro.

Igarapé-Açu - PA, 25 de NOVEMBRO de 2021.

Almir de Souza Trindade

Assinatura

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E SOM

Eu José Siqueira de Sousa,
portador da identidade nº 2267707, inscrito no CPF sob nº
097306802-72, residente na cidade de Igarapé-Açu - PA, AUTORIZO
o uso de minha imagem e som sem finalidade comercial e apenas de
pesquisa e ensino para ser utilizada na dissertação O ENSINO DE HISTÓRIA
EM SONS E IMAGENS: PATRIMÔNIO HISTÓRICO, MEMÓRIA E OLHARES
DO PRESENTE EM UM DOCUMENTÁRIO SOBRE A BASE AÉREA DE
IGARAPÉ-AÇU e seu produto de pesquisa consecutivo que é um vídeo
documentário de mesmo título do Programa de Mestrado Profissional da
Universidade Federal do Estado do Pará.

A presente autorização é concedida a título gratuito, abrangendo o uso da
imagem acima mencionada em todo território nacional e no exterior, em todas
as suas modalidades e em destaque, das seguintes formas: (I) home page; (II)
cartazes; (III) divulgação em geral. Por esta ser a expressão da minha vontade
declaro que autorizo o uso acima descrito sem que nada haja a ser reclamado
a título de direitos conexos à minha imagem ou a qualquer outro.

Igarapé-Açu - PA, 26 de NOVEMBRO de 2021.

José Siqueira de Sousa
Assinatura

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E SOM

Eu Trandy Fonteneles Dantas Moraes
portador da identidade nº 1744132 inscrito no CPF sob nº
302.290.422-49 residente na cidade de Igarapé-Açu - PA, AUTORIZO
o uso de minha imagem e som sem finalidade comercial e apenas de
pesquisa e ensino para ser utilizada na dissertação O ENSINO DE HISTÓRIA
EM SOMS E IMAGENS: PATRIMÔNIO HISTÓRICO, MEMÓRIA E OLHARES
DO PRESENTE EM UM DOCUMENTÁRIO SOBRE A BASE AEREA DE
IGARAPÉ-AÇU e seu produto de pesquisa consecutivo que é um vídeo
documentário de mesmo título do Programa de Mestrado Profissional da
Universidade Federal do Estado do Pará.

A presente autorização é concedida a título gratuito, abrangendo o uso da
imagem acima mencionada em todo território nacional e no exterior, em todas
as suas modalidades e em destaque, das seguintes formas: (I) home page; (II)
cartazes; (III) divulgação em geral. Por esta ser a expressão da minha vontade
declaro que autorizo o uso acima descrito sem que nada haja a ser reclamado
a título de direitos conexos à minha imagem ou a qualquer outro.

Igarapé-Açu - PA., 01 de DEZEMBRO de 2021.

Trandy Fonteneles Dantas Moraes
Assinatura



IGARAPÉ-AÇU / PARÁ
CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
RESOLUÇÃO N° 002/2018- CME/GP de 09 de fevereiro de 2018



Art. 2° - Fica incluído um novo componente curricular no Sistema Municipal de Ensino de Igarapé-Açu denominado "Cultura local e Identidade Patrimonial".

- I- Na educação infantil o novo componente deve ser inserido como "Campo de Experiência".
- II- Nos anos iniciais do Ensino Fundamental o novo componente deve ser inserido como disciplina.
- III- Nos anos finais do Ensino Fundamental o novo componente deve ser inserido como descritor obrigatório na disciplina Estudos Amazônicos.

Art. 3° - O tempo de cada hora aula da Educação infantil e Ensino Fundamental, em todas as modalidades ofertadas pela rede municipal de Ensino, será de 45 minutos, contemplando-se a carga horária mínima anual de 800 horas, conforme determina a legislação em vigor.

PARAGRAFO ÚNICO - Por dia de efetivo trabalho escolar entende-se o de atividades pedagógicas que envolvam simultaneamente os professores e os alunos.

Art. 4° - As Matrizes Curriculares passam a vigorar nas Unidades Escolares do Sistema de Ensino Municipal de Igarapé-Açu, a partir do ano letivo de 2018.

Art. 5° - Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação de Igarapé-Açu e, em última instância, pelo Conselho Municipal de Educação.

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, em Igarapé-Açu, 09 de fevereiro de 2018.

Eduardo Gustavo Nazaré Araújo França
 Eduardo Gustavo Nazaré Araújo França
 Presidente do CME

Conselho Municipal de Educação - CME
 Igarapé-Açu/PA
 CONFERIR COM O ORIGINAL
 Data: 12/02/2018
Sorubim